

ALTERNATIVAS

Agir contra o discurso de ódio
através de contranarrativas



Edição revista
2017

ÓDIO
NÃO!
MOVIMENTO
CONTRA O
DISCURSO DE ÓDIO

ipdj INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P.

COUNCIL OF EUROPE

CONSEIL DE L'EUROPE

ALTERNATIVAS

Agir contra o discurso de ódio através de contranarrativas

Escrito por

Agata de Latour, Nina Perger, Ron Salaj

Claudio Tocchi e Paloma Viejo Otero

Editado e coordenado por

Celina Del Felice e Menno Ettema

Edição final

Rui Gomes

Coordenação do processo de tradução da versão portuguesa

Matia Losego

Revisões e contributos de

Ana Sofia Ramada

Andreia Pinho Alves

Cândida Pombo | Direção-Geral da Educação

Carlos Ferreira | Geoclube - Associação Juvenil

Catarina Correia | REDE de Jovens para a Igualdade

Diva Freitas | FNAJ - Federação Nacional das Associações Juvenis

Eurídice Cristo | Make it Better

Luís Saldanha | Juventude Cruz Vermelha Portuguesa

Maria José Neves | Direção-Geral da Educação

Maria Luísa Ferreira | Centro Internet Segura/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Maria Margarida Saco | Instituto Português do Desporto e Juventude

Patrícia Costa | Rede Inducar

Rita Paulos | Casa Qui - Associação de Solidariedade Social

Sara Andrade

Susana Gaspar

Controlo de qualidade da tradução (Conselho da Europa)

Teresa Cunha

ALTERNATIVAS

Agir contra o discurso de ódio através de contranarrativas

Edição revista, 2017

As opiniões expressas neste manual não refletem necessariamente a opinião do Conselho da Europa.

Os direitos desta publicação pertencem ao Conselho da Europa.

Não é permitido reproduzir ou transmitir comercialmente, de qualquer forma e meios, eletrónicos (CD-ROM, internet, etc.) ou mecânicos incluindo fotocópias, gravação ou qualquer tipo de armazenamento ou de recuperação de informação sem autorização por escrito do Departamento de Publicações (publishing@coe.int),
Direção de Comunicação do Conselho da Europa.

A reprodução de material desta publicação para fins não comerciais e educativos é autorizada apenas e sob a condição de a fonte ser devidamente citada.

Toda a restante correspondência sobre este documento deverá ser enviada para o Departamento da Juventude do Conselho da Europa:

European Youth Centre Strasbourg
30, rue Pierre de Coubertin
F- 67075 Strasbourg Cedex – France
Email: youth@coe.int

Esta tradução é publicada por acordo com o Conselho da Europa.

A tradução é de exclusiva responsabilidade do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Créditos das fotografias na capa (da esquerda para a direita):

Rui Gomes
Mikko Toivonen

Desenhos: © Studio1 web & design

Tradução: Maria João Dornelas

Layout e design da edição em Língua Inglesa: Studio1 web & design

Design da edição em Língua Portuguesa: Estrelas de Papel

A versão *online* desta publicação pode ser encontrada em www.odionao.com.pt

© 2017, Conselho da Europa para a publicação original em Língua Inglesa

© 2018, Instituto Português do Desporto e Juventude I.P. para a tradução em Língua Portuguesa

ISBN: 978-989-98100-8-2

Deposito Legal: 445303/18

Impressão: Rainho & Neves

Tiragem: 500 exemplares



Thorbjørn Jagland
Secretário-Geral
do Conselho da Europa

PREFÁCIO

Na Europa dos dias de hoje, o discurso de ódio é uma das mais prolíferas formas de intolerância e de xenofobia, sobretudo *online*: a internet é frequentemente palco de abusos por parte de quem quer espalhar propaganda e difamar grupos ou pessoas diferentes. Cada vez mais no discurso político dominante, vemos uma mistura tóxica de discurso de ódio, notícias falsas, e “factos alternativos” que são uma ameaça real à liberdade e à Democracia.

Estas tendências contrastam claramente com os valores e objetivos do Conselho da Europa, que se dedica à divulgação dos Direitos Humanos no continente. A nossa Organização tem um papel proeminente na definição do que é discurso de ódio, ajudando a garantir que quem o usa é responsabilizado e responsabilizada. Sublinhamos a importância da educação como o antídoto mais seguro contra o ódio, trabalhando com os Estados Membros para apoiar os nossos e as nossas jovens a aprender os valores da tolerância e da cultura democrática. O nosso Movimento Contra o Discurso de Ódio mobilizou jovens por toda a Europa a exporem o preconceito sempre que o encontram, trabalhando para um espaço digital de maior respeito.

O manual *Alternativas* é a nova ferramenta contra o ódio. Os exemplos mais danosos do discurso de ódio baseiam-se, frequentemente, em histórias simples, que são repetidas vezes sem conta, de diferentes formas. Por exemplo, a narrativa de como as pessoas migrantes nos “roubam os postos de trabalho”, ou a alegação persistente, feita por radicais, de que o Islão está “sob ataque”. Estas narrativas com frequência não são postas em causa, ou porque se tornam um lugar-comum ou porque são transmitidas de forma sofisticada.

Este manual ajudará as e os jovens, os educadores e as educadoras a confrontarem, desmontarem e substituírem essas narrativas de ódio. Não existem corta-matos: ao ler estas páginas não irão encontrar uma frase, um *slogan*, um meme ou uma caricatura única que aja contra todo o discurso de ódio. No entanto, guiar-vos-emos na identificação destas perigosas histórias que proliferam nas nossas comunidades. Mais importante ainda, encontrarão métodos testados e propostas de alternativas poderosas. A ideia é não só contar histórias diferentes, mas construir e disponibilizar versões mais verdadeiras do mundo que nos rodeia, que encorajam as outras pessoas a pôr em causa os preconceitos e a pensar de forma crítica, aprofundando o conhecimento e a compreensão de nós próprios e de nós próprias e das outras pessoas.

Este manual é um contributo, oportuno e necessário. Desejo-vos os maiores sucessos no seu uso.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar a nossa gratidão a quem contribuiu para este manual, em particular:

- Às organizações e aos indivíduos que compartilharam as suas boas práticas, as suas experiências e as suas visões, especialmente à campanha belga francesa que testou uma versão inicial deste manual, e a Marius Jtea pelo seu contributo na recolha de boas práticas.
- A Salvador Sala (grupo de peritos e peritas Ad Hoc sobre Competências para a Cultura Democrática), a Gavan Titley (National University of Ireland), a Anca-Ruxandra Pandeia (*educational advisor* no Centro Europeu de Juventude de Budapeste) e a todas as e todos os participantes no grupo de trabalho sobre o objetivo deste manual.
- Às e aos participantes, formadores e formadoras no curso de formação “We CAN!”, realizado em março de 2017 no Centro Europeu de Juventude de Estrasburgo, e a László Földi, gestor da comunidade *online* da Campanha, pelo feedback sobre a primeira versão do manual.

Fizemos todos os esforços possíveis para fazer referência aos autores e às autoras dos textos e das atividades, dando-lhe os créditos necessários. Pedimos desculpa por qualquer omissão e teremos todo o gosto em corrigi-las na próxima edição.

MOVIMENTO CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO

Jovens pelos Direitos Humanos Online

O Movimento Contra o Discurso de Ódio (No Hate Speech) - a primeira campanha *online* do Conselho da Europa - foi lançado em 22 de março de 2013.

A campanha tornou-se um movimento presente em 45 países, uma comunidade internacional de ativistas *online* e uma infinidade de parceiros, tendo sido a primeira iniciativa internacional ampla a abordar o discurso de ódio e a abordá-lo como uma questão importante de Direitos Humanos.

Em Portugal a Campanha envolveu um grupo alargado de entidades e associações juvenis, reunidas num Comité Nacional coordenado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) e decorreu em torno de alguns momentos fortes, acompanhando também a dinâmica europeia, celebrando os Dias Europeus de Ação e abordando temáticas específicas, tais como: discurso de ódio sexista, racismo, apoio às pessoas refugiadas, solidariedade com as vítimas de crimes de ódio, islamofobia e intolerância religiosa, anti-semitismo, homofobia, etc.

A campanha foi enraizada no entendimento de que a **Internet é um serviço público**, um espaço comum onde os Direitos Humanos se devem aplicar a todos e todas, e onde a dignidade humana deve vir em primeiro lugar. Através da conscientização e educação para os Direitos Humanos a campanha promoveu a liberdade de expressão e a participação plena dos e das jovens na sociedade, tanto *online* como *offline*. Os e as jovens foram agentes, protagonistas e ativistas em benefício de todos e todas.

O Movimento Contra o Discurso de Ódio criou e produziu um conjunto de recursos e suportes educativos. O presente Manual ALTERNATIVAS faz parte desse conjunto e representa uma ferramenta essencial na promoção da literacia digital e mediática, bem como do pensamento crítico e da capacidade de denunciar e agir contra o discurso de ódio.

Consciente da necessidade de continuar a divulgar e utilizar estes recursos em ações de promoção dos Direitos Humanos *online* e de combate ao discurso de ódio, o IPDJ, através do projeto **Internet Segura**, tomou a iniciativa de promover a tradução e edição em língua portuguesa do Manual ALTERNATIVAS.

O discurso de ódio não é um fenómeno do passado, continua a ser um perigo real.

Em consonância com a Declaração final da Conferência de Avaliação realizada em Estrasburgo em abril de 2018, o IPDJ continuará ativo, vigilante e empenhado em manter vivo o movimento pelos Direitos Humanos *online* preservando a sua juventude e relevância, convidando todas as entidades parceiras e associações de jovens a participar.

A campanha europeia chegou ao fim, mas o movimento pelos Direitos Humanos *online* vai continuar.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – O MANUAL

1.1	Introdução aos conceitos básicos.....	9
1.2	Por que razão este manual é necessário	13
1.3	Usar as narrativas para agir contra o discurso de ódio.....	17
1.4	Objetivos do manual.....	19
1.5	A quem é dirigido este manual.....	20
1.6	Abordagem educativa	22
1.7	Campanha do movimento contra o discurso de ódio.....	23
1.8	Estrutura do manual	25

CAPÍTULO 2 – DISCURSO DE ÓDIO

2.1	Definição de discurso de ódio.....	31
2.2	Categorias para a análise social do discurso de ódio	35
2.3	Quem são os alvos do discurso de ódio?.....	38
2.4	Dois exemplos de discurso de ódio na Europa.....	39

CAPÍTULO 3 – DISCURSO DE ÓDIO ONLINE E REDES SOCIAIS

3.1	Comunicação e web 2.0.....	45
3.2	Discurso de ódio, plataformas de redes sociais e empresas	48
3.3	O papel da literacia informática.....	52
3.4	Campanhas nas redes sociais	55

CAPÍTULO 4 – NARRATIVAS

4.1	Por que razão falar sobre narrativas?.....	59
4.2	Então, qual é a história?	62
4.3	Narrativas como enquadramento para a ação: dois exemplos	67

CAPÍTULO 5 – CONTRANARRATIVAS E NARRATIVAS ALTERNATIVAS

5.1	Introduzir as contranarrativas e as narrativas alternativas	77
5.2	Contranarrativas ou narrativas alternativas?.....	79
5.3	Responder à mensagem: ocupar o espaço público	80
5.4	Narrativas alternativas: Um caminho para a mudança dos discursos estabelecidos. 81	
5.5	Uma abordagem às narrativas com base nos Direitos Humanos	83
5.6	Narrativas como um dos instrumentos na caixa de ferramentas.....	87

CAPÍTULO 6 – PREPARAR A AÇÃO

6.1	Nós conseguimos!.....	94
6.2	Responder através dos Direitos Humanos.....	95
6.3	Desenvolver competências através da ação.....	96
6.4	Desafios de campanhas <i>online</i> e <i>offline</i>	98
6.5	Tipos de envolvimento.....	99
6.6	Emoções, segurança e bem-estar.....	101
6.7	O poder da linguagem.....	104
6.8	Garantir a legitimidade.....	107
6.9	Fortalecer o apoio social às vossas ações.....	110
6.10	Considerar os recursos humanos e materiais.....	111
6.11	Encontrar mais informação.....	112

CAPÍTULO 7 – PASSO A PASSO

7.1	Fase um: analisar a narrativa opressiva.....	117
7.2	Fase dois: conceber a contranarrativa.....	129
7.3	Fase três: implementar a contranarrativa.....	143
7.4	Fase quatro: monitorizar e avaliar a contranarrativa.....	151

ANEXOS

Anexo 1:	Perguntas frequentes.....	160
Anexo 2:	Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	162
Anexo 3:	Convenção Europeia dos Direitos Humanos e os seus Protocolos.....	163
Anexo 4:	Modelo de plano de sessão.....	165
Anexo 5:	Recursos.....	167
Anexo 6:	Glossário.....	170

O MANUAL

O manual disponibiliza orientação para o desenvolvimento de contranarrativas e narrativas alternativas para o combate contra o discurso de ódio e a promoção dos Direitos Humanos, especialmente em contextos *online*. O manual propõe um conjunto de abordagens educativas e comunicacionais *online* e *offline*, bem como um conjunto de ferramentas para pôr em causa narrativas que apoiam e legitimam o discurso de ódio. O objetivo do manual é consolidar o conjunto de ferramentas para técnicos e técnicas de juventude, educadoras e educadores e ativistas que já trabalham na área dos Direitos Humanos ou que têm vontade de se envolver com essa área. O manual foi concebido no âmbito e no contexto do Movimento Contra o Discurso de Ódio, uma Campanha da Juventude do Conselho da Europa Contra o Discurso de Ódio *online*.

Este capítulo introdutório explica as razões da existência dum manual sobre as contranarrativas e as narrativas alternativas enquanto ferramentas contra o discurso de ódio, em particular com uma abordagem de Educação para os Direitos Humanos. Este capítulo descreve também os objetivos do manual, a quem se destina e como contribui para o Movimento Contra o Discurso de Ódio. Encontram-se também neste capítulo definições básicas dos principais termos utilizados: discurso de ódio, narrativa, contranarrativa e narrativa alternativa, termos que são descritos em maior detalhe nos capítulos seguintes. Finalmente, este primeiro capítulo explica a organização do manual.

1.1 | INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS BÁSICOS

O DISCURSO DE ÓDIO EM POUCAS PALAVRAS

O discurso de ódio, segundo a definição do Comité de Ministros do Conselho da Europa, cobre todas as formas de expressão que propaguem, incitem, promovam ou justifiquem ódio racial, xenofobia, antisemitismo e outras formas de ódio baseado na intolerância, incluindo intolerância expressa por nacionalismo ou etnocentrismo agressivo, discriminação e hostilidade contra minorias, migrantes e pessoas de origem migrante.

Para a Campanha, outras formas de discriminação e de preconceito, como anticiganismo, cristianofobia, islamofobia, misoginia, sexismo e discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero estão claramente dentro do âmbito do discurso de ódio.

DISCURSO DE ÓDIO ONLINE

O discurso de ódio *online* é um fenômeno particularmente preocupante. A internet criou novos espaços de comunicação e de interação com poucos limites: quem utiliza a internet pode esconder-se através do anonimato e da distância para expressar ódio contra outras pessoas. Para além disso, o ódio pode ser propagando e partilhado facilmente, através de comentários ou partilhas, ganhando uma vida própria, independente da publicação original. Os efeitos podem ser devastadores para o alvo do discurso de ódio, mas podem também afetar a sociedade como um todo.¹

UMA DEFINIÇÃO BÁSICA DE NARRATIVA

Narrativa vem do Latim "*narratio*" ou "*narrationis*", de onde vem também a palavra espanhola "*narrativa*" e a palavra romena "*narativ*". Narrativa surge nos dicionários destas línguas como um termo relativamente formal para significar história ou para referir géneros literários como o romance ou a prosa. Narrar é contar uma história, é apresentar eventos ou experiências, verdadeiros ou fictícios.

Ambos os termos, narrativa e história, são utilizados de forma intercambiável, quando indicam o mesmo significado geral: desenvolver uma narrativa ou contar uma história implica criar personagens e um enredo, o que também implica a criação das pessoas e dos papéis que desempenham na história, bem como a sequência de eventos ou ações. As narrativas combinam, com frequência, elementos reais ou fictícios para parecer mais plausíveis, interessantes e convincentes. Por exemplo, é comum, nas histórias para crianças, ter duas personagens principais: uma princesa e um príncipe. O enredo típico é que a princesa é raptada e o príncipe a salva, casam e vivem felizes para sempre.

As histórias correspondem com frequência às ideias e às visões predominantes na sociedade sobre como a realidade deveria funcionar, sobre o que é considerado possível e normal. Por exemplo, as histórias de príncipes e princesas correspondem às "histórias maiores" ou às narrativas de género e de relações de poder na sociedade. A história de uma princesa que surge como frágil e indefesa que é salva por um príncipe forte e sábio reforça a narrativa de relações de género desiguais, reforçando uma determinada expectativa sobre os papéis de género. No entanto, nem sempre é assim, por vezes as histórias tradicionais mostram as personagens femininas como fortes e retratam o príncipe de outra maneira. Pode haver muitas histórias com a mesma narrativa subjacente. Da mesma forma, pode haver várias histórias com diferentes narrativas, alterando as personagens, o enredo ou o contexto.

UM CONTO DE FADAS

A Aurora é uma linda princesa que vive num castelo. Uma bruxa faz um feitiço segundo o qual Aurora um dia se picará num fuso de uma roca, adormecendo por muitos anos. Quando Aurora tem 16 anos pica-se num fuso de uma roca e adormece. Passados 100 anos, um corajoso príncipe encontra-a, apaixona-se por ela e beija-a, quebrando o feitiço. Casam-se e vivem felizes para sempre.

Narrativas

As narrativas relacionadas com o género: as princesas são salvas por príncipes corajosos. As mulheres e os homens casam-se e vivem felizes para sempre.

Narrativas relacionadas com a organização política: os países são governados por rainhas e reis nobres, que herdam o poder por laços de sangue (monarquia).

Uma narrativa é uma descrição e interpretação lógica e internamente coerente de eventos ou informações relacionadas, que fazem sentido para quem a escuta ou lê. No exemplo do príncipe e da princesa, há dois níveis de interpretação do que aconteceu: um é que o príncipe é corajoso e salva a princesa. Mas há uma história maior e há interpretação das relações de género na história. A “pequena” história do conto de fadas contém e transmite um sistema de valores, ou seja, ideias do que é considerado um comportamento bom e normal.

O problema surge quando as “pequenas” histórias contam sempre a mesma “grande” história, que surge como narrativa única. Por exemplo, em muitos contextos as mulheres solteiras ou casais do mesmo género sofrem discriminações porque não vão ao encontro da compreensão dominante de como os papéis de género e as relações de género devem ser. Quando uma narrativa é apresentada como a única e como normal, negando alternativas ou, em casos extremos, incitando à violência contra quem a questiona, estão em causa as bases de uma sociedade plural e diversa, começando pelo direito ao pensamento, a liberdade de religião e de crença, e por aí em diante. O problema começa a ser mais sério no caso de narrativas violentas e extremistas, incluindo o discurso de ódio.

UMA DEFINIÇÃO BÁSICA DE CONTRANARRATIVAS E NARRATIVAS ALTERNATIVAS

Falar de contranarrativas e de narrativas alternativas só faz sentido em relação aquilo a que elas se opõem. Este manual foca-se em narrativas que combatem e propõem alternativas ao discurso de ódio e à violência e discriminação que este pretende propagar, justificar ou disseminar.

As contranarrativas e as narrativas alternativas combatem o discurso de ódio ao desacreditarem ou desconstruírem as narrativas nas quais se baseia. Também propõem narrativas (alternativas) que se baseiam nos Direitos Humanos e nos valores democráticos como a tolerância, o respeito pela diferença, a liberdade e a igualdade. Estas narrativas podem fazê-lo através de informação alternativa e detalhada, mostrando que há várias perspetivas e visões. Por exemplo, uma narrativa alternativa à narrativa dominante da desigualdade de género através do humor pode ser vista na imagem abaixo onde a princesa expressa a sua confiança e força para exigir igualdade no acesso às oportunidades e aos recursos.



Baseado num meme da autoria do Social Cinema²

O termo contranarrativas é muitas vezes usado no contexto do trabalho contra extremismo e terrorismo violento, enfatizando a necessidade de desconstruir e enfraquecer as narrativas violentas que podem parecer atrativas, especialmente aos e às jovens. O uso do termo narrativas alternativas sublinha a importância de mostrar várias perspetivas, enfatizando alternativas positivas que ultrapassam a imagem negativa das narrativas que pretendem combater, sem as reforçar ao focarem-se nelas.

A divisão entre estes dois termos é muitas vezes ténue na prática uma vez que a contra narrativa pressupõe ou se refere implicitamente a uma narrativa alternativa. Neste manual ambos os termos são utilizados, juntos ou em separado, dependendo da ênfase. No entanto, o manual parte da ideia de que não chega combater, denunciar e desconstruir as narrativas violentas. É importante propor, desenvolver e disseminar narrativas alternativas, não-discriminatórias e com base nos Direitos Humanos.

Este manual, como a Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio, escolhe conscientemente uma abordagem baseada nos Direitos Humanos. Toda e qualquer contra-narrativa ou narrativa alternativa deve basear-se em duas ideias centrais:

- Os Direitos Humanos são a base das narrativas que combatem o discurso de ódio.
- As narrativas que se baseiam nos Direitos Humanos têm um papel fundamental nas estratégias transformadoras e emancipadoras para os e as jovens, e sobretudo para quem é alvo direto ou para quem é agente do discurso de ódio.



- Em que contextos ouviram pela primeira vez falar de narrativas, contranarrativas e narrativas alternativas?
- Quais são as narrativas importantes mais comuns no vosso contexto?
- O que contam sobre as relações de poder no vosso contexto social?

1.2 | POR QUE RAZÃO ESTE MANUAL É NECESSÁRIO

Este manual foi criado pela convergência de vários percursos: primeiro, as necessidades e a experiência da Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio na resposta ao discurso de ódio; segundo, os atuais desafios que a cultura democrática e os Direitos Humanos enfrentam, bem como os esforços para lhes responder; terceiro, a necessidade de identificar ferramentas adequadas à resposta ao extremismo e terrorismo violento, especialmente *online*, construídas tendo por base as experiências anteriores. Tal teve impactos óbvios nos objetivos do manual bem como nas abordagens que propõe.

APRENDENDO COM A CAMPANHA DO MOVIMENTO CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO

Quem esteve envolvido na Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio levou a cabo um processo de avaliação, refletindo sobre os métodos e impactos da Campanha (2013-2015). Uma das reflexões foi o facto das e dos ativistas se focarem muitas vezes na resposta às causas e às motivações gerais do discurso de ódio. Por exemplo, combateram o discurso de ódio através da educação para os Direitos Humanos e através de campanhas de sensibilização. Focaram-se no meio utilizado pelo discurso de ódio, por exemplo, retirando e reportando conteúdo de ódio. Finalmente, focaram-se em quem cria e partilha o discurso de ódio, por exemplo, levando a cabo ações judiciais ou desacreditando o anonimato.

No entanto, houve poucas ações que se tenham focado no conteúdo do discurso de ódio. As contranarrativas parecem, assim, particularmente úteis e necessárias para combater e neutralizar o conteúdo das mensagens de ódio. O conteúdo de ódio pode ser neutralizado através do surgimento e do desenvolvimento de outras histórias e interpretações das realidades, para além das apresentadas.

Estas reflexões foram tidas em consideração quando se planeou a segunda fase da Campanha. A estratégia adotada pelo *Joint Council on Youth* para a Campanha para o período 2015-2017 chama a atenção para que se complementem as ferramentas educativas e os mecanismos de recolha de informação já existentes com o uso de contranarrativas. Uma ferramenta online e fácil de usar deve ajudar os e as ativistas a usar contranarrativas e narrativas alternativas a responder numa forma mais eficaz ao discurso de ódio.

Em fevereiro de 2016, em resposta a estas expectativas, um grupo de especialistas reviu as oportunidades e os desafios do desenvolvimento deste material e da utilização de contranarrativas como ferramenta estratégica da Campanha. O grupo, composto por técnicos e técnicas de juventude e de Direitos Humanos, educadoras e educadores, pessoas do âmbito académico e especialistas em meios de comunicação social, propôs os parâmetros e as linhas orientadoras e identificou os principais conteúdos deste manual. O manual foi desenhado coletivamente pelos membros do grupo que melhoraram os textos com exemplos de práticas das campanhas nacionais e dos parceiros.

As reflexões sobre o impacto da Campanha e o seu *follow-up* decorreram num contexto em que a Europa enfrentava desafios importantes como: o impacto das medidas de austeridade, as consequências de ataques terroristas e o aumento da xenofobia e da islamofobia. A complexidade dos temas em questão e as perguntas que surgem como consequência são um desafio para toda a gente, para os expoentes políticos, para as educadoras e os educadores e para jovens que sentem a necessidade de encontrar respostas a estas perguntas. As respostas não são fáceis nem simples, mas nem por isso as devemos evitar. Os desafios atuais devem ser abordados como oportunidades para a reflexão e a ação construtiva.

A MISSÃO DO CONSELHO DA EUROPA EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

A nível institucional tem havido um esforço revigorado para a promoção e a proteção dos Direitos Humanos através da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Novos padrões de Direitos Humanos, como os da Convenção de Istambul³ (sobre a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica) e a Convenção de Lanzarote⁴ (para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais) são a prova do consenso partilhado pelos 47 Estados-Membros sobre o alargamento e melhoria dos Direitos Humanos para toda a gente.

Estes sucessos são postos em causa pelos ataques terroristas em cidades europeias, que têm um impacto direto na vida de milhares de pessoas. O Conselho da Europa respondeu com um plano de ação que tem por objetivo a preservação dos Direitos Humanos, da Democracia e do Estado de Direito na luta contra o terrorismo, com medidas para a prevenção do mesmo, nomeadamente através do Plano de Ação da Luta contra o Extremismo Violento e a Radicalização que levam ao Terrorismo (2015-2017)⁵, adotado pelo Comité de Ministros em maio de 2015. Um dos principais objetivos é a prevenção e luta contra a radicalização violenta através de medidas educativas e sociais. O Plano de Ação sublinha a importância da educação e do trabalho no domínio da Juventude:

É necessário levar a cabo ações para prevenir a radicalização violenta e o aumento da capacidade das nossas sociedades de rejeitarem toda e qualquer forma de extremismo. A educação formal e informal, as atividades com jovens e a formação dos principais atores (incluindo no setor político, social e dos meios de comunicação social) têm um papel crucial a este respeito.

O Plano de Ação menciona especificamente a necessidade de fornecer contranarrativas para o uso indevido da religião, bem como a importância de se reclamar espaço mediático online para o envolvimento cívico e a cidadania democrática:

É necessária uma compreensão mais clara sobre a maneira como as redes sociais e a internet são utilizados como veículo para a radicalização. É preciso enfatizar a prevenção das visões extremistas e do recrutamento de terroristas através das novas redes de comunicação. Uma parte importante da resposta deverá ser o desenvolvimento de contranarrativas convincentes, a criação de iniciativas de base através das mesmas redes de comunicação.

O Plano de Ação inclui a extensão e melhoria do Movimento contra o Discurso de Ódio (2015-2017), fornecendo:

Ferramentas práticas às autoridades nacionais que queiram formar educadores, técnicos de juventude, pessoal dos serviços responsáveis pela aplicação da lei, bem como a produção e ampla disseminação e distribuição de elementos a crianças, jovens, mães e pais e outras pessoas adultas através das escolas, universidades, clubes e organizações juvenis.

O desenvolvimento deste manual faz parte deste plano de ação, na sequência do compromisso a longo termo do setor da Juventude do Conselho da Europa de fornecer ferramentas práticas baseadas no enquadramento dos Direitos Humanos para o combate de todas as formas de discurso de ódio, intolerância e discriminação. Este manual segue as pegadas das campanhas de juventude Todos Diferentes – Todos Iguais contra o racismo, o antissemitismo, a xenofobia e a intolerância, bem como as conquistas do Programa de Juventude para a Educação para os Direitos Humanos (*Human Rights Education Youth Programme*), nomeadamente os manuais Compass e Compasito.

NOVAS FERRAMENTAS, COM BASE NAS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Apesar de o termo ‘contranarrativas’ se ter tornado mais comum no contexto do trabalho contra a radicalização e o extremismo violento, usar narrativas, com o objetivo de prevenir a violência e a opressão tem uma longa tradição em várias disciplinas e campos profissionais. Por exemplo, as contranarrativas como método tem sido utilizado no trabalho social, na psicologia, na ciência política, na mediação e no jornalismo. Johan Galtung (1996), académico que trabalha na área da Paz, criou o termo ‘violência cultural’ para explicar como qualquer aspeto da cultura ou de uma ideia, como as histórias, as canções e a língua, pode ser utilizado para legitimar violência direta ou estrutural, entendida como estruturas que causam e perpetuam injustiças.

Historicamente, a opressão e a injustiça são postas em causa discursivamente através do apelo a ideias comuns de respeito pela dignidade humana, como se pode ver na história dos movimentos por Direitos Humanos. As narrativas são utilizadas por muitas organizações e movimentos sociais que trabalham no combate contra estereótipos negativos que incitam ou legitimam a violência. Um exemplo é a liga anti difamação, fundada em 1913 nos Estados Unidos da América: “para travar a difamação do povo judeu e para garantir justiça e tratamento justo para todas e todos.” Um segundo exemplo é o trabalho da Fundação Anne Frank em Amesterdão, que, desde 1957, tem sido pioneira na utilização de narrativas em programas educativos. A história de Anne Frank e o seu livro ‘O Diário de Anne Frank’ foram fonte de inspiração para muitas pessoas e foram largamente utilizados como recurso educativo. Mais recentemente em 2016, a *Radicalisation Awareness Network*⁶ produziu contranarrativas à radicalização e ao extremismo através, entre outros, de histórias vídeo.⁷

Este manual baseia-se nessas experiências, contribuindo para o desenvolvimento do uso de contranarrativas e de narrativas alternativas com uma dimensão explícita e central na educação para os Direitos Humanos.



- O que precisam de aprender para lidar com o discurso de ódio no vosso contexto?
- O que precisam as e os jovens com quem trabalham para (aprender a) agir?

1.3 | USAR AS NARRATIVAS PARA AGIR CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO

O DISCURSO DE ÓDIO BASEIA-SE NO PRECONCEITO E EM ESTERÉOTIPOS NEGATIVOS

As visões preconceituosas são muito difíceis de alterar; o poder do preconceito normalmente resiste ao teste da realidade como provam as inúmeras teorias da conspiração. Para quem defende que o ser humano nunca foi à lua, as fotografias de Neil Armstrong a dar passos na lua podem ter sido fabricadas porque não há nenhuma fotografia da pessoa a tirar a fotografia. No entanto, não se pode combater o preconceito com o preconceito: é preciso combatê-lo ou equilibra-lo com factos e estratégias que convidam e motivam as pessoas a ver outras facetas da mesma realidade e, esperamos, interpretá-la de outra maneira.

AS NARRATIVAS REPRODUZEM PRECONCEITOS E ESTERÉOTIPOS

Assumimos e acreditamos com frequência que as histórias são verdadeiras, sobretudo se parecem credíveis e vierem de pessoas em quem confiamos ou de pessoas com poder político, social, económico ou cultural. Muitas pessoas parecem conhecer alguém que conhece alguém que conheceu alguém que fez batota para receber benefícios do Estado. Mesmo que as estatísticas demonstrem que esse comportamento fraudulento é irrelevante para sustentabilidade do sistema de segurança social, há quem continue a acreditar que são as pessoas pobres ou as pessoas migrantes que põem em causa o Estado social.

AS NARRATIVAS SÃO PODEROSAS ONLINE

As narrativas definem como pensamos e entendemos o mundo; proliferando e circulando também *online*. Normalmente, as narrativas *online* ganham uma nova vida porque os comentários podem ser feitos de forma anónima e sob a assunção de impunidade. As narrativas são determinantes devido ao seu alcance e mobilidade entre plataformas e espaços *online*. São também poderosas, já que contribuem para definir o que é percebido como normal e socialmente aceitável, por exemplo, sob forma de piadas ou vídeos partilhados *online*. Os e as jovens são facilmente influenciados e influenciadas *online* devido à pressão entre pares, à sobre-exposição e à confiança na socialização *online* e nas ferramentas de comunicação. O impacto é amplificado se as e os jovens padecerem de falta de literacia *online* ou de consciencialização sobre os meios de comunicação social. Sem mediação, as narrativas *online* podem parecer credíveis e, de todas as formas, marcam a perceção dos e das jovens do mundo, mesmo que pareçam exageradas ou artificiais.

As narrativas também são usadas para justificar e incitar a violência. A propaganda extremista usa as narrativas baseadas em ideologias violentas e excludentes ao apresentar visões do mundo polarizadas (“eles e elas” contra “nós”) e incitando ao medo, à raiva e ao ressentimento. As e os extremistas usam táticas personalizadas, que têm em consideração as necessidades e emoções dos e das jovens. A comunicação *online* é feita para ser vista como direta e fácil, criando uma sensação de pertença a algo maior e heroico. A investigação mostra que os estereótipos negativos e as narrativas extremistas contribuem muito para a aceitação da violência e para a implementação de comportamentos violentos. O comportamento violento não pode ser explicado apenas pela presença de narrativas de ódio, mas é um fator importante.

AS NARRATIVAS PROMOVEM OS DIREITOS HUMANOS ONLINE

As narrativas que promovem os Direitos Humanos também ocupam espaço *online*. As pessoas e as comunidades de ativistas usam a internet para disseminar e desenvolver narrativas de esperança e de Direitos Humanos. Há, na história recente, vários exemplos de narrativas de esperança e de emancipação, como a campanha *online* *HeforShe*⁸ sobre a igualdade de género ou o Movimento Contra o Discurso de Ódio, de que faz parte este manual. Em ambos os casos, as e os jovens, através de ações *online*, promovem narrativas baseadas em Direitos Humanos e valores democráticos de respeito pela diferença, a liberdade e a igualdade.

É TUDO SOBRE AMOR E JUSTIÇA?

O que atrai nas narrativas de discurso de ódio é também o facto de se basearem com frequência em ideias de amor e de justiça: o amor pela nação, pela família, por deus. Lutar contra a maioria, poderosa e presunçosa, quer seja o Estado, os meios de comunicação social, as elites intelectuais, é sedutor porque parece justo, e é justo lutar contra o que está errado. As histórias e os mitos sobre Robin Hood, Aladino ou Zorro são o arquétipo da coragem, de justiça, de proteção de quem é vítima de opressão contra quem tem poder ou contra a maioria. As narrativas do discurso de ódio agarram-se a estes sentimentos e a estes ideais: a necessidade de proteger as “nossas” mulheres de estrangeiros invasores, de defender as “nossas” tradições contra a globalização cultural ou de fazer justiça pelas vítimas inocentes de um ataque com um drone.

A sede por amor e justiça pode ser apaziguada com histórias semelhantes de amor e de justiça, que não envolvam discurso de ódio e violência. Podem não seduzir as mesmas pessoas, mas são, ainda assim, cruciais na garantia de visões alternativas da vida e do mundo.

1.4 | OBJETIVOS DO MANUAL

Este manual apoia os objetivos da política de juventude do Conselho da Europa: dar aos e às jovens igualdade de oportunidades e experiência para lhes permitir desenvolver conhecimentos, capacidades e competências para desempenhar plenamente os seus papéis em todos os aspetos da sociedade, incluindo a oportunidade de Educação para a Cidadania Democrática e Educação para os Direitos Humanos. Nesse sentido, este manual tem por objetivo juntar os e as jovens e os técnicos e as técnicas de juventude no comando das operações da intervenção social.

Este manual complementa o manual Referências enquanto recurso de combate ao discurso de ódio através da Educação para os Direitos Humanos, contribuindo para o objetivo global da Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio de mobilização de parceiros, nacionais e europeus, na prevenção e combate ao discurso de ódio e à intolerância, *online* e *offline*.

Neste contexto, o principal objetivo do manual é fortalecer as respostas ao discurso de ódio, combatendo-o, neutralizando-o e prevenindo-o, e ao ocupar o espaço mediático *online* com narrativas positivas e exemplos de coragem. Este objetivo genérico pode também ser descrito através dos seguintes objetivos específicos:

- Melhorar e aumentar a dimensão das ações contra o discurso de ódio usando narrativas alternativas e contranarrativas como ferramentas
- Ocupar o espaço *online* com narrativas alternativas com base nos Direitos Humanos
- Estimular a análise do papel das narrativas quer para o contributo da disseminação do discurso de ódio, quer no fortalecimento das iniciativas de Direitos Humanos no espaço *online*
- Partilhar boas práticas do uso de narrativas alternativas e de contranarrativas, especialmente nos contextos europeus, adotando uma abordagem de Educação para os Direitos Humanos com o envolvimento dos e das jovens.

Este manual não fornece narrativas alternativas e contranarrativas prontas a usar por razões óbvias: o discurso de ódio *online* tem muitos contextos e qualquer resposta tem de ter em consideração vários fatores, incluindo o texto e o contexto, mas também, claramente, a linguagem. Tal não seria possível, mas também não seria desejável: as e os ativistas pelos Direitos Humanos precisam de autonomia e de autoconfiança para desenvolverem as suas próprias contranarrativas, não necessariamente de reproduzir as contranarrativas de alguém – nem sequer as do Conselho da Europa.

1.5 | A QUEM É DIRIGIDO ESTE MANUAL

Este manual foi concebido sobretudo para jovens ativistas e participantes na Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio, mas também para qualquer jovem ativista e educador ou educadora que trabalhe na promoção dos Direitos Humanos ou que tenha essa motivação.

JOVENS PELOS DIREITOS HUMANOS ONLINE

As e os jovens são particularmente afetadas e afetados pelo discurso de ódio, particularmente pelo discurso de ódio *online*, devido ao importante papel que a internet e as plataformas têm na vida das pessoas das gerações “nativas digitais”. No entanto, o facto de saberem utilizar estas ferramentas *online* não quer dizer que saibam como se proteger dos perigos *online* nem como identificar e responder a técnicas manipulativas e de propaganda. A adolescência e a juventude são períodos importantes para o desenvolvimento da nossa identidade e das nossas competências, incluindo a literacia informática. Simultaneamente, os e as jovens têm o potencial para aprenderem perante experiências desafiadoras, se tiverem apoio. Tal poderá fazê-los e fazê-las crescer enquanto indivíduos, mas também enquanto cidadãos e cidadãs. Poderão partilhar as suas aprendizagens com outras e outros jovens e liderar iniciativas inovadoras com entusiasmo, criatividade e coragem.

As educadoras e os educadores e os técnicos e as técnicas de juventude têm um papel central em apoiar os e as jovens nas suas experiências de aprendizagem. No âmbito deste manual entendemos educadores e educadoras no seu sentido mais lato, ou seja, todas as pessoas que participam na educação formal, não formal ou informal. Os educadores e as educadoras são frequentemente vistos como os e as docentes que trabalham no sistema educativo formal, e, em menor extensão, na educação não-formal como técnicas e técnicos de juventude em clubes ou associações de jovens. Aqui, os e as ativistas pelos Direitos Humanos também têm um papel importante na educação, ainda que as suas ações não façam parte de educação formal ou certificada, mas sim de atividades de educação informal ou não formal.

Este manual dirige-se diretamente aos e às jovens ativistas e aos educadores e às educadoras que já trabalham no âmbito da Campanha, bem como a todas as pessoas que são educadoras, ativistas pelos Direitos Humanos e técnicas de juventude na área da Educação para os Direitos Humanos. Os e as jovens são considerados como os e as principais protagonistas e líderes das atividades educativas uma vez que são quem melhor conhece a realidade e a linguagem das e dos jovens nos seus diferentes contextos. Os e as jovens ativistas são, conscientemente ou não, educadores e educadoras de pares. O manual, por outras palavras, destina-se a quem educa, ou seja, quem trabalha nos diferentes contextos educativos:

EDUCADORES E EDUCADORAS

Educação não-formal

Os educadores e as educadoras que trabalham em contexto de educação não-formal podem apoiar o Movimento Contra o Discurso de Ódio ou desenvolver novas campanhas pelos Direitos Humanos utilizando contranarrativas como ferramenta. As organizações de juventude, os centros de jovens, as associações de estudantes bem como os grupos informais *online* podem desenvolver iniciativas para envolver os e as jovens das suas comunidades. Estes grupos e associações são espaços importantes para a socialização e a Educação para a Cidadania Democrática dos e das jovens. As metodologias da educação não-formal enfatizam a importância da aprendizagem experiencial e as abordagens centradas na pessoa aprendente, onde as e os jovens podem explorar e aprender em ambiente seguro.

Educação formal

Quem trabalha nas escolas, nos centros de formação profissional e nas instituições de ensino superior pode também tirar proveito deste recurso, que contribui para a Educação para os Direitos Humanos e para a Cidadania Democrática no âmbito da Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e Educação para os Direitos Humanos.⁹ Do mesmo modo, este manual baseia-se e promove várias das Competências para a Cultura Democrática.¹⁰ O papel dos educadores e das educadoras é vital porque são eles e elas quem, com frequência, primeiro detetam o discurso de ódio e as suas consequências nas e nos estudantes. Este manual pode contribuir para objetivos específicos no âmbito do currículo das ciências sociais, como história, cidadania (global) ou educação cívica. Os projetos interdisciplinares ou as atividades extracurriculares podem passar pelo desenvolvimento de uma campanha de contranarrativas sobre um tema de interesse das e dos estudantes, envolvendo toda a comunidade escolar.

No contexto do ensino superior, este manual pode ser interessante para os e as estudantes de serviço social, educação, animação sociocultural, jornalismo, estudos dos media, arte, cinema, teatro, sociologia e ciência política, estudos sobre a paz, estudos sobre o género.

Educação informal

As e os ativistas pelos Direitos humanos, os técnicos e as técnicas de serviço social, as e os jornalistas, quem gere comunidades *online*, os funcionários e as funcionárias das autoridades locais, bem como quem tem um cargo político, podem integrar uma narrativa e uma dimensão ligada aos Direitos Humanos nas suas ações e campanhas públicas. O poder das atividades de educação informal nunca deve ser subestimado. Para além disso, os espaços públicos são também espaços educativos. As exposições de arte nos parques, a arte de rua,

os museus e outras atividades culturais são formas de educação informal e já deram provas de serem bons meios de educação cívica.

O manual baseia-se na experiência e nas tradições do trabalho no domínio da Juventude, bem como na Educação para os Direitos Humanos num contexto europeu, fazendo referências a desafios específicos, exemplos e práticas por toda a Europa. No entanto, é impossível, num único manual, abraçar toda a diversidade do trabalho no domínio da Juventude e da Educação para os Direitos Humanos.

Num mundo globalizado e no âmbito de uma Campanha que está ativa nos quatro continentes, este manual também se baseia em experiências de fora da Europa porque as narrativas alternativas e as contranarrativas contra o discurso de ódio *online* não são exclusivas aos Estados-Membros do Conselho da Europa. Espera-se que este manual possa ser facilmente (e criticamente) adaptado, podendo ser usado em vários contextos diferentes, bem como enriquecido pela partilha.

1.6 | ABORDAGEM EDUCATIVA

O Movimento Contra o Discurso de Ódio é uma Campanha de juventude para os Direitos Humanos, conduzida e baseada nos princípios da Educação para os Direitos Humanos. Este manual adota explicitamente uma abordagem da Educação para os Direitos Humanos e destina-se a atividades com e para os e as jovens.

Com base no Compass, o manual para a Educação para os Direitos Humanos com jovens¹¹, podemos resumir as seguintes principais dimensões da Educação para os Direitos Humanos:

APRENDER SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

É importante ter conhecimento sobre os Direitos Humanos, o que são e como estão salvaguardados e protegidos através de instrumentos de Direitos Humanos nacionais e internacionais. No contexto do discurso de ódio, é importante saber que Direitos Humanos sofrem de violações e abusos e de que forma, bem como que instrumentos legais, nacionais ou internacionais, se aplicam.

APRENDER ATRAVÉS DOS DIREITOS HUMANOS

O contexto e a forma como as atividades educativas são organizadas e transmitidas tem de ser coerente com os valores dos Direitos Humanos, como a participação, a liberdade de pensamento e o respeito pela diversidade, apoiando a prática dos Direitos Humanos na educação. O processo de aprendizagem é tão importante quanto o conteúdo da aprendizagem. Os valores dos Direitos Humanos têm que ser incorporados e vivenciados

através de um processo emancipador e de reflexão. Este processo pode ser de autorreflexão individual ou de grupo, bem como pode ser um processo orientado para a ação, baseado na ideia de ‘praxis’, conceito desenvolvido pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire.¹² Isto significa que deve existir uma relação entre a reflexão e a ação, a reflexão pode levar a ação e é preciso refletir-se sobre a ação.

APRENDER PARA OS DIREITOS HUMANOS

A aprendizagem deve ser orientada para a ação. A Educação para os Direitos Humanos deve apoiar as e os aprendentes na aplicação dos Direitos Humanos nas suas vidas e na defesa e promoção dos Direitos Humanos, incluindo *online*. Participar em ações contra o discurso de ódio pode ser uma oportunidade preciosa para o desenvolvimento de uma pessoa e para o avanço dos direitos para todo um grupo ou uma comunidade.

A abordagem adotada é guiada pela Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos que sublinha a necessidade de dar ferramentas aos e às aprendentes, através das competências, para promover a coesão social, os valores da diversidade e da igualdade, para gerir conflitos de forma não-violenta com respeito pelos direitos de toda a gente. Tal inclui, nomeadamente, a literacia informática e dos meios de comunicação social, baseada no respeito pela diversidade de opiniões e pelos princípios de Direitos Humanos, *online* e *offline*.

1.7 | CAMPANHA DO MOVIMENTO CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO

A missão principal do Conselho da Europa é a promoção da Democracia, dos Direitos Humanos e do Estado de Direito. O discurso de ódio põe em causa esta missão. O discurso de ódio é uma ameaça à Democracia e à coesão social. Para além do papel do Tribunal Europeu de Direitos Humanos no sancionar as instâncias que, através do discurso de ódio, violam a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, o Conselho da Europa também promove a segurança *online*, lida com a discriminação e promove competências de cidadania democrática através dos seus vários programas e instituições. Os recursos educativos como os manuais Compass e Referências, os programas dos centros de juventude em Budapeste e em Estrasburgo, bem como as atividades apoiadas pela Fundação Europeia da Juventude, constituem exemplos dos esforços duradouros que têm sido desenvolvidos no âmbito do trabalho no domínio da Juventude e da Educação para os Direitos Humanos. Campanhas como a ‘Todos Diferentes – Todos Iguais’, no passado, e a atual Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio desempenham um papel importante no desenvolvimento de parcerias e no apoio de atores, nos Estados Membros, que protegem e promovem

os valores dos Direitos Humanos e da cidadania democrática. Estas campanhas são também exemplos importantes do compromisso do Conselho da Europa no combate contra todas as formas de discriminação e intolerância através da Educação para os Direitos Humanos.

A Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio defende a igualdade, a dignidade, os Direitos Humanos e a diversidade. É um projeto contra o discurso de ódio, contra o racismo e a discriminação, nas suas expressões *online*.

A Campanha é também um tributo à participação juvenil e à cogestão. Nasceu de uma proposta de representantes da juventude no *Advisory Council on Youth* e foi validada pelo *Joint Council on Youth*, que reúne os membros do *Advisory Council on Youth* e os e as especialistas governamentais do *European Steering Committee on Youth*.

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA CAMPANHA

A Campanha não tem por objetivo limitar a liberdade de expressão *online*, nem é contra ódio, nem sobre sermos queridos e queridas com as outras pessoas. A Campanha é contra as expressões de discurso de ódio *online* em todas as suas formas, incluindo as que mais afetam as e os jovens, como o ciberbullying e o ciberódio. A Campanha baseia-se na Educação para os Direitos Humanos, na participação juvenil e na literacia mediática. A Campanha tem o objetivo de reduzir o discurso de ódio, de combater o racismo e a discriminação nas suas expressões *online* e de contribuir para a prevenção e rejeição de todas as formas de extremismo violento.

OBJETIVOS DA CAMPANHA

A Campanha dirige-se e combate o discurso de ódio através da mobilização de jovens enquanto atores e multiplicadores e multiplicadoras para uma cultura de Direitos Humanos e de cidadania democrática, *online* e *offline*.

- Apoiar atividades de Educação para os Direitos Humanos contra o discurso de ódio e os riscos que coloca à Democracia e ao bem-estar dos e das jovens
- Desenvolver e disseminar ferramentas e mecanismos de denúncia do discurso de ódio, especialmente nas dimensões *online*, utilizando também mecanismos e ferramentas a nível nacional
- Mobilizar parceiros nacionais e europeus na prevenção e combate ao discurso de ódio e à intolerância *online* e *offline*
- Promover a literacia mediática e a cidadania digital, apoiando a participação dos e das jovens na governança da internet.

CAMPANHAS NACIONAIS

A Campanha foi iniciada e é gerida pelo Conselho da Europa, mas baseia-se em campanhas nacionais nos vários Estados Membros. Os governos nacionais foram convidados a criar comités nacionais da Campanha, que operam nas plataformas nacionais e com as ferramentas *online* na(s) língua(s) de cada país. Há vários exemplos de práticas das campanhas nacionais em www.coe.int/youthcampaign.

FERRAMENTAS ONLINE DA CAMPANHA

Plataformas *online* - www.coe.int/en/web/no-hate-campaign e www.odionao.com.pt

Estas são as plataformas *online* para quem tem interesse em juntar-se ao Movimento Contra o Discurso de Ódio. Contêm testemunhos de vídeos, fotografias e outras manifestações visuais. Há jovens ativistas que trabalham como moderadores e moderadoras no *site* para garantir segurança e respeito.

Observatório do Discurso de Ódio - bit.do/hatespeechwatch

É uma base de dados que reporta, partilha e debate o conteúdo de discurso de ódio na internet. Através desta ferramenta é possível criar um *link* para qualquer conteúdo com discurso de ódio na internet. As moderadoras e os moderadores monitorizam e facilitam o *site*, criando tópicos de debate todos os meses com base no interesse da comunidade *online*. Há a possibilidade de ‘passar à ação’ se o conteúdo do discurso de ódio identificado precisa de outro tipo de abordagem.

Site de coordenação da Campanha - www.coe.int/youthcampaign

Este *site* fornece os materiais, os recursos e a informação sobre as campanhas nacionais, os parceiros europeus e um resumo do trabalho do Conselho da Europa sobre o discurso de ódio.

1.8 | ESTRUTURA DO MANUAL

O manual foi dividido em sete capítulos. Os capítulos 2 e 3 definem e explicam o discurso de ódio, especialmente *online*. Os capítulos 4 e 5 introduzem o conceito de narrativas e definem o que são contranarrativas e narrativas alternativas. Os capítulos 6 e 7 são mais dirigidos para a ação, oferecendo orientação passo a passo sobre como desenvolver narrativas alternativas e contranarrativas no combate ao discurso de ódio, com dicas, exemplos e ferramentas práticas.

É utilizada a história fictícia de um grupo de jovens que decide desenvolver uma contranarrativa. A história baseia-se em casos reais de experiências de discurso de ódio e em ações

reais, acompanhando os textos de cada capítulo, como numa viagem. Esta é a viagem de descoberta, exploração, capacitação e ação das personagens. Claro está, não se pretende que esta seja a única maneira de abordar o discurso e as narrativas de ódio. Os exemplos utilizados neste manual não devem ser copiados acriticamente. Cada ativista deve delinear a sua própria viagem e os seus planos com os e as jovens com quem trabalha, adaptando as ferramentas apresentadas aos seus contextos.

A história começa com Oli, uma rapariga de 18 anos que é vítima de discurso de ódio. Oli procura avidamente respostas para compreender o que é o discurso de ódio e o que pode fazer. O seu amigo Ale é a primeira pessoa com quem fala. Ale é um rapaz que experienciou discurso de ódio no passado e que passou por um processo de capacitação, tornando-se um ativista *online*. Oli e Ale formam a base de um grupo, que decide agir. Através das suas reuniões com várias pessoas, exploram as narrativas, navegando pelas mensagens que recebem. Em conjunto descobrem as várias maneiras de desenvolver uma contranarrativa, ultrapassando as dificuldades. Oli e Ale baseiam-se nos recursos disponíveis, mas, sobretudo, na sua verdadeira motivação e coragem.



O meu nome é Oli. Recebi *emails* que diziam coisas como “Faz as malas e vai para casa”. Até os meus amigos e as minhas amigas gozam connosco *online*. Eu tenho medo, mas também quero fazer mais do que denunciar o conteúdo das mensagens. Juntas-te a mim nesta viagem?

RESUMO DOS CAPÍTULOS

Capítulo 2: Discurso de ódio

Este capítulo define o discurso de ódio do ponto de vista de legislação sobre Direitos Humanos, ou seja, tendo por base a sua definição pelas leis nacionais e internacionais. O capítulo propõe igualmente ferramentas básicas para a análise social do discurso de ódio.

Capítulo 3: Discurso de ódio *online* e redes sociais

O capítulo 3 explica como o discurso de ódio acontece e se expande *online*, sobretudo

através das redes sociais, e como estas plataformas definem e regulam o discurso de ódio. As plataformas de redes sociais são atores na limitação (ou não) do discurso de ódio, não apenas espaços virtuais de interação. Este capítulo explica a necessidade da literacia informática para saber usar as redes sociais no desenvolvimento de narrativas alternativas e de contranarrativas ao discurso de ódio.

Capítulo 4: Narrativas

O capítulo 4 define o conceito de narrativas e o seu papel na promoção e na limitação do discurso de ódio. O capítulo propõe ferramentas práticas de análise e de desconstrução das narrativas sociais e políticas, aplicando-as a dois exemplos: a narrativa xenófoba “eles roubam os nossos empregos” e a narrativa inclusiva da campanha “Yes, We can”, que levou à eleição de Barack Obama.

Capítulo 5: Contranarrativas e narrativas alternativas

O capítulo 5 define contranarrativas e narrativas alternativas como estratégias de ação, distinguindo entre estratégias de curto e de longo prazo. Neste capítulo situam-se as contranarrativas e as narrativas alternativas no contexto de outras formas de ação, nomeadamente, a Educação para os Direitos Humanos, o *advocacy*, o trabalho no domínio da Juventude e as ações legais.

Capítulo 6: Preparar a ação

O capítulo 6 disponibiliza reflexões e ferramentas para a ação. A ação em situações polarizadas é um desafio sensível de muitas formas, sobretudo quando envolve jovens. Assim sendo, uma boa preparação é crucial.

Capítulo 7: Passo a passo

O capítulo 7 contém um guia passo a passo para o desenvolvimento de campanhas de contranarrativas e narrativas alternativas, em quatro fases: análise, desenvolvimento, implementação e avaliação, tendo cada fase vários passos. O capítulo 7 inclui também várias ferramentas e dicas com exemplos ilustrativos.

Anexos

Os anexos incluem ferramentas adicionais, mas igualmente importantes: um conjunto de perguntas frequentes, um resumo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um resumo da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, um exemplo de um plano de sessão, uma lista de recursos anotados e um glossário.

ÍCONES UTILIZADOS



IDEIA CHAVE

O manual oferece contributos sobre o tópico, práticos e teóricos. Este ícone indica um conceito, uma questão ou uma mensagem chave.



QUESTÕES PARA REFLEXÃO Estas questões têm por objetivo apoiar a reflexão sobre o que as ideias apresentadas significam nos vários contextos educativos, pessoais, de trabalho no domínio da Juventude e do ativismo.



FERRAMENTAS

Ferramentas específicas para análise e ação.



DICAS

Dicas e ideias úteis que surgem da prática e investigação sobre o tema em questão.



EXEMPLO

As ideias são apresentadas com exemplos específicos. Este ícone indica uma curta descrição de um exemplo.



EXEMPLO DA CAMPANHA DO MOVIMENTO CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO

O manual ilustra as ideias para a ação com curtas descrições de exemplos relevantes, específicos e atuais geridos pela Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio.



PERSONAGENS DA HISTÓRIA FICTÍCIA DESTE MANUAL

Os personagens são um grupo de jovens que decidem levar a cabo uma campanha de contranarrativa na sua escola secundária, apoiados pelos e pelas docentes e uma técnica de juventude. As imagens destes personagens aparecem por todo o livro para acompanhar uma curta descrição da sua história, baseada em exemplos reais de jovens que foram vítimas de discurso de ódio e decidiram agir.

RESUMO DO MANUAL EM CINCO PONTOS

- Este manual oferece orientação e ferramentas práticas para desenvolver narrativas alternativas e contranarrativas dirigidas ao discurso de ódio para qualquer pessoa que seja educadora, ativista ou técnica de juventude.
- As narrativas operam *offline* e *online* e são poderosas por desafiam os estereótipos negativos e promoverem os Direitos Humanos.
- O manual responde às necessidades identificadas pelos participantes na Campanha e ao convite à ação expresso no Plano de Ação do Comité de Ministros do Conselho da Europa “A luta contra o extremismo violento e a radicalização que leva ao terrorismo” CM (2015) 74.
- O manual propõe o desenvolvimento de narrativas alternativas e de contranarrativas por uma abordagem explícita de Educação para os Direitos Humanos, baseando-se nas políticas de juventude do Conselho da Europa e na sua missão de Educação para os Direitos Humanos e para a cidadania.
- É preciso agir! Podem desenvolver campanhas de contranarrativas ou de narrativas alternativas!

NOTAS

- ¹ Há mais informação sobre discurso de ódio *online*, literacia informática e cidadania online em Gomes, R. (ed.) (2013), Referências: Manual para o combate contra o discurso de ódio *online* através da Educação para os Direitos Humanos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Estrasburgo, disponível em www.odionao.com.pt/media/5369/ReferenciasPT2016_BOOK.pdf
- ² Adaptação do meme “The sociological cinema” em es.pinterest.com/pin/4433299603272919/, consultado a 26 de abril de 2018.
- ³ Convenção do Conselho da Europa sobre a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, conhecida como a Convenção de Istambul, disponível em www.coe.int/en/web/istanbul-convention/home, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁴ A Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, conhecida como a Convenção de Lanzarote, disponível em www.coe.int/en/web/children/lanzarote-convention, acedida a 26 de abril de 2018.
- ⁵ CM do Comité de Ministros do Conselho da Europa CM/REC (2015) 74 de 19 de maio 2015, disponível em www.coe.int/t/DGHL/STANDARDSETTING/PRISONS/PCCP%20documents%202015/CM%20Action%20Plan.pdf, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁶ *Radicalisation Awareness Network Centre of Excellence (RAN)*, em ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network_en, consultado a 26 de abril de 2017.
- ⁷ Há vídeos na página de facebook www.facebook.com/RadicalisationAwarenessNetwork, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁸ Campanha *HeforShe*, em www.heforshe.org/pt, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁹ Recomendação do Conselho da Europa CM/Rec (2010) do Comité dos Ministros aos Estados Membros sobre a Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos, em www.coe.int/en/web/educ/charter-on-education-for-democratic-citizenship-and-human-rights-education, acedida a 26 de abril de 2018.
- ¹⁰ Conselho da Europa (2016), Competências para a Cultura democrática – viver em conjunto em sociedades democraticamente culturalmente diferentes, Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ¹¹ Gomes, R.(ed.) (2012), COMPASS - Manual para a Educação para os Direitos Humanos com jovens, Edições Dinamo, Sintra, disponível em www.dinamo.pt/images/dinamo/publicacoes/compass_2016_pt.pdf
- ¹² Mais informação sobre o trabalho de Paulo Freire e sobre o conceito de praxis está disponível em www.freire.org/paulo-freire/concepts-used-by-paulo-freire, consultado a 26 de abril de 2018.

A Oli é vítima de discurso de ódio e conta a um amigo



Recebi *emails* que diziam
“Faz as malas e volta para casa”.
“Sua m*§€! Este país é nosso”.
“Vai-te embora ou vais ver.”
Mesmo os meus amigos
e as minhas amigas fazem piadas
sobre as pessoas da Rolónia
nos grupos do Facebook da escola.
Tenho medo. O que é isto?



Não tem piada nenhuma.
Estes comentários disseminam
e justificam o ódio, no teu caso,
devido à tua origem.
Chama-se discurso de ódio.

DISCURSO DE ÓDIO

Este capítulo apresenta uma definição de discurso de ódio, explica como o conceito tem evoluído e disponibiliza algumas ferramentas para a sua análise, por um lado, do ponto de vista legal, já que é definido e regulado pela legislação, e, por outro lado, como forma de violência que acontece entre pessoas e grupos. A história fictícia da Oli e do Ale são casos típicos de discurso de ódio. Para além disso, são apresentados dois exemplos de discursos de ódio no contexto europeu.

2.1 | DEFINIÇÃO DE DISCURSO DE ÓDIO

O discurso de ódio é normalmente definido como expressões verbais discriminatórias contra pessoas ou grupos devido a características como etnia, origem, contexto cultural, nacionalidade, religião, género, orientação sexual ou deficiência. No entanto, o discurso de ódio inclui também expressões não verbais como as contidas em imagens, vídeos ou qualquer outra forma de comunicação, *offline* ou *online*, conforme definição do Conselho da Europa, e sublinhado pelos acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.¹



O discurso de ódio, segundo a definição do Comité de Ministros do Conselho da Europa, cobre “todas as formas de expressão que propaguem, incitem, promovam ou justifiquem ódio racial, xenofobia, antissemitismo e outras formas de ódio baseado na intolerância, incluindo: intolerância expressa por nacionalismo ou etnocentrismo agressivo, discriminação e hostilidade contra minorias, migrantes e pessoas de origem migrante.” (Recomendação do Comité de Ministros CM/Rec (1997) 20)²



Para o Movimento Contra o Discurso de Ódio, outras formas de discriminação e de preconceito, como anticiganismo, cristianofobia, islamofobia, misoginia, sexismo e discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero estão claramente dentro do âmbito do discurso de ódio.

O discurso de ódio é uma violação de Direitos Humanos e é regulado por lei na maioria dos países, tendo por base os instrumentos legislativos internacionais na matéria de Direitos Humanos. Por exemplo, a maioria dos Estados do mundo (168) fazem parte do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), que define que “Toda a apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência estará proibida por lei” bem como da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CIEFDR), que proíbe todas as incitações ao racismo (177 Estados).



A OLI É VÍTIMA DE DISCURSO DE ÓDIO

A Oli recebe *emails* de pessoas anónimas que sabem o seu endereço eletrónico e “piadas” feitas pelas suas amigas e pelos amigos *online*, numa plataforma de rede social em que participa. Provavelmente, elas e eles não teriam coragem de fazer estes comentários frente a frente. A Oli é vítima de discurso de ódio com base na sua origem. O pai e a mãe de Oli migraram da Rolónia para a Marcádia, com a esperança de melhoria das condições económicas. A Oli sente-se assustada, confusa e desapontada. Pessoas que toma por amigas fazem comentários discriminatórios como piadas. A Oli está ofendida.

AS ORIGENS E OS DESAFIOS DA NOÇÃO LEGAL DE DISCURSO DE ÓDIO

As origens da necessidade de limitar a liberdade encontram-se no princípio do dano. A liberdade pode ser legitimamente limitada se a sua expressão ou ato causar dano a outras pessoas. Em 1859, o filósofo inglês John Stuart Mill debateu no seu texto “Ensaio sobre a liberdade” que “o único propósito para o qual o poder pode ser justificadamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a sua vontade, é para prevenir dano a outras pessoas”³

A formulação do que constitui discurso de ódio, e sobre que grupos em particular deve ser aplicado, tem sido problemática, e a legislação varia em cada país. A definição e a classificação do discurso de ódio dependem do contexto e do tom da expressão, bem como da intenção da pessoa responsável, do contexto, do alvo da expressão e do impacto no grupo ou na pessoa.

O relatório da UNESCO de 2015 sobre o discurso de ódio em ambientes *online* reconhece estes desafios⁴, sublinhando a dificuldade em aplicar definições na prática quando as fronteiras são ténues. É por isso que é importante considerar os debates sobre a legitimidade e a legalidade da limitação da liberdade de expressão quando se prepara e desenha estratégias contra o discurso de ódio. Definir e combater o discurso de ódio como abuso aos Direitos Humanos em termos legais é imperativo, apesar dos desafios. O discurso de ódio pode ser sinalizado e ser objeto de sanções, dependendo da legislação existente. No entanto, o discurso de ódio também tem de ser visto como um fenómeno social preocupante que põe em causa os valores base das sociedades democráticas, como o respeito pela diversidade, e as suas causas têm de ser enfrentadas, ou mitigaremos apenas os “sintomas”.

AS CAUSAS DO DISCURSO DE ÓDIO

As causas subjacentes do discurso de ódio, como definido no manual Referências, são “estereótipos negativos que veem alguns grupos ou indivíduos como inferiores, diferentes e menos dignos de respeito.”⁵ É por isso que é necessária uma abordagem mais abrangente ao discurso de ódio, tendo em conta as suas causas, mostrando também assim a importância de atividades educativas que ponham em causa os estereótipos negativos e os preconceitos que alimentam o discurso de ódio.

Mas por que razão aparecem os estereótipos negativos? Esta é uma questão muito importante entre quem faz ativismo e quem faz investigação em ciências sociais. Alguns investigadores e algumas investigadoras⁶ explicaram como os grupos, ao longo da história, discriminam e são discriminados uns contra os outros e como esta discriminação faz parte dos sistemas de opressão. Há estudos que examinaram as distinções de classe, as relações de género e o colonialismo, por exemplo. Neste processo histórico, surgiu a ideia de que um grupo era superior / inferior aos outros e que os sistemas eram implementados para justificar e defender estas relações sociais desiguais, por exemplo, ao limitar o acesso à educação com base na ideia de que alguns grupos são, naturalmente, menos capazes ou aptos.

Outras investigações sublinharam que o comportamento humano é guiado pelas necessidades de segurança, identidade e liberdade.⁷ Quando os seres humanos veem uma ameaça e pensam que as suas necessidades podem não ser cumpridas, reagem. Fazem-no, formando grupos para garantir a proteção e o cumprimento dessas necessidades. São criadas narrativas para construir a identidade do grupo, contendo explicações básicas sobre a razão pela qual o grupo precisa de proteção. Surgem ideias como “nós” contra “eles e elas” para reforçar a identidade e a legitimidade do grupo. É por isso que o discurso de ódio nem sempre adota formas derogatórias ou de ódio, mas antes expressões de amor, por exemplo, “o amor pelo país”, “a pureza da nossa terra” ou “a verdade das nossas crenças”.

O ÓDIO NÃO PERTENCE A NENHUM GRUPO

A análise histórica e social ajuda a explicar por que razões a discriminação ocorre, mas explica apenas parcialmente a razão pela qual o discurso de ódio tem sistematicamente como alvo uns grupos e não outros. Pode ser perigoso definir que alguns grupos são mais propensos ao ódio ou a ser alvo de ódio do que outros. Como defende a investigadora Sara Ahmed, o ódio não pertence a nenhum grupo em particular; antes circula criando relações. Ahmed usa o termo “economias afetivas” para sugerir que as emoções, particularmente o ódio, não pertencem a nenhum grupo em particular.⁸ As pessoas têm emoções, por exemplo, sentem-se zangadas ou felizes. Mas as emoções não são propriedade estática de alguém, como uma casa, mas são antes uma forma de capital. Tal como o capital se movimenta, também as emoções se movimentam entre as pessoas, e partilhar emoções cria ligações. As emoções podem, por isso, ser vistas como uma espécie de economia: movimentam-se de pessoa para pessoa e entre grupos, influenciando quem são e o que fazem. Pode então concluir-se que não há nada que inspire inerentemente ao ódio nas pessoas. O ódio surge no contexto das relações entre as pessoas e os grupos nos processos históricos de luta de poderes que os grupos enfrentam.



O discurso de ódio tem de ser entendido como definido de forma legal, mas também como fenómeno social no âmbito de relações sociais e de poder desiguais, nas quais os estereótipos, as emoções e as narrativas têm um papel importante.



O QUE QUER ISTO DIZER NO CASO DA OLI?

No seu caso, a Oli podia sinalizar a situação, já que existe uma lei na Marcádia que regula o discurso de ódio. No entanto, Oli está confusa sobre as causas destes comentários e começa a pensar sobre o seu conteúdo, a razão pela qual ocorrem e de quem vêm. Oli suspeita que os comentários vêm dos seus e das suas colegas de escola. Como é que encontraram o seu *email*? A mãe e o pai da Oli migraram para a Marcádia à procura de melhores perspetivas económicas. Ofereceram ao pai de Oli um emprego na indústria de produção alimentar. Há muitos estereótipos negativos sobre as pessoas de Rolónia, por exemplo, que são preguiçosas e que vivem dos apoios estatais. A situação económica de Marcádia piorou nos últimos tempos e há muito desemprego jovem. Alguns políticos importantes apelaram ao medo, usando uma narrativa que sugere que a imigração é a causa de todos os males, propondo alterações na lei de imigração. As pessoas de Rolónia sentem-se indesejadas e sem poder. A Oli apercebe-se que a questão não é ela enquanto pessoa, mas o facto de estar associada a um grupo que é visto como estrangeiro e ameaçador.



- Qual é o vosso entendimento de discurso de ódio?
- Que legislação existe no vosso país em relação ao discurso de ódio?
- Com que estereótipos negativos se cruzaram relacionados com o discurso de ódio?
- O que dizem esses estereótipos sobre as relações sociais e de poder no vosso contexto?

2.2 | CATEGORIAS PARA A ANÁLISE SOCIAL DO DISCURSO DE ÓDIO

O discurso de ódio acontece no contexto de relações sociais e de poder desiguais que não são fáceis de identificar. Para identificar práticas de exclusão que reproduzem relações de poder desiguais alguns conceitos podem ser úteis: privilégio, interseccionalidade e normatividade.



O discurso de ódio pode ser entendido como uma manifestação de relações sociais e de poder desiguais e como mecanismo que as reproduz. A desigualdade é reproduzida de maneiras subtis, por exemplo, por mecanismos que dão acesso às oportunidades e aos recursos de forma diferenciada, criando privilégios para alguns e resultando na marginalização de outros.

PRIVILÉGIO

Os privilégios são os benefícios sistematicamente dados a membros de certos grupos sociais ou a pessoas reconhecidas enquanto membros de determinados grupos, apesar de as pessoas não se identificarem necessariamente como pertencentes a esse grupo.⁹ O exemplo mais ilustrativo, apesar de simplificado, é o grupo social de pessoas que são reconhecidas enquanto homens, que têm acesso desproporcionadamente mais fácil aos recursos sociais e às posições de poder e de autoridade do que outros grupos sociais, por exemplo, o das mulheres.¹⁰

INTERSECCIONALIDADE

Uma pessoa quase nunca é apenas privilegiada ou apenas marginalizada. É importante sublinhar que uma pessoa não pertence apenas a um grupo social tendo, pelo contrário, múltiplas identidades em simultâneo. Por exemplo, um homem negro, homossexual, que estuda medicina pode sentir-se parte de vários grupos sociais simultaneamente: homem,

negro ou de cultura africana, LGBTI, estudante universitário no seu país, estudantes de medicina por todo o mundo e por aí em diante. Tendo em conta as identidades múltiplas, o privilégio ou a discriminação têm de ser vistos através de uma perspetiva da interseccionalidade entre as diferentes camadas identitárias ou sistemas de opressão. Isto quer dizer que uma pessoa se encontra sempre na intersecção de múltiplas identidades, pertencemos sempre a múltiplos grupos sociais em simultâneo. Por exemplo, ser homem podem implicar alguns benefícios, mas ser homossexual, talvez não. Os nossos benefícios são definidos em relação às outras pessoas. Por exemplo, um grupo privilegiado, as pessoas brancas, em contraste com um grupo não privilegiado, as pessoas não-brancas.

As múltiplas identidades culturais das pessoas influenciam as suas oportunidades sociais, que, falando de forma abrangente, são a sua capacidade de afetar e influenciar o percurso da sua vida e as suas ações.



- Quais são as vossas afiliações identitárias?
- Alguma vez foram vítimas de discriminação ou alvo de discurso de ódio?
- Sentem que têm privilégios ou benefícios especiais? Se sim, quais?
- E em relação às e aos jovens com quem trabalham? Têm questões de identidade? Já viveram situações de discriminação ou de privilégio?

Origem

Género

Orientação sexual

Cidadania



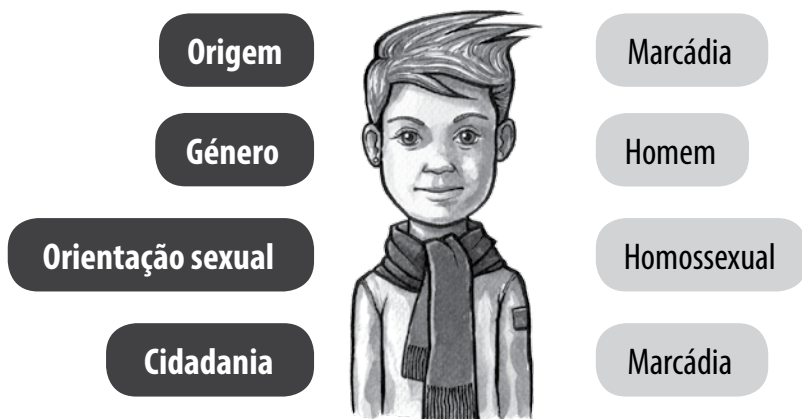
Rolónia

Mulher

Heterossexual

Marcádia

Tendo em conta as afiliações identitárias da Oli, podemos ver que a sua posição social está na intersecção entre ser uma jovem mulher heterossexual, uma cidadã de Marcádia cuja família veio da Rolónia. Estas afiliações influenciam a trajetória da sua vida. Oli é alvo de discurso de ódio tendo em conta a sua origem, mas questiona-se sobre se seria tratada da mesma forma se fosse um rapaz.



Tendo em conta as afiliações identitárias do Ale, a sua posição social está na intersecção de ser um jovem homem homossexual, cidadão de Marcádia, originário de Marcádia, apesar de saber que um dos seus bisavós veio do país vizinho Norlend. Estas afiliações influenciam a trajetória da sua vida. Não é alvo de discurso de ódio com base na sua origem, mas sim na sua orientação sexual.

NORMAS E NORMATIVAS SOCIAIS

As relações hierárquicas entre grupos sociais são estabelecidas com base em normas sociais. As normas sociais são regras de comportamentos exetáveis dos indivíduos em determinado contexto social. Estas normas sociais são uma forma de garantir o estatuto de privilégio às pessoas ou grupos sociais cujas práticas diárias e posições socialmente reconhecidas mais se aproximam das normas e ideias sociais. Estas normas também reproduzem as posições de desvantagem e de marginalização.

As normas sociais são reproduzidas e reforçadas em todos os níveis da vida social, das relações interpessoais às interações com instituições e organizações da sociedade, e, claro está, às representações nos meios de comunicação. Os indivíduos comportam-se tendo em consideração as expetativas das outras pessoas, antecipando possíveis reações aos seus comportamentos. Os desvios às normas sociais são, frequentemente, punidos através de diferentes mecanismos, um dos quais o discurso de ódio. O discurso de ódio procura reforçar as normas sociais, que são destabilizadas através de desvios e desafios às mesmas. Ao mesmo tempo, é importante notar que as normas sociais são simultaneamente reproduzidas e alteradas gradualmente, mais ou menos profundamente, o que pode não se opor nem levar ao discurso de ódio.



O QUE QUER ISTO DIZER NO CASO DA OLI?

No caso da Oli, espera-se que prove a sua lealdade para com Marcádia. Oli deu-se conta de que deixou de falar Roloniano com a sua irmã para que as pessoas não gozassem com elas; aprendeu a antecipar reações políticas negativas e fica sempre com a ideia de que a cultura roloniana é menos “fixe” ou inferior à da Marcádia. Oli tende a considerar que as pessoas marcadianas merecem tratamento diferente, e que os seus privilégios e vantagens são normais.



Os seus amigos e as suas amigas explicam-lhe que a cultura marcadiana também tem roupas “cólicas”; tudo depende de quem julga. Dizem-lhe que não deve ter vergonha da sua herança, mas antes orgulho; dizem-lhe que ignore as piadas e as perguntas e que quem faz essas piadas está a tentar impor-lhe uma maneira de ser.

2.3 | QUEM SÃO OS ALVOS DO DISCURSO DE ÓDIO?



O discurso de ódio tem como alvo predominante os grupos sociais cuja posição na sociedade é subordinada aos outros, ou cujas ideias ou comportamentos conflituam com o sistema de normas prevalente.

Apesar de todos poderem ser alvo de discurso de ódio, na Europa há vários grupos que são regularmente alvo de discurso de ódio.



Uma sondagem *online* da Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio, levada a cabo em 2015, identificou os seguintes grupos como alvo frequentes do discurso de ódio: comunidade LGBTI, pessoas muçulmanas, mulheres, migrantes, minorias étnicas, pessoas ciganas, o povo judeu, pessoas pobres, pessoas com deficiência, as comunidades cristãs e outras minorias religiosas. Esta questão é confirmada por outros estudos e sondagens. Infelizmente, há poucos dados sobre as e os jovens como alvo de discurso de ódio, mas não há dúvidas que o discurso de ódio tem como alvo os e as jovens, tal como todos os outros grupos etários, tendendo a ter maior impacto devido à vulnerabilidade de muitos jovens e de muitas jovens e a sua exposição aos ambientes *online*.

A NÃO ESQUECER

- É importante entender as normas sociais prevalentes de forma a perceber se essas normas são apresentadas como as únicas “apropriadas”, “normais” ou “boas” nas narrativas influentes, e se estas negam explicitamente a diversidade de ideias e de perspectivas. Esta compreensão é necessária aquando da definição do conteúdo e da mensagem de uma campanha, como explicado em melhor detalhe no capítulo 7.
- Compreender a ideia de que os indivíduos têm várias afiliações identitárias é útil para que os grupos se capacitem, criem empatia, chão comum e pontes com outros grupos durante a implementação de campanhas. Por exemplo, vivenciar discriminação baseada na origem pode ajudar a entender o que sentem os alvos de discurso de ódio com base na identidade de género. A empatia é chave na promoção da abertura às ideias das outras pessoas.
- Dar-se conta dos próprios privilégios é útil na compreensão de como algumas normas sociais são consideradas normais, e de como o acesso desigual às oportunidades e aos recursos pode defender a marginalização de alguns grupos, podendo ser, em si mesmo, uma ameaça aos princípios de igualdade e de dignidade humana.

2.4 | DOIS EXEMPLOS DE DISCURSO DE ÓDIO NA EUROPA

As histórias como a da Oli e do Ale não são, infelizmente, tão raras quanto isso na Europa. De acordo com o relatório do Secretário-Geral do Conselho da Europa de 2016, vive-se um aumento geral do racismo e da intolerância na Europa, com base nas considerações dos organismos e dos mecanismos de monitorização do Conselho da Europa:¹¹ “A Europa enfrenta hoje muitos desafios sérios, incluindo o terrorismo, a migração e o conflito. Estas questões têm sido exploradas, com sucesso, por nacionalistas e populistas em vários locais, e a confiança nas instituições nacionais e europeias tem diminuído”.¹² Nesta secção, daremos dois exemplos de discurso de ódio no contexto europeu. Não se pretende que estes exemplos sejam representativos de todas as formas de discurso de ódio na Europa. Pelo contrário, são aqui incluídos para explicar de que forma o discurso de ódio se manifesta no contexto de determinadas relações de poder, usando as categorias analíticas descritas anteriormente.



DISCURSO DE ÓDIO CONTRA PESSOAS REFUGIADAS

O discurso de ódio que tem por alvo as pessoas refugiadas e requerentes de asilo alimenta tensões e preconceitos quase em todo o lado. Por exemplo, o número de comentários *online* provocatórios contra pessoas refugiadas aumentou praticamente em toda a Europa. Comentários como “os refugiados deviam afogar-se” ou “vão arder mais casas de requerentes de asilo” podem ser encontrados por vezes até mesmo em capas de jornais. De facto, a polícia alemã identificou 906 ataques contra casas de requerentes de asilo em 2015, desde incêndios a assaltos físicos, confirmando a suspeita de um *continuum* entre o discurso de ódio *online* e crimes de ódio.

O Conselho da Europa identificou tentativas de introdução de leis em vários Estados-Membros que correm o risco de violarem legislação internacional, nomeadamente no que concerne às pessoas refugiadas e requerentes de asilo. A recusa, por parte de alguns Estados, de estarem à altura dos seus compromissos humanitários internacionais e em relação aos Direitos Humanos, como o direito ao requerimento de asilo, as condições inumanas que os e as requerentes enfrentam e a falta de solidariedade entre países da mesma união económica e política, contribuíram para uma sensação de confusão moral. Tal alimenta e legitima os movimentos agressivos nacionalistas e xenófobos, que sustentam por sua vez o discurso de ódio. A ambiguidade de alguns partidos e políticos alimenta ainda mais a confusão ética e política, exemplificada por multas e sanções a quem ajuda pessoas refugiadas ou a preferência por pessoas refugiadas de determinado contexto étnico ou religioso, violando a legislação nacional e internacional.

Esta “crise de pessoas refugiadas” pode também ser analisada através da perspectiva de relações de poder desiguais, de normatividade e de privilégio. Os refugiados e as refugiadas são alvo de discurso de ódio, numa situação débil em relação às populações e governos europeus. Por exemplo, com frequência as pessoas refugiadas não falam a língua dos países onde requerem asilo e estão traumatizadas pelas suas experiências de guerra. Por outro lado, é difícil que as pessoas europeias que são contra os refugiados e as refugiadas tomem consciência dos seus próprios privilégios. Quem tem privilégios não sente que os tem; pelo contrário, sente-se no direito de ter esses benefícios e vantagens. Reconhecer os nossos próprios privilégios é reconhecer os “pontos de partida” desiguais em relação às outras pessoas, por exemplo, viver num país seguro e com recursos, em comparação com um país devastado pela guerra; tal implica reconhecer a relação injusta e desigual com quem não tem essas vantagens.¹³

Quem está numa posição dominante, com acesso ao poder simbólico e institucional, é capaz de definir normas sociais e sanções para quem se desvia das mesmas. É o caso dos ataques contra pessoas refugiadas, que denotam racismo e xenofobia. Há uma ideia subjacente aos comentários de ódio: há um grupo, “nós”, com privilégios e direitos de interesse superior, e há outro grupo, “as outras pessoas”, vistas como uma ameaça aos privilégios e segurança existentes.¹⁴



DISCURSO DE ÓDIO CONTRA UMA FAMÍLIA CIGANA

A informação deste exemplo foi reunida no contexto de uma investigação na Dublin City University. Os nomes da cidade e dos grupos envolvidos foram retirados.

Em novembro de 2014, cerca de 200 pessoas reuniram-se em frente da casa de uma família cigana num país da Europa Ocidental. A família era composta por uma mãe solteira e o seu filho de sete anos. A família foi insultada, ameaçada e foi-lhes exigido que mudassem de cidade; as janelas da sua casa foram partidas e a polícia teve de retirar a família para uma cidade próxima.

Antes desta manifestação, o ódio sentido pela multidão tinha sido alimentado durante um período de sete meses através de plataformas *online*. A ideia de que a cidade estava a ficar insegura como resultado do aumento da presença de pessoas ciganas apareceu repetidamente em *posts*. Os ataques violentos à casa da família foram facilitados pelo facto de os e as participantes fazerem parte de um grupo bem organizado e parte de um movimento social maior.

Nos meses anteriores, foi criada uma página *online* no Facebook contra o racismo para combater o ódio expresso nesta cidade em particular. Depois do ataque, quem administrava a página organizou uma manifestação na praça principal da cidade. As pessoas juntaram-se conforme o que se pode chamar “a geografia do ódio”, ou seja, onde todos os grupos estavam posicionados de acordo com a sua posição relativa ao tema. O centro da praça estava dominado por ativistas antirracistas e por representantes da comunidade cigana. Havia um segundo grupo que poderia ser definido como “pessoas apaixonadas pela cidade”, ligeiramente afastado, mas próximo do núcleo antirracista. As “pessoas apaixonadas pela cidade” estavam de acordo com a narrativa da “cidade segura”, de “vizinhança simpática”, mas não aprovavam a manifestação contra a família cigana. Finalmente, dispersos por entre as pessoas, estavam alguns indivíduos que se consideravam defensores do ataque à família, apesar de não confirmarem se tinham ou não tido um papel ativo.

Por entre estes grupos da geografia do ódio, o grupo das “pessoas apaixonadas pela cidade” é o mais interessante relativamente ao discurso de ódio. A narrativa de “defensores e defensoras da cidade” foi construída com base na ideia de “cidade decente”, “amigável e segura”, “com fortes valores sociais” e “onde toda a gente se conhece”. Um cidadão deste grupo declarou “Eu fui um cidadão do mundo toda a minha vida e sempre adotei as culturas locais por onde andei... eles e elas (a comunidade cigana) não o fazem.”

Como resultado destas narrativas, as pessoas visivelmente ciganas, cujas roupas são diferentes da norma local, foram consideradas criminosas; foram-lhes atribuídos imediatamente os crimes que aconteciam na cidade, desde roubos em lojas a atividades agressivas. Neste cenário, a narrativa apoiada pelas “pessoas apaixonadas pela cidade” não só não evitou o ataque, mas, pelo contrário, sustentou o ódio que levou ao ataque.

Este exemplo mostra como o desvio às normas sociais é socialmente punido. Apresenta também os membros de um grupo social privilegiado como um grupo que sente que tem direito a prerrogativas especiais, por exemplo, decidir quem deve ou não fazer parte da cidade. O ódio adotou formas claras de amor. O poder está ligado à construção da narrativa. Nenhum dos possíveis argumentos que as “pessoas apaixonadas pela cidade” defendiam podia ser considerado discurso de ódio e, por consequência, estas nunca seriam banidas das redes sociais, por exemplo, ou acusadas.

O discurso de ódio tem de ser entendido quer como um comportamento sujeito a regulação através da lei bem como enquanto fenómeno social. Cada uma destas perspetivas oferece um menu de ações diferentes para o seu combate.

RESUMO DO CAPÍTULO EM CINCO PONTOS

- O discurso de ódio é um conceito que foi evoluindo no tempo. Nasceu no contexto legal, tendo como base os direitos. Todavia é difícil perseguir o discurso de ódio exclusivamente através de definições legais, pois estas não são suficientes para lidar com as suas causas e o seu conteúdo.
- O discurso de ódio é uma violação dos Direitos Humanos e pode ser visto como uma manifestação de relações sociais de poder desigual.
- O discurso de ódio não é prerrogativa de nenhum grupo; emerge num contexto de determinadas relações sociais. O discurso de ódio surge quando as normas sociais e os privilégios são postos em causa.
- O discurso de ódio muda de forma. Podemos encontrá-lo escondido em frases e discursos sobre o amor e a justiça.
- Para lidar com o discurso de ódio de forma eficaz, é importante percebê-lo quer como violação de Direitos Humanos quer como fenómeno social com causas profundas.

NOTAS

- ¹ European Court of Human Rights (2016) Fact Sheet on Hate Speech, disponível em www.echr.coe.int/Documents/FS_Hate_speech_ENG.pdf, consultado em 26 de abril de 2018.
- ² Recomendação do Conselho de Ministros do Conselho da Europa Rec(1997)20, disponível em rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680505d5b, consultado a 28 de agosto de 2018.
- ³ Por exemplo, o artigo 20º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos refere que “Toda a apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência estará proibida por lei.”
- ⁴ Gagliordone I. et al. (2015), Countering online hate speech, UNESCO, Paris, disponível em unesdoc.unesco.org/images/0023/002332/233231e.pdf, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁵ Ver página 143 de Gomes, R. (ed.) (2016), REFERÊNCIAS – Manual para o combate ao discurso de ódio online através da Educação para os Direitos Humanos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, disponível em www.odionao.com.pt/media/5369/ReferenciasPT2016_BOOK.pdf, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁶ Por exemplo, Mies, M. (1986), Patriarchy and capital accumulation on a World Scale. Women in the international division of labor, Zed Books Ltd., New York, e Federici, S. (2004), Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation, Autonomedia, New York.
- ⁷ Galtung, J. (1996), The Basic Needs Approach, disponível em www.transcend.org/galtung/papers/The%20Basic%20Needs%20Approach.pdf, consultado a 28 de agosto de 2018.
- ⁸ Ahmed, S. (2004) Affective Economies, Social Text (22-2) pp. 117-139.
- ⁹ Pease, B. (2010), Undoing privilege: Unearned advantage in a divided world, Zedbooks, London.
- ¹⁰ Connell, R. (2012), Moškosti, Krtina, Ljubljana.
- ¹¹ Council of Europe (2016): State of Democracy, Human Rights and the Rule of Law. A security imperative for Europe. An analysis of democracy, human rights and the rule of law in Europe, Secretary General’s Report, disponível em edoc.coe.int/en/fundamental-freedoms/5949-state-of-democracy-human-rights-and-the-rule-of-law-in-europe.html, consultado a 26 de abril de 2018.
- ¹² Council of Europe (2016): Thorbjørn Jagland: Europe’s human rights and security at risk through populist nationalism, disponível em rm.coe.int/168071ed70, consultado a 26 de abril de 2018.
- ¹³ McIntosh, P. (1988), White Privilege and Male Privilege: A Personal Account of Coming to See Correspondences through Work in Women’s Studies, Virginia Women’s Studies, disponível em www.nationalseedproject.org/images/documents/White_Privilege_and_Male_Privilege_Personal_Account-Peggy_McIntosh.pdf consultado a 26 de abril de 2018.
- ¹⁴ Académicos como Debeljak escreveram sobre a homogeneização cultural da Europa e sobre as perceções negativas do “exterior”. Para mais informação, ver Debeljak, A. (2009), ‘In praise of hybridity: Globalization and the modern western paradigm’, Eurozine, 23 November 2009, pp. 1-9, disponível em www.eurozine.com/articles/2009-11-23-debeljak-en.html, consultado a 26 de abril de 2018.

A Oli decide sinalizar os *emails* à polícia



Faz ideia de onde vêm os *emails*?
Quantas pessoas estão envolvidas?

Todas e todos usam *nicknames*... por isso ninguém pode saber. Eu recebi dois *emails*, mas vi comentários parecidos *online* nos grupos de Facebook da escola. Suspeito até de algumas pessoas na minha turma... eles e elas dizem que são piadas.



Estas pessoas acham que estão protegidas pelo anonimato e que nada lhes acontecerá. Mas as plataformas das redes sociais têm que fornecer os endereços IP utilizados pelos perfis que fizeram estes comentários. Vamos começar uma investigação. Também precisaremos de sinalizar às próprias plataformas das redes sociais a existências desses comentários.

DISCURSO DE ÓDIO *ONLINE* E REDES SOCIAIS

CAPÍTULO

3

Este capítulo explica de que maneira a internet e, sobretudo, as redes sociais mudaram a forma como comunicamos, incluindo a forma como o discurso de ódio se dissemina e “viaja” *online*. Apesar de as plataformas das redes sociais serem apenas uma parte da internet, este capítulo foca-se nelas por duas ordens de razão. Por um lado, o discurso de ódio acontece e dissemina-se muito através das redes sociais devido à sua popularidade, ao tipo de interatividade que permitem e à fraca regulação a que estão sujeitas. Por exemplo, as estatísticas da União Europeia mostram como são sobretudo os e as jovens quem usa as redes sociais para se juntarem a atividades cívicas.¹ É, por isso, importante que os educadores e as educadoras para os Direitos Humanos, bem como as e os ativistas percebam como o discurso de ódio circula *online* e como é definido e regulado pelas plataformas das redes sociais, enquanto parte da literacia informática exigida para levar a cabo campanhas de contranarrativas eficientes.

3.1 | COMUNICAÇÃO E WEB 2.0

A internet mudou a forma como as pessoas, e especialmente os e as jovens, comunicam e interagem nas relações interpessoais e sociais. Os impactos aumentam com as inovações na *world wide web*, permitindo mais interatividade e mudando a natureza da relação conteúdo e quem o produz e quem o consome. Esta interatividade também mudou a maneira como as narrativas operam através dos media. Apesar de poder haver um emissor a produzir uma história, as histórias aumentam e ganham a sua própria vida através dos *inputs* de quem as utiliza. As narrativas viajam através de diferentes espaços como filmes, televisão, fóruns *online* nas chamadas narrativas transmédia.²

É inegável que as ferramentas que a internet oferece têm contribuído para o aumento das tensões nas reações entre indivíduos e grupos na esfera pública. Por exemplo, a internet permitiu o ativismo à escala global e a cooperação transfronteiriça. Simultaneamente, a internet, e sobretudo as redes sociais, tem sido usada como espaço e ferramenta de ódio. Apesar de não existirem estatísticas a nível global do fenómeno, as plataformas de redes

sociais e as organizações que foram criadas para combater o discurso de ódio reconhecem que as mensagens de ódio disseminadas *online* são cada vez mais comuns.³

Apesar de todos os benefícios, as redes sociais precisam de ser vistas de forma crítica como um novo participante ativo nos processos de comunicação. As redes sociais têm a capacidade de tomar decisões sobre o conteúdo e os dados pessoais que os utilizadores e as utilizadoras partilham. Na maioria dos casos, quando é publicado um comentário de ódio, a forma como as redes sociais estão criadas, em nome dos debates abertos e democráticos, permitem que o conteúdo seja debatido e que se especule sobre o mesmo.⁴ Por exemplo, um comentário racista é alvo de debates infundáveis sobre se é ou não uma violação aos regulamentos contra o discurso de ódio, aumentando o debate sem gerir o racismo em si.

A integração entre os meios de comunicação e os processos sociais e políticos é tal que existem casos onde o processo ganha uma “segunda vida” nos ambientes das redes sociais, como no caso do discurso de ódio. Até certo ponto, as redes sociais permitem e contribuem para a criação de notícias sustentáveis ou, por outras palavras, mantêm assuntos vivos na agenda por maiores períodos de tempo.



- De que forma a vossa experiência com as redes sociais influenciou a maneira como comunicam com as outras pessoas?
- Viram ou experienciaram alguma forma de discurso de ódio numa plataforma de redes sociais?

INTERATIVIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOMINANTES E NAS REDES SOCIAIS

A investigação demonstra que os meios de comunicação tradicionais integraram profundamente a interatividade com o seu público, como ferramenta para manter o interesse e como base do desenvolvimento de conteúdos.⁵ As pessoas não veem televisão ou ouvem rádio passivamente; enviam ativamente comentários ou participam através de sessões de *tweets* ao vivo. Em particular, os e as jovens veem televisão e publicam *tweets* nos seus telemóveis e, simultaneamente, procuram informação que os e as aproxima do evento ou programa que estão a ver. Usam *hashtags* que os meios de comunicação fornecem e os mesmos *hashtags* são usados para desafiar as afirmações dos meios de comunicação.

Os meios de comunicação dominantes tentam lucrar com a interatividade com o público, com diferentes graus de sucesso. Um dos desafios tem sido a ocupação de espaços recém-criados por pessoas que criam discurso de ódio que desenvolvem táticas sofisticadas para levar avante as suas mensagens, sem moderação do conteúdo ou sem visões alternativas.

Um exemplo disto tem sido observado no contexto da tentativa da televisão pública sueca SVT de usar as redes sociais durante as eleições parlamentares de 2014.⁶ A SVT usou “prática interativas”: a estratégia começou por encorajar o envolvimento através das redes sociais (Twitter e Facebook) sobre tópicos sociais pré-definidos como o sistema de saúde ou a educação. De seguida a estratégia passou por transformar o retorno do público em histórias e áreas temáticas. O que aconteceu foi que, em todos os temas, dos sistemas de saúde à educação, apoiantes da extrema-direita boicotaram os debates e publicaram mensagens anti-imigração, ocupando o espaço recém-criado. Os debates e a troca de opiniões equilibrados acabaram por ser desencorajados. A moderação era limitada e insuficiente. O estudo de caso concluiu que a moderação era “problemática devido ao reduzido número de pessoal da SVT que lidava com o conteúdo das redes sociais”.⁷

Este exemplo demonstra que estes novos espaços não são necessariamente e naturalmente espaços de debate democrático, onde toda a gente pode participar duma forma equitativa. São antes novos campos para batalhas de poder que requerem uma moderação adequada, de forma a que todas as opiniões possam ser expressas e ouvidas com respeito.



O QUE QUER ISTO DIZER NO CASO DA OLI?

No caso da televisão sueca, quem produzia ódio desenvolveu táticas sofisticadas para ocupar deliberadamente o espaço *online*. No caso da Oli, não é claro até que ponto as ameaças foram organizadas por um grupo político definido ou se são uma forma menos agressiva de discurso de ódio em que os e as colegas de escola repetem piadas com conteúdo de ódio.

A Oli está desiludida porque não esperava esta reação por parte das e dos colegas ou pessoas conhecidas. Como é que um espaço que usava para se divertir e para se relacionar com outros amigos e outras amigas se tornou um espaço de divisão? Será que é necessária a moderação dos grupos da escola nas redes sociais? Será que os e as docentes o viram? Será que podiam ter feito alguma coisa? Será que outras e outros colegas poderiam ter feito outros comentários para acabar com o discurso de ódio ou para mostrar solidariedade com os e as estudantes de Rolónia?



Para a tentar acalmar, o Ale diz-lhe que o mais provável é que os comentários não terem tido a intenção de a magoar. Provavelmente quem os publicou não tinha noção das consequências das suas ações e partilhou conteúdos já criados sem distinguir bem a informação de qualidade da sem qualidade, ou sem se dar conta que faltava racionalidade aos comentários, e que eram de ódio. O Ale também refere quem não contribuiu para as piadas, confessando: “Eu vi as piadas, mas não tive coragem de me manifestar contra elas. Achei que não valia a pena. Será que devia ter dito alguma coisa?”

3.2 | DISCURSO DE ÓDIO, PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS E EMPRESAS

As plataformas das redes sociais permitem que os utilizadores e as utilizadoras criem conteúdo, desde que aceitem os termos de utilização. Cada rede social, enquanto empresa privada, define os seus termos de utilização ou os chamados “padrões da comunidade”, que são importantes para a regulação do discurso de ódio. Esta secção mostra como algumas plataformas de sucesso abordam o discurso de ódio, que categorias consideram nos seus regulamentos, como quem as utiliza pode maximizar as ferramentas para combater o discurso de ódio e que limitações as ferramentas têm. Estas informações baseiam-se em investigações que ainda decorrem, e são alvo frequente de mudanças.⁸

FACEBOOK

- O grupo alvo tem de ser individualizado. A frase “Odeio o cristianismo” não viola o regulamento, mas “eu odeio cristãos” sim.
- Apenas o conteúdo denunciado é analisado.
- Mesmo que muita gente sinalize um conteúdo, não é garantido que o mesmo seja removido.
- Exceto raros exemplos é mais provável que o Facebook remova conteúdo de indivíduos do que de páginas ou grupos.
- O Facebook tem uma janela à direita de cada comentário que permite que os utilizadores e as utilizadoras sinalizem o conteúdo.
- O conteúdo denunciado é analisado por pessoas e a regra é que o retorno seja dado em 24 horas. Cada conteúdo sinalizado é tratado separadamente. Conteúdo que não foi apagado depois da primeira sinalização pode ser apagado após outro utilizador ou outra utilizadora o sinalizar porque as regras podem ser interpretadas de forma diferente.
- Há muitos relatórios enviados ao Facebook, mas alguns são descartados por não violarem claramente os termos de utilização. Por exemplo, quem produz discurso de ódio tem alterado algumas das mensagens racistas para que pareçam patrióticas e escapem à remoção. Os regulamentos são com frequência ambíguos e quem cria discurso de ódio desenvolve táticas sofisticadas para conseguir passar a mensagem.
- O Facebook recomenda que o alvo de discurso de ódio bloqueie a utilizadora ou o utilizador que a criou. A ideia é que é mais um problema individual do que um fenómeno social pelo qual a empresa é responsável. A lógica é “Não gostam de pessoas racistas? Bloqueiem-nas e não as verão!”

YOUTUBE

- Criticar um Estado não é considerado discurso de ódio, mas é discurso de ódio se a crítica atacar um grupo de pessoas tendo por base a sua raça ou religião.
- O Youtube não encoraja nem recebe muitas queixas e relatórios de discurso de ódio. Quem utiliza esta rede é convidado ou convidada a bloquear, sinalizar e só depois a sinalizar um vídeo.
- No Youtube, os comentários são regulamentados separadamente dos vídeos – assim, os comentários são revistos por uma equipa responsável pelo Google+, enquanto os vídeos são revistos por uma equipa do Youtube.

TWITTER

- O Twitter pode ser considerada a plataforma com a maior compreensão do que é discurso de ódio.
- Desenvolveu políticas quer para os utilizadores e utilizadoras quer para anunciantes.
- O discurso de ódio é categorizado enquanto comportamento abusivo.
- A revisão é rigorosa e completa.
- Algumas revisões são feitas por algoritmos, não por pessoas, sobretudo quando se trata de pornografia.
- O Twitter não remove contas, mas suspende-as temporariamente até que o utilizador ou a utilizadora dê retorno adequado em relação ao conteúdo publicado.



- Já sinalizaram alguma forma de discurso de ódio numa plataforma de rede social?
- Sabem como sinalizar discurso de ódio *online* no vosso país?

REGULAMENTOS DE DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

Quando analisamos os regulamentos e as normas da comunidade, é importante esclarecer que, enquanto regulamentos de empresas privadas, não são resultado de decisões públicas democráticas nem defendem ou se baseiam em legislação nacional ou internacional. No entanto, tal pode estar a mudar devido à pressão de ativistas e governos. O Reddit e YouTube são empresas com sede nos Estados Unidos da América cujas normas e tradições sobre a liberdade de expressão podem resultar em regulamentações fracas sobre o discurso de ódio.

Os regulamentos destas empresas de redes sociais mostram que não monitorizam o discurso

de ódio, apesar de poderem ter protocolos sobre como reagir perante conteúdos desta natureza que lhes são sinalizados. Se o discurso de ódio não for sinalizado, pode existir, circular e ser disseminado. Uma publicação é removida após ser identificada e ficar demonstrado que é discurso de ódio, segundo os padrões da comunidade. Para além disso, as plataformas de redes sociais estão ativamente a redefinir o que é discurso de ódio e a alterar os seus regulamentos.

As plataformas de redes sociais respondem ao discurso de ódio que lhes é sinalizado, não monitorizam ativamente o conteúdo, mas reagem à pressão de quem as utiliza e das autoridades. Quando se trata de discurso de ódio, o Facebook diz que retira o conteúdo que ataca diretamente as pessoas com base na raça, etnicidade, origem, afiliação religiosa, orientação sexual, sexo, género, identidade de género, deficiências graves ou doenças.

No entanto, há um paradoxo que as plataformas de redes sociais enfrentam. Os seus regulamentos afetam o discurso de ódio, no que diz respeito aos seus objetivos e a sua disseminação. Por isso jogam um papel importante no desenvolvimento de conflitos sociais, por exemplo relacionados com o racismo e a xenofobia. As autoridades exigiram que as empresas melhorem os seus regulamentos e mecanismos de monitorização. No entanto, a forma como as plataformas estão criadas faz com que o discurso de ódio seja combatido a nível individual, ou seja, através da sinalização feita por uma pessoa que esteja a utilizar a plataforma, e pela remoção específica desse conteúdo. É preciso ter em consideração esta característica quando pensamos de que forma as redes sociais poderiam efetivamente contribuir para a luta contra o discurso de ódio. São neutras, passivas ou potenciais atores positivos? Para perceber como poderiam contribuir para a limitação do discurso de ódio, é importante perceber os seus interesses e limitações.

As redes sociais querem manter um equilíbrio entre a liberdade de expressão e o respeito pelas regras da comunidade e, simultaneamente, beneficiar comercialmente, ou seja, aumentar o impacto e o uso dos seus serviços. O conteúdo das normas da comunidade é determinado por um conjunto de fatores; é formado pela influência e pressão de grupos de ódio que exigem a sua liberdade de expressão, de grupos anti-ódio que sublinham a emergência do discurso de ódio, e pelo pessoal das empresas a que pertencem as redes sociais.⁹ Esta questão explica parcialmente a razão pela qual as políticas sobre o discurso de ódio mudam com frequência. Estas políticas permitem ou limitam as formas como o discurso de ódio pode ser sinalizado e mitigado.

Tendo em conta estas limitações, o discurso de ódio continua a existir e a proliferar com uma sensação de impunidade. Através de táticas sofisticadas, quem escreve discurso de ódio é capaz de promover narrativas de ódio, de apoiar a desigualdade, a discriminação e a marginalização de alguns grupos. Por exemplo, plataformas como o Facebook têm sido usadas por grupos de extrema-direita como a Aurora Dourada, na Grécia.¹⁰

As suas páginas políticas foram removidas e os seus seguidores e as suas seguidoras, para manter a atividade, fundaram um espaço intocável usando referências vagas ao patriotismo, o que não é visto como problemático pelo Facebook, por exemplo, mas o espaço continua a acolher sentimentos xenófobos. Os grupos aprenderam a navegar por entre os termos e as normas da comunidade e por entre as ações e relatórios dos grupos antirracistas e pelos Direitos Humanos, mantendo a sua atividade e visibilidade nas redes sociais.

No entanto, estas limitações estão a ser desafiadas por ativistas e por alguns governos. O discurso de ódio nega a expressão de opiniões e identidades diferentes, incitando e legitimando o crime de ódio. Tal constitui uma ameaça à Democracia e aos Direitos Humanos, por isso as e os ativistas e os e as exponents políticos estão a exigir às empresas das redes sociais que reconheçam maior responsabilidade, criando melhores regulamentos. O código de conduta sobre discurso de ódio online ilegal entre a União Europeia e quatro grandes empresas, acordado em maio de 2016, é um exemplo desta consciencialização,¹¹.

A forma como o discurso de ódio circula e se expande mostra como as relações de poder desiguais estão também presentes na própria forma como as plataformas estão desenhadas, determinando assim quanto o discurso de ódio se mantém presente, circula e é permitido de forma estrutural. São necessários mecanismos de controlo, mas não são suficientes para combater o discurso de ódio *online*.



O discurso de ódio enquanto fenómeno social não pode ser abordado como o problema de um indivíduo que se queixa, nem se pode lidar caso a caso por cada discurso de ódio sinalizado (individualismo). O discurso de ódio deve ser antes uma fonte de preocupação da nossa coexistência democrática coletiva. Neste contexto, estratégias educativas emancipatórias, que usam narrativas alternativas e contranarrativas ao discurso de ódio são de relevância crucial. Não é um problema que afeta diretamente os alvos do discurso de ódio; o discurso de ódio *online* é um problema que nos afeta a todos e a todas.

A IMPORTÂNCIA DAS CONTRANARRATIVAS CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO ONLINE

Sinalizar e eliminar discurso de ódio é tão crucial enquanto estratégia (em si mesma), como é uma abordagem para o combater. Mas não chega. Em primeiro lugar, é menos provável que se retire das plataformas das redes sociais formas de discurso de ódio não-categorizado, como ódio contextual ou expressões de amor (ver capítulo 2) que saem do âmbito do que está regulamentado. Em segundo lugar, não se combatem as causas do discurso de ódio. É aqui que a educação e o uso de contranarrativas e de narrativas alternativas com uma dimensão de Direitos Humanos podem e precisam de ser usadas.

As causas e os fatores determinantes do discurso de ódio, como estereótipos negativos, podem ser abordados através de uma abordagem educativa e de consciencialização mais holística. Através de ações e campanhas, podem-se informar as e os jovens sobre o dano causado pelo discurso de ódio, sobre como nega a dignidade humana, oferecendo mensagens novas e positivas que se baseiam nas ideias de humanidade partilhada, respeito e igualdade.



O QUE QUER ISTO DIZER NO CASO DA OLI?

A Oli sente que está num espaço sem lei quando está *online*. Quem é responsável pelo que ela passou? Os comentários que viu na plataforma social da escola mencionavam especificamente pessoas da Rolónia, por isso sinalizou os comentários, mas o conteúdo não foi removido. A Oli também sinalizou um vídeo, o utilizador já não está visível *online*, mas o vídeo foi publicado mais uma vez através de um novo perfil. A polícia descobriu que a morada de IP do computador de onde as mensagens foram enviadas pertence a um computador da escola, por isso sabe que provavelmente as mensagens foram enviadas pelos seus e pelas suas colegas. Através desta experiência, a Oli descobriu algumas maneiras de responder ao discurso de ódio, mas sente que não chega. A Oli acha que a educação e a consciencialização são muito importantes.

3.3 | O PAPEL DA LITERACIA INFORMÁTICA



A literacia informática [é] a capacidade de aceder, perceber, analisar criticamente e criar informação e comunicação.

Sonia Livingstone, *Internet Literacy: 'Young People's Negotiation of New Online Opportunities'*¹²

As e os jovens usam muito a internet para encontrar informação e para comunicar e socializar com os seus e as suas pares através das redes sociais. As competências e as ferramentas da literacia informática são plenamente relevantes e necessárias para os e as jovens, especialmente para lhes permitir identificar o discurso de ódio e responder. É fundamental que as e os jovens aprendam a aceder e procurar informação em diferentes fontes, a analisa-la de forma crítica, e a confirmar a sua origem. Analisar criticamente as fontes na era da sobrecarga de informação é uma competência essencial.

O Conselho da Europa sublinhou a importância da promoção de competências da internet e dos meios de comunicação social através de recomendações (2006 e 2009¹³) que afirmam que os Estados Membros devem ter estratégias para proteger crianças e jovens contra o conteúdo e comportamento que possa causar dano, capacitando as crianças, os e as jovens

e os educadores e as educadoras para que façam o melhor uso possível dos serviços e tecnologias de informação e comunicação, para promover a participação ativa nos novos ambientes de informação e comunicação.

O nível e âmbito da literacia informática necessária dependerá do papel que os e as jovens desempenham em relação ao discurso de ódio, quer sejam vítimas, observadoras ou observadores, produtores e produtoras de discurso de ódio, quer queiram tornar-se ativistas contra o discurso de ódio, como explicado em detalhe no capítulo 5 do manual Referências. Aqui, fazemos um resumo das competências fundamentais relacionadas com a literacia informática que são particularmente relevantes para as campanhas contra o discurso de ódio através das redes sociais:

LITERACIA INFORMÁTICA COMO LITERACIA DAS REDES SOCIAIS

Aceder à informação

Aceder e participar nas plataformas das redes sociais não é o mesmo para toda a gente. O modelo das plataformas das redes sociais determina as nossas interações, por exemplo, selecionando e priorizando a informação que recebemos. As plataformas filtram as publicações que recebemos com base no nosso comportamento anterior e nos nossos “likes”. Uma competência importante é termos noção deste processo de filtros e definir, de antemão, as nossas necessidades de informação e a estratégia de acesso à informação de várias fontes.

Analisar a informação

São necessárias competências de análise crítica para a interpretação de mensagens criadas por várias fontes, por exemplo, indivíduos, grupos informais, grupos organizados e meios de comunicação tradicionais. A análise das motivações de quem envia mensagem a título individual torna-se mais difícil, tendo em conta que são, com frequência, anónimas. Para além disso, é necessária a análise das trocas de mensagens e das conversas entre diferentes atores uma vez que, com frequência, não se trata de um artigo ou vídeo isolado que é partilhado, mas antes, uma série de mensagens relacionadas.

A literacia informática relacionada com as redes sociais implica não apenas compreender o conteúdo partilhado nas plataformas *online*, como também compreender a natureza das plataformas e as ideias por detrás da sua forma de funcionamento.

Analisar o formato e as contradições das plataformas das redes sociais

Uma maneira de responder ao discurso de ódio é sinaliza-lo às plataformas sempre que

aparece. Para que o relato seja eficaz, é importante perceber o que é considerado conduta inapropriada nos regulamentos das plataformas existentes, ou seja, analisando os “Termos e Condições de utilização” e as “Linhas orientadoras da comunidade”. Uma das palavras mais importantes na regulamentação formal sobre discurso de ódio são palavras como *ameaçar*, *dirigir* ou *atacar*.

Os regulamentos sobre discurso de ódio só são eficazes quando há uma chamada direta à ação ou expressões claras de ódio dirigidas a categorias protegidas (por exemplo, em relação à raça ou à religião) e nestes casos as ferramentas das redes sociais podem ser eficazes. É importante perceber o objetivo e limitações das regulamentações sobre discurso de ódio para saber como melhor as utilizar.

As redes sociais têm um conjunto específico de regras para casos de cyberbullying, pornografia infantil ou ameaças de morte diretas, que, em muitos casos, podem levar a crimes de ódio. Para estes casos, a melhor ação é usar os mecanismos para sinalizar conteúdos ofensivos que as redes sociais disponibilizam, mas também, e especialmente, os mecanismos criados pela Justiça e pela Polícia a nível nacional.

CAMPANHAS CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO

Apesar de ser importante para toda a gente aprender a aceder, analisar, responder a informação, incluindo expressões do discurso de ódio, é necessário também um conjunto de competências mais específicas para criar mensagens e campanhas *online* contra o discurso de ódio. O capítulo do manual Referências sobre a literacia informática conclui: “Fazer campanha na internet exige um conjunto específico de competências, incluindo a divulgação, a promoção, a construção de estruturas de apoio e de diferentes mensagens e narrativas.” Nesta secção, descrevem-se competências para criar campanhas, que podem ser particularmente úteis quando se usam redes sociais. Os capítulos seguintes fornecem orientações mais detalhadas sobre como construir diferentes mensagens e narrativas para combater o discurso de ódio, incluindo dicas para a divulgação, promoção e construção de estruturas de apoio para mensagens alternativas.



O QUE QUER ISTO DIZER NO CASO DA OLI?

A Oli sente que sabe como usar as plataformas das redes sociais, mas não sabe muito bem como avaliar a informação que lê, nem como criar mensagens através das quais expresse as suas preocupações e participe nos debates de forma significativa. Uma vez leu os “Termos e Condições de utilização” devido à sua experiência negativa e percebeu-os graças à ajuda de amigos e amigas que trabalham numa associação de defesa dos Direitos Humanos. A Oli acha que seria ótima ideia se os e as jovens pudessem aprender sobre este tema na escola. Mas será que é possível? Será suficiente? A Oli sente que está pronta para marcar uma posição contra o discurso de ódio.



- Até que ponto consideram ter literacia informática?
- E em relação às e aos jovens com quem trabalham? Têm as competências para identificar e combater o discurso de ódio *online*?
- Que conhecimentos e ferramentas em relação à literacia informática acham que vocês, ou os e as jovens com quem trabalham, mais precisam de ter para se envolverem em campanhas contra o discurso de ódio *online*?

3.4 | CAMPANHAS NAS REDES SOCIAIS

MÁ PUBLICIDADE

As plataformas das redes sociais são sensíveis à má publicidade, como quando os utilizadores e as utilizadoras se organizam para exigir alterações às políticas e à remoção de determinados conteúdos. Por exemplo, por estarem sob pressão por parte de ativistas em relação ao discurso sexista no Facebook, a empresa expressou a intenção de melhorar os seus sistemas para combater o discurso de ódio sexista.¹⁴

GERIR COMUNIDADES

Os educadores, as educadoras e as e os ativistas que levam a cabo campanhas precisam de motivar e fortalecer as relações com quem os e as apoia *online*. É útil propor uma missão e objetivos comuns, bem como serem capazes de moderar processos participativos e colaborativos.

GESTÃO DA IMPRESSÃO E DA REPUTAÇÃO

Segundo Tillman,¹⁵ pode ser útil criar várias contas ou *inputs* para gerir diferentes pessoas ou tópicos e para se envolverem com diferentes públicos e interesses. Por exemplo, tenham uma conta pessoal para os vossos amigos e as vossas amigas e a família, e criem uma conta diferente para o vosso ativismo *online*. É importante perceberem a forma como as outras pessoas veem os perfis. O tipo de mensagens e conteúdo partilhado define os papéis, a reputação e as impressões que as outras utilizadoras e os outros utilizadores constroem.

PRODUZIR E PARTILHAR CONTEÚDO

É importante ser-se responsável pelo conteúdo produzido e partilhado. O conteúdo, o formato e o tom utilizado têm de refletir os valores que a campanha defende e devem ser os mais apropriados para cada público. O momento e a plataforma na qual o conteúdo é partilhado também exige cuidado.



O QUE QUER ISSO DIZER NO CASO DA OLI?

Através da sua experiência, a Oli melhorou a sua literacia informática, aprendeu algumas formas de responder ao discurso de ódio, como sinalizá-lo às plataformas sempre que surge. Mas a Oli sente que não chega. Os seus e as suas colegas continuam a publicar mensagens de ódio. A Oli pensa que poderia ser pró-ativa e mudar as conversas online fazendo um vídeo que refuta algumas das acusações falsas nas mensagens e partilhando a sua perspectiva, por exemplo, sobre os contributos positivos que as pessoas migrantes trazem ao país. Mas como? Através de um grupo novo? Será que essa seria a maneira mais eficaz de mudar estereótipos negativos e combater o discurso de ódio?

RESUMO DO CAPÍTULO EM CINCO PONTOS

- As redes sociais mudaram a forma como nós, e especialmente os e as jovens, comunicam e interagem, nas relações interpessoais e sociais.
- As redes sociais são uma arena onde acontecem lutas de poder, com vários graus de visibilidade.
- Quem cria discurso de ódio desenvolveu táticas sofisticadas para levar avante as suas mensagens, conhecendo as regras e as suas falhas.
- As plataformas das redes sociais não são espaços neutros de interação; os seus termos de utilização e as suas condições limitam e permitem discurso de ódio. As plataformas devem ser consideradas atores importantes, cujas decisões têm impacto nas dinâmicas do discurso de ódio *online*.
- Para criar contranarrativas, quem trabalha na educação e quem faz campanhas de ativismo deve ter literacia informática, incluindo saberem como interpretar as regras das redes sociais, fazendo bom uso delas nas campanhas.

NOTAS

- 1 Um estudo concluiu, por exemplo, que “uma proporção ligeiramente maior de jovens (em comparação com a população em geral) levou a cabo atividades online, enquanto uma proporção muito maior de jovens (em comparação com a população em geral) usam redes sociais”. Para ver o relatório completo: Eurostat (2015) Being Young In Europe, European Commission, Bruxelas, disponível em ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Being_young_in_Europe_today_-_digital_world, consultado a 26 de abril de 2018.
- 2 Scolari, C. A. (2013), *Narrativas Transmedia*. Cuando todos los medios cuentan, Planeta, Barcelona.
- 3 British Institute of Human Rights (2012), Mapping study on projects against hate speech online, Council of Europe, Strasbourg, em rm.coe.int/16807023b4, a 26 de abril de 2018; e entrevistas com Christine Chen, gestor sénior para as políticas públicas, Google, 2 março 2015, e M. Bickert, diretor da gestão de políticas globais, Facebook, 14 de janeiro de 2015, citados em in Gagliardone et al. (2015).
- 4 Tittle, G. (2016), ‘The debatability of racism. Networked Participative Media and Postracialism’, disponível em raster.fi/2016/02/17/the-debatability-of-racism-networked-participative-media-and-postracialism/, consultado a 26 de abril de 2018.
- 5 Larsson, A.O. and Christensen, C. (2016), ‘From show-room to chat-room: SVT on Social Media during the 2014 Swedish Elections’, *Convergence: the International Journal of Research into New Media technologies*. Online first, 27 de abril de 2016; Buckley, S. (2015), *Passive and active Social Media engagement*, disponível em www.academia.edu/23413001/From_Show_Room_to_Chat_Room_-_SVT_on_Social_Media_during_the_2014_Swedish_Elections, consultado a 26 de abril de 2018.
- 6 Ibid.
- 7 Citado em Larsson and Christensen (2016: 16).
- 8 Siapera, E. and Viejo Otero, P. (2015), ‘How Do Far-Right Movements and Parties Use the Internet and the Social Media? Digital Facebook Postcards, With Hate, Your Far Right’, em Ata da conferência ISIS em Viena 2015, 3–7 junho 2015, disponível em www.academia.edu/25056928/How_Do_Far-Right_Movements_and_Parties_Use_the_Internet_and_the_Social_Media_Digital_Facebook_Postcards_With_Hate_Your_Far_Right, consultado a 26 de abril de 2018
- 9 Ibid.
- 10 Ibid.
- 11 Código de conduta disponível em ec.europa.eu/justice/fundamental-rights/files/hate_speech_code_of_conduct_en.pdf, consultado a 26 de abril de 2018.
- 12 Em McPherson, T. (2008), *Digital Youth, Innovation and the Unexpected*, MIT Press, Cambridge.
- 13 Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa (2009) 5 “Recomendação sobre as medidas de proteção contra conteúdo e comportamentos danosos e para promover a participação ativa no novo ambiente de informação e comunicação”, disponível em search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805d0b0f, consultado a 26 de abril de 2018.
- 14 Marme Levine, vice-presidente do Facebook responsável pelas políticas públicas reconheceu: “Trabalhámos nos últimos meses na melhoria dos nossos sistemas para responder quando utilizadores e utilizadoras sinalizam violações, mas as linhas orientadoras utilizadas por estes sistemas falharam a captar todo o conteúdo que viola os nossos padrões. Temos de conseguir melhor...” disponível em edition.cnn.com/2013/05/29/tech/social-media/facebook-hate-speech-women, consultado a 26 de abril de 2018.
- 15 Tillman, K. (2010), *Do Media Literacy, Digital Literacy, and Social Media Literacy Intersect?* Edelman Digital.

A Oli continua à procura de respostas e vai falar com o seu professor de História

A polícia descobriu que o endereço IP do computador de onde foram enviadas as mensagens pertence à escola. Mas porquê? Por que razão os meus e as minhas colegas pensam assim? Eu nasci aqui.



O discurso de ódio alimenta-se de atitudes racistas e xenofobas. Tu és vista como pertencente a um grupo que é estrangeiro, ou ameaçador. As raízes do ódio *online* são profundas. As atitudes e as tensões sociais na sociedade fazem com que as pessoas sintam a necessidade de se defenderem, neste caso, atacando-te.

Mas porquê? Nós não somos uma ameaça! Eles dizem que lhes roubamos os empregos e que vivemos da Segurança Social, mas não é verdade!

Sim, mas veem-vos desta maneira devido aos estereótipos negativos e aos preconceitos – ouvem histórias parciais vezes sem conta sem confirmarem os factos. Acreditam nas narrativas discriminatórias porque as histórias fazem ecos aos seus problemas. Não tem só a ver com factos – também ter a ver com emoções.



Então está a dizer que para parar o discurso de ódio precisamos de mudar a perceção das pessoas e falar também sobre as suas emoções e problemas? Como fazemos isso?!

Talvez através de uma contranarrativa ou de uma narrativa alternativa... eu sei de uma pessoa que vos pode ajudar... A Sara trabalha numa associação de defesa dos Direitos Humanos. Queres reunir-te com ela? Talvez possamos preparar uma aula em conjunto.

NARRATIVAS

Este capítulo define o que são narrativas e quais os seus papéis nos processos comunicativos sociais e políticos. Apresentam-se ferramentas para ajudar a analisar e desconstruir narrativas. Dois exemplos ilustram como as narrativas podem ajudar a justificar a discriminação e a opressão ou, pelo contrário, contribuir para os processos de emancipação e promoção dos Direitos Humanos.

4.1 | POR QUE RAZÃO FALAR SOBRE NARRATIVAS?

Com que frequência ouvem “precisamos de uma narrativa mais forte”; “qual é a narrativa atrás desta história?”; “Esta narrativa é populista e alimenta o medo das pessoas”? Tal como outros conceitos na moda, o termo narrativa é utilizado (e abusado!) em vários contextos e com tantas *nuances* diferentes que o seu significado se tornou confuso ou vago. Normalmente, narrativa é sinónimo de história. No entanto, uma narrativa é mais do que apenas uma história, verdadeira ou de ficção. Este manual olha para as histórias partilhadas pelos grupos, que contem crenças e interpretações de eventos ou de como a realidade funciona. Estas interpretações ou histórias partilhadas coletivamente ajudam-nos a definir como vivemos em sociedade. As histórias são assim tão importantes? Ouvimos com frequência que o que conta são os atos, não as palavras. Por isso, por que razão é preciso falarmos de narrativas?

AS NARRATIVAS IMPORTAM PORQUE GUIAM AS AÇÕES

As narrativas importam porque influenciam a forma como as pessoas pensam, servem de guia para as decisões e as ações. Por exemplo, se as pessoas pensarem que um determinado grupo na sociedade é ameaçador, tenderão a apoiar medidas de segurança para evitar que esse grupo lhes possa causar danos.

Confrontar-se com as narrativas de ódio *online* não é tarefa fácil para quem defende os Direitos Humanos, para quem faz política e para quem trabalha na educação. Por exemplo, apesar de a assunção de que as e os “migrantes nos roubam os empregos” ter sido desmentida por inúmeros estudos académicos, investigações estatísticas e análises económicas,

esta ideia prevalece. Apesar de ter sido provado várias vezes que não é verdade, esta argumentação continua a alimentar o discurso xenófobo. É utilizada para justificar políticas discriminatórias e incitar ações contra migrantes, pessoas refugiadas e quem as apoia. As narrativas são importantes porque formam as ações, ou a falta delas.



“Os estudos mostram que as histórias têm, com frequência, mais impacto do que os dados”

Com frequência, argumentos racionais e dados não são suficientes para produzir uma mudança no discurso público ou para neutralizar assunções de ódio. Investigadores e investigadoras estudaram a relação entre ideias, linguagem e metáforas para explicar como o cérebro humano entende a realidade, cria relações entre os factos e aprende coisas novas. As histórias são fundamentais. Como escreveu o historiador de Harvard Drew Gilpin Faust “criamo-nos a partir das histórias que contamos das nossas vidas, histórias que impõem propósito e significado às nossas experiências que são, com frequência, aleatórias e descontínuas.”¹

Tal não acontece apenas a nível individual. Durante centenas de milhares de anos, os seres humanos foram capazes de transmitir conhecimento apenas oralmente. Sem literacia, não é possível teorização ou abstração (o tipo de pensamento racional, baseado em dados de que falámos antes).² Antes da escrita surgir, “as histórias eram a primeira forma de os nossos antepassados e as nossas antepassadas transmitirem conhecimento e valores”,³ numa palavra, de transmitirem cultura.

As narrativas são utilizadas para transmitir um sentido ao mundo, aos seus ritmos e aos seus mistérios, inserindo o ser humano nesse contexto. Estas narrativas ajudam com instruções práticas sobre as tarefas diárias, o que fazer, quando e porquê, por exemplo, quando semear e quando colher. As histórias relacionam o que acontece na sociedade com o que os seres humanos são, com o que fazem e com o que têm de fazer.

Apesar de os homens e as mulheres dos dias de hoje confiarem menos nas narrativas e nos mitos para saber quando semear, o papel das histórias e, ainda mais, a sua estrutura mantem-se fundamental. As narrativas têm um papel importante na forma como o cérebro humano compreende e organiza os factos, orientando as suas ações.

Defender os Direitos Humanos de argumentos discriminatórios no discurso público exige um profundo conhecimento de como os seres humanos socializam e comunicam. Na base de tudo isto, encontramos as narrativas. As narrativas contêm partes de informação que fornecem interpretações da realidade, cheias de significado e relevância para quem as ouve.



As narrativas ajudam a constituir o que as pessoas são e o que fazem, tendo dimensões emocionais importantes. Não é apenas o que é dito e o que contém, mas também o que *significam* para as pessoas. Os seguintes exemplos ilustram a ideia de que as narrativas são mais do que uma série de factos, mas que são, antes, enquadramentos nos quais compreendemos e nos relacionamos com a realidade.



A BIBLIOTECA VIVA

O Conselho da Europa organiza, com frequência, uma atividade em que as pessoas que foram alvo de discurso de ódio e de discriminação partilham as suas histórias como se fossem livros de uma biblioteca que podem ser requisitados pelos leitores e pelas leitoras. Através dos testemunhos pessoais e por ser possível fazer perguntas diretamente aos alvos de discurso de ódio, os e as participantes relacionam-se com o tema de forma mais pessoal. As informações e os preconceitos que as pessoas têm sobre determinado tema são postos em causa, ganhando novas perspetivas e novos sentidos. O impacto de ouvirmos as histórias foi descrito como muito mais forte do que ler um relatório sobre o tema⁴.



VÍDEO DE CAMPANHA DA AMNISTIA INTERNACIONAL 'VER PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS'

Esta campanha tem por objetivo desconstruir as perceções negativas sobre as pessoas refugiadas na Europa. O vídeo não fornece factos num tom formal, por exemplo, o número de pessoas refugiadas em países europeus em comparação com outros países. Pelo contrário, o vídeo apresenta uma série de encontros pessoais, começando por quatro minutos de contacto direto, olhos nos olhos com pessoas refugiadas, seguidos por várias conversas entre elas. Viam-se participantes a fazer perguntas espontâneas e diretas, expressando as suas emoções através de sorrisos, usando gestos para indicar atitudes de escuta e de empatia. O tom era doce e as imagens sublinhavam a nossa humanidade comum, para lá da existência de fronteiras políticas. O vídeo teve muitas visualizações e foi referido que construía de facto empatia com as pessoas refugiadas⁵.



EMOÇÕES E SENTIDOS NAS ESTRATÉGIAS DE DESRADICALIZAÇÃO

A investigação sobre os métodos e o impacto das estratégias de desradicalização mostrou que as mensagens vindas dos governos se focavam na lógica, ou seja, corrigiam factos e explicavam a posição do governo e as suas políticas. No entanto, esta estratégia não é eficaz uma vez que as emoções e os sentidos também têm de ser envolvidos na contracomunicação de sucesso. Tendo em conta estas conclusões, os novos esforços combinam informação factual com carga emocional através da utilização criativa de música e de imagens.⁶



- Alguma vez foram convencidos ou convencidas a mudar de opinião sobre algo? O que fez com que mudassem de opinião?
- Quando dialogam com os e as jovens com quem trabalham, de que formas tentaram trazer outros pontos de vista?



QUAL É A NARRATIVA NAS MENSAGENS QUE A OLI RECEBEU?

Quem enviou as mensagens à Oli tinha uma narrativa como guia: viu a Oli enquanto parte de um grupo que quer ver fora do país. Estas pessoas acreditam que este grupo foi, de alguma maneira, prejudicial para a sociedade. Tendo em conta o que a Oli disse ao seu amigo e ao seu professor de História, bem como os casos reais de expressões de discurso de ódio contra pessoas de origem diferente, pode ler-se a seguinte narrativa:

“O nosso país era bom e rico. Foi invadido por pessoas estrangeiras, que não respeitam as nossas tradições nem as nossas leis. Há cada vez mais desemprego e estas pessoas roubam-nos o emprego. Quem é como nós devia ter emprego primeiro; este país é nosso. Não é nada de pessoal, mas temos de defender o nosso país e o nosso povo.”

4.2 | ENTÃO, QUAL É A HISTÓRIA?

OS ELEMENTOS CHAVE DE UMA NARRATIVA

O conceito de narrativa tem vários significados e não há uma definição única. Por exemplo, algumas pessoas usam ‘história’ e ‘narrativa’ como sinónimos, mas há uma diferença. Como referiu o escritor russo Nabokov: “Se dissermos que o rei morreu e depois que a rainha morreu, não há narrativa, só enredo. Mas, se dissermos que o rei morreu e então a rainha morreu de desgosto, ainda temos narrativa.”⁷⁷ “Então” é o elemento chave: cria uma relação entre os eventos e dá significado à história. A relação e o significado são, na verdade, elementos chave de cada narrativa, bem como a sua estrutura, as suas personagens e o contexto.



DEFINIR NARRATIVA

Uma narrativa pode ser definida como a transmissão e interpretação, lógica e internamente coerente, de personagens e eventos relacionados. A transmissão e interpretação em conjunto dão significado à história, relacionando acontecimentos isolados numa história coletiva maior.

Encontramos em cada narrativa os seguintes elementos:

- **Estrutura:** Uma narrativa apresenta 1) uma situação inicial, 2) um momento disruptivo, um conflito ou dilema que muda a situação e provoca o desenrolar dos acontecimentos, e 3) no final, o conflito é resolvido ou transformado. As personagens escolhem um modo de ultrapassar o conflito. Assim, há um “antes” e um “depois”.
- **Personagens:** As personagens principais são com frequência heróis ou heroínas, os protagonistas. Com frequência, existem também antagonistas, vilãs ou vilões ou personagens inimigas.
- **Contexto:** As narrativas adquirem um significado num contexto cultural, social e histórico mais amplo, com mecanismos e regras definidas.
- **Relações:** Uma narrativa não é apenas o fluxo de acontecimentos sem relação, mas antes é centrada nas relações entre as personagens. Duas personagens podem estar unidas por relações positivas ou negativas. No exemplo de Nabokov, a relação rainha-rei era tão forte que a primeira morreu com a morte do segundo.
- **Significado:** Diferente em cada enredo, história ou crónica, uma narrativa apresenta uma relação entre as personagens principais, o seu comportamento e as suas ações (uma história individual) ao contexto geral (a história coletiva).

É importante realçar que com frequência alguns ou a maioria destes elementos são implícitos. O processo de desconstrução da narrativa é o processo através do qual tornamos explícitos os elementos implícitos para os podermos mudar. Sermos capazes de analisar uma narrativa é uma competência importante quando desenvolvemos uma contranarrativa ou uma narrativa alternativa.

ANALISAR A NARRATIVA IMPLÍCITA NAS MENSAGENS QUE A OLI RECEBEU

Estrutura

Situação original: o nosso país era bom e rico.

Momento disruptivo: estas pessoas invadiram-no e roubaram-nos os empregos

Resolução: temos de defender o nosso país e as pessoas estrangeiras devem ir-se embora.

Personagens

Apresentados como heróis (nós): as pessoas que são vistas como “puras” e “leais” Marcadianas: Nós somos as heroínas e os heróis, nós gostamos e cuidamos do nosso país.

Apresentados como vilões e vilãs (eles e elas): as pessoas que não são vistas como sendo “puras” e “leais” Marcadianas por causa da sua origem, da sua aparência ou das suas crenças.

Contexto

Há desemprego, tensões sociais e um aumento do crime. Assume-se com frequência que há um número determinado de empregos num país, e que se alguém fica com um emprego, é um emprego a menos para as outras pessoas. “Os empregos”, neste caso, são um símbolo, e pode relacionar-se ou ser substituído por outros elementos como serviços de saúde, segurança social ou pensões.

Relações

As pessoas locais e as migrantes (“nós” e “eles e elas”) estão ligadas numa relação negativa já que as segundas “roubam” os empregos, e não “ficam com” ou “arranjam emprego” ou outros termos neutros ou positivos.

Significado

Apesar de a Oli ser apenas uma pessoa, personifica um inimigo maior, e quem ouve a história também representa algo “maior” do que si próprio ou si própria, tal como o herói ou a heroína de uma história que, ao derrotar o inimigo, derrota “o mal” em si.

"ELES E ELAS"



"NÓS"?



Com frequência, os elementos de uma narrativa estão implícitos e é preciso descobri-los através de um processo de análise. Quando todos os elementos se tornam mais claros, é então possível pensar se é possível mudá-los e como; ou, por outras palavras, é então possível pensar de que maneira uma nova narrativa, uma narrativa alternativa ou uma contranarrativa podem ser desenvolvidas.



- De que narrativas relacionadas com o vosso trabalho ou contexto se conseguem lembrar?
- Que estruturas, personagens, contextos, relações ou significados podem encontrar nessas narrativas?

DIMENSÕES CHAVE DAS NARRATIVAS SOCIAIS E POLÍTICAS

O interesse nas narrativas tem vindo a crescer em áreas como a sociologia, a literatura, a economia e os estudos de comunicação. A chamada “viragem para a narrativa” implicou um aumento na investigação para analisar e usar as narrativas com diferentes objetivos.

Algumas destas disciplinas focam-se no nível individual ou familiar da narrativa; outras, como a economia ou a sociologia, dedicam mais atenção ao nível coletivo (o grupo, a comunidade, ou nacional). Este manual foca-se nas dimensões sociais e políticas das narrativas.

O papel das narrativas é, de facto, extraordinariamente relevante no enquadramento de um tema ou de um aspeto da realidade, ou seja, na perspetiva a partir da qual vemos o discurso político: “as histórias que conta quem nos lidera importam [...] porque nos orientam em relação ao que é, ao que pode ser, ao que deve ser.”⁸ O que é, o que pode ser: numa palavra, o enquadramento em que os cérebros humanos pensam no mundo e nas possíveis soluções para os problemas com que se cruzam. Definir o conjunto de possibilidades, ou enquadrar um assunto de determinada maneira, determina o que intuitivamente consideramos como possível.

As narrativas sociais e políticas são as que acontecem em espaços como os parlamentos, os debates *online*, as reuniões municipais e as manifestações. Por outras palavras, são as narrativas que existem em qualquer espaço onde se debatem temas de interesse para toda a comunidade. No entanto, ainda mais importante, as narrativas políticas são aquelas cujo “objetivo é influenciar a opinião pública para uma determinada preferência política.”⁹ As narrativas políticas apresentam três dimensões: a emocional, a espacial e a temporal.

- A dimensão emocional relaciona o público com a história. Medo, esperança e raiva são as emoções políticas mais relevantes.
- A dimensão espacial coloca o público no contexto geral, enquadrando o seu papel nesse contexto. Uma narrativa de sucesso prevê, com frequência, um papel para o público que é satisfatório do ponto de vista pessoal e que é coerente com o enredo.
- A dimensão temporal liga o passado, as razões e as origens do momento disruptivo com o presente e com o futuro (o que acontecerá se os personagens levarem a cabo determinada ação). A dimensão temporal está fortemente relacionada com o significado da história.



DIMENSÕES DA NARRATIVA SUBJACENTES AO “FAZ AS MALAS E VAI-TE EMBORA”

Dimensão emocional

“Estamos a sofrer por causa do desemprego e do crime”; “temos medo que a situação só venha a piorar” (medo e raiva)

Dimensão espacial

“Isto está a acontecer-nos no nosso país agora mesmo”

Dimensão temporal

“O nosso país era bom e rico e já não o é. A razão é a chegada dos e das migrantes.” “Se, hoje, nos vírmos livres destas pessoas, então amanhã teremos de volta os nossos empregos.” O emprego representa a riqueza e o estatuto social.



- Como analisariam uma narrativa no vosso contexto, em termos das suas dimensões emocional, espacial e temporal?

NARRATIVAS ENQUANTO PUZZLE DEBAIXO DA SUPERFÍCIE

As narrativas políticas e sociais influenciam a opinião pública. Os *slogans* e os discursos são apenas expressões de uma narrativa, os seus aspetos visíveis, ou parte deles. Por exemplo, o livro de Hitler “*Mein Kampf*” não é a totalidade da narrativa nazi, mas apenas uma expressão representativa dessa narrativa. Um livro ou um *slogan* é o que podemos ler ou ouvir.



Mensagens de discurso de ódio: a ponta do icebergue

As narrativas podem não ser evidentes, uma vez que, com frequência, não são mencionadas explicitamente, mas estão implícitas nas mensagens. É preciso identifica-las para as analisar.

As narrativas não são escritas artificialmente por uma pessoa ou por um grupo; emergem como resultado de muitos debates e trocas de opiniões durante longos períodos de tempo. Tal como as sinfonias não são tocadas apenas por um instrumento, do mesmo modo muitas narrativas não são o produto de apenas uma pessoa ou grupo.

As narrativas que estruturam a nossa compreensão do mundo, como as narrativas nacionais, as narrativas das ideologias políticas ou das religiões,¹⁰ são mais complexas, mais estratificadas e mais profundas, não sendo, no entanto, impossíveis de analisar e compreender. Apesar das “grandes” narrativas políticas durarem muito tempo e reaparecerem em diferentes formas e contextos, os elementos básicos e as dimensões são as mesmas tal como descrito acima. Assim, a desconstrução dessas narrativas é possível através das ferramentas de análise apresentadas neste capítulo e descritas de forma mais detalhada no capítulo 7.

4.3 | NARRATIVAS COMO ENQUADRAMENTO PARA A AÇÃO: DOIS EXEMPLOS



As narrativas ajudam a definir os nossos enquadramentos mentais e “orientam-nos no sentido do que é, do que podia ser, do que devia ser”.¹¹ As narrativas também “definem o que é normal e o que é legítimo, bem como os limites do que é politicamente possível.”¹² Em suma, as narrativas estão fortemente relacionadas com os esforços para apoiar, reformar e mudar as estruturas de poder sociais e políticas.

As narrativas podem contribuir para o aprofundar da polarização bem como para incitar o ódio nas sociedades, como no exemplo do “Estas pessoas roubam-nos os empregos”. Mas, o que é muito importante, as narrativas podem também contribuir para a promoção dos Direitos Humanos e dos processos de emancipação. As narrativas conseguem fazê-lo ao quebrar a dinâmica da divisão “nós-eles e elas”, o que implícita ou explicitamente espelha as escolhas políticas como um jogo com alguém que vence e alguém que perde, e ao dar força a narrativas alternativas.

As narrativas alternativas podem propor várias opções para a resolução de um problema, não apenas uma solução, e desta maneira ajudam a alterar estereótipos negativos, a apelar aos valores democráticos e a chamar pela cooperação e o diálogo como forma de resolver os problemas e as suas causas. As narrativas alternativas baseiam-se nos princípios e valores dos Direitos Humanos, promovendo mais liberdade e igualdade ou, por outras palavras, dando espaço a processos de emancipação individual e social.

A emancipação é um processo em desenvolvimento e não apenas um resultado que pode ser atingido. Por exemplo, as conquistas históricas como o direito ao voto para todos os homens era, de facto, um processo emancipatório para uma parte da sociedade, mas

não incluía as mulheres, que se tornaram protagonistas de um movimento de emancipação diferente, bem como de uma outra narrativa. As narrativas são ferramentas nos processos históricos de libertação e de desenvolvimento da sociedade. A relação entre os elementos de opressão/repressão estruturais e narrativos, bem como o papel das narrativas alternativas e das contranarrativas são explicados em maior detalhe no capítulo 5.



As narrativas são importantes para definir, reforçar e mudar as estruturas de poder sociais e políticas desiguais, que apoiam e legitimam o discurso de ódio e todas as formas de discriminação e extremismo.



“O ISLÃO ESTÁ SOB ATAQUE E É PRECISO DEFENDE-LO”

Na sua forma mais simples, esta é a narrativa usada por grupos islâmicos extremistas para promoverem a violência e recrutarem soldados, por exemplo, para o chamado Estado Islâmico. A narrativa é chamativa para ressentimentos coletivos ou pessoais ao criar duas personagens principais: “nós”, que estamos sob ataque e em risco de marginalização, e “essas pessoas”, um inimigo contra quem é preciso lutar, local e internacionalmente. Uma variação desta narrativa é “Não és bem-vindo ou bem-vinda no Ocidente porque és de religião muçulmana. O teu dever é juntares-te ao Califado que é a única maneira de defendermos o Islão”. Estas narrativas ecoam especialmente por entre as pessoas muçulmanas mais jovens que se sentem marginalizadas e discriminadas.

Mais à frente analisamos e desconstruímos em detalhe dois exemplos de narrativas para percebermos como os *slogans*, os memes, e outras informações são utilizadas.



“ESTAS PESSOAS ROUBAM-NOS OS EMPREGOS”: ANÁLISE DE UMA NARRATIVA OPRESSIVA

A narrativa subjacente ao discurso de ódio de que foi alvo a Oli, resumido na frase “Estas pessoas roubam-nos os empregos” é um exemplo de uma narrativa opressiva. Esta narrativa é poderosa e difícil de desconstruir, apesar de muitos estudos e investigações que provam que a narrativa é falsa; esta narrativa é com frequência utilizada para justificar discurso de ódio racista, crimes de ódio ou políticas discriminatórias. A frase não é, em si, uma narrativa: estão implícitos vários elementos do enredo subjacente e é preciso identifica-los para os desconstruir.

PERSONAGENS

A frase “Estas pessoas roubam-nos os empregos” define dois grupos opostos (protagonista / antagonista) e dá uma justificação às ações que “naturalmente” têm por objetivo uma

conclusão “positiva”: a derrota de quem invade e rouba. No caso da Oli, ela foi vista como parte de um grupo ameaçador, o que justifica as ameaças e as mensagens discriminatórias que lhe pediam que abandonasse o país. Esta narrativa é usada por grupos políticos que propõem políticas anti-imigração como a única forma de melhorar a situação. Estas políticas são apresentadas como sendo a melhor maneira de agir para restaurar a situação original de prosperidade. No entanto, este tipo de “final feliz”, mesmo que se dirija a medos e preocupações legítimos da população, não estaria a dirigir-se às estruturas de poder nem às desigualdades como causa-raiz da exclusão e do ressentimento. Assim, produzirá (ou replicará) estruturas sociais e dinâmicas opressivas.

ESTRUTURA

Como acontece em todas as narrativas, as narrativas opressivas apresentam a típica estrutura 1-2-3: um estado inicial, um momento disruptivo, e a procura por uma solução. No entanto, neste caso, a disrupção é causada por um agente (antagonista), com traços negativos. Toda a narrativa é, de facto, enquadrada como uma história **“problema-inimigo-solução”** e há dois personagens principais:

- O grupo protagonista, “nós”, aquelas pessoas (não definidas) a quem foram roubados os empregos (“os nossos empregos!”)
- O grupo antagonista, ou o inimigo, as pessoas “migrantes”, que levaram à ação disruptiva.

RELAÇÕES

A relação entre o grupo protagonista e o antagonista é claramente negativa através da escolha do verbo (roubar) para definir as ações do antagonista. A dimensão temporal é definida pelo objetivo da narrativa: enquanto antes os empregos pertenciam ao grupo protagonista e agora já não, no futuro, se “nós” seguirmos a lógica da narrativa, teremos os nossos empregos de volta (o que psicologicamente representa prosperidade e estatuto social).

EMOÇÕES

Nesta narrativa, a emoção mais negativa é o **medo**, “a emoção negativa que mais vezes é usada para influenciar as outras pessoas” que gera “desejo de afiliação” bem como a necessidade de proteção “de mim e do que é meu”.¹³ A palavra “roubar” evoca medo, esta relação é possível e lógica no contexto cultural e geral onde a narrativa decorre.

O “senso comum” criado pelo contexto cultural diz que, num país específico, há um determinado número de empregos e se alguém fica com um emprego isso implica um a menos para as outras pessoas; neste contexto, um dos elementos invisíveis da narrativa é um contínuo piorar da situação económica para a maioria sem emprego. “Emprego” é, neste caso, apenas um símbolo. Em momentos diferentes e em países diferentes, estes

elementos invisíveis da narrativa podem estar relacionados ou serem substituídos por outros elementos como os serviços de saúde, a segurança social, as pensões, etc.

CONTEXTO

O descontentamento com os efeitos negativos da globalização, como o deteriorar da situação económica e a percepção de fluxos migratórios intermináveis, é o cenário para o medo da maioria de perder algo que lhes pertence, independentemente de a crise ser real ou apenas vista como tal. Há uma percepção partilhada pela população que diz que, num país específico, há determinado número de empregos e se alguém fica com um emprego isso implica um a menos para as outras pessoas. Estas percepções parecem plausíveis apesar de não corresponderem de facto à forma como o mercado de trabalho funciona.¹⁴

DINÂMICAS DE EXCLUSÃO

O medo e a sensação de ameaça contribuem para a definição de um grupo protagonista (nós), colocado no centro da história (dimensão espacial), como as vítimas. A mera expressão de um sentimento, de medo ou de injustiça, no entanto, é apenas a descrição. Para que funcione, a narrativa tem de soar como uma história, e a história de uma vítima precisa de alguém que seja culpado ou culpada. Os papéis no enredo têm de ser claros, e “o conflito é o fator mais forte para tornar acessível a afiliação a um grupo”.¹⁵ O medo gerado pela ameaça fortalece a afiliação ao grupo primário bem como fortalece a desconfiança em relação aos membros do grupo externo. As fronteiras do grupo de origem (nós) estão estabelecidas de forma clara desde o início e baseia-se em questões étnicas, raciais ou temporais (“nós estávamos cá primeiro”). A exclusão é uma das principais características desta narrativa: os membros do grupo externo são excluídos da narrativa por princípio – ou são “aceites” apenas segundo determinadas circunstâncias (todos conhecemos frases como “estas pessoas podem ficar / são bem-vindas só se...”).

UMA NARRATIVA EM AÇÃO

Uma narrativa de exclusão / opressiva pode ser reconhecida porque o grupo de origem se define sobretudo através da competição contra um grupo externo (o antagonista): o “outro” é investido com o papel de “inimigo” na história do protagonista e é o bode expiatório dos problemas.

A partir do momento em que os papéis estão claros, pode pôr-se a narrativa em ação. O sentimento de ameaça, de facto, gera preconceitos e reações emotivas; ambos levam a que as pessoas e os grupos mudem os seus comportamentos políticos.¹⁶ Uma narrativa opressiva contribui para a definição da identidade dos e das protagonistas, conota negativamente as suas relações com as e os antagonistas e dá justificação às suas ações políticas, que “naturalmente” têm por objetivo uma conclusão “positiva”: a derrota do agente disruptivo.



SOBRE PALAVRAS POSITIVAS E NEGATIVAS

Quando usamos as palavras “positivo” e “negativo”, é importante lembrarmos da diferença entre a forma e o conteúdo na comunicação política: as mensagens podem ser enquadradas positivamente e, simultaneamente, basearem-se em sentimentos negativos. Por exemplo, “o terrorismo ameaça-nos, mas vamos destruí-lo” inclui um resultado positivo (vamos ganhar) que se baseia num sentimento negativo (medo); por outro lado, dizer “a economia verde poderá salvar o mundo do aquecimento global, se conseguíssemos convencer os governos” implica um sentimento positivo (esperança) mas também um possível resultado negativo (o sucesso não é certo como parece improvável).

A narrativa xenófoba atrás de “as pessoas migrantes roubam-nos os empregos” baseia-se num sentimento negativo, mas também pode ser usado para reforçar a posição de um partido ou de uma pessoa candidata, mostrando-se como o único capaz de chegar a uma solução positiva (“os e as migrantes roubam-nos os empregos – mas eu farei com que voltem para onde pertencem.”) Quando se fala de políticas específicas sugeridas por uma narrativa deste tipo, o espectro é muito alargado. De acordo com a academia,¹⁷ por exemplo, a pessoa “racista moderna” não se opõe abertamente às minorias étnicas ou a migrantes como tal (o que seria socialmente inaceitável em várias culturas) mas opõe-se às políticas sociais que têm por objetivo a melhoria das condições sociais das minorias e das pessoas migrantes (porque, é este o principal argumento, estas políticas discriminarão a maioria).¹⁸



“YES, WE CAN”: ANALISANDO UMA NARRATIVA PELA EMANCIPAÇÃO

Aparentemente, não há narrativa no *slogan* de Barack Obama “*Yes, we can*” (Sim, podemos): sem estrutura, sem dimensão temporal, o único personagem (nós) e uma ação vagamente definida (podemos). No entanto, o *slogan* era apenas o topo (visível) de um icebergue narrativo, complexo e poderoso, que flutua abaixo da linha que divide o que é dito do que está implícito.

O *slogan* “Sim, podemos” de Barack Obama não apareceu no vácuo e não teria tido sucesso sem uma relação implícita a uma narrativa mais alargada nos Estados Unidos da América.

A narrativa emancipatória coletiva do movimento pelos direitos civis dos afro-americanos e os ideais partilhados de liberdade, de igualdade de tratamento e de oportunidades para todas e todos que constam na Constituição dos EUA, relacionados com a narrativa alargada da universalidade dos Direitos Humanos estavam presentes na campanha de Obama.

A seguinte análise da narrativa de sucesso de Obama em 2008 começa com os elementos visíveis da sua comunicação que mostra que tipo de “história” se esconde por detrás. O primeiro elemento visível da narrativa é o sujeito da ação: “nós”. Durante toda a campanha de 2008, nos discursos públicos e nas entrevistas, o candidato presidencial Barack Obama falou sempre em “nós” enquanto as outras pessoas candidatas sublinhavam o nível pessoal (“eu posso”, “eu farei”).

A mensagem de Obama era explicitamente **inclusiva**, envolvendo o público na história.

“Nós” torna-se claramente a personagem principal, o protagonista, e tem uma posição clara na dimensão espacial. Ao mesmo tempo, a retórica de Obama estava implicitamente a criar um potencial antagonista (mesmo sem ser mencionado). George Lakoff, falando de enquadramentos negativos, refere: “negar um enquadramento [...] torna-o mais forte. Há negativos implícitos, por exemplo, em “eu sou o candidato honesto desta campanha.”¹⁹ A lógica do slogan era semelhante: “sim (nós podemos)” cria implicitamente uma relação com os e as antagonistas, que são as pessoas que afirmam que Obama (e quem o apoia) “não podem”.

A relação entre o grupo protagonista e o antagonista é, de facto, complicada, mas as fronteiras entre os dois grupos não são fixas e não representam nenhuma divisão de classe, de género ou de etnia; ou seja, enquanto “nós” acreditamos que “podemos”, há quem não acredite. De facto, ninguém, entre os e as oponentes de Obama se atreveu a expressá-lo, tornando difícil reagir diretamente à narrativa. De novo, nas palavras de Lakoff: “Quando afirmamos as nossas posições e falamos positivamente, minamos implicitamente a oposição [...] se têm de negar as vossas posições, estarão a ajudar-vos a reforça-las”.

O diálogo implícito entre “não, não podem” e “sim, nós podemos” constrói o elemento estrutural e a dimensão temporal da narrativa: enquanto alguém pensou ou disse “não, isso não é possível”, “nós” pensamos e dizemos, na verdade, “sim, nós podemos”. Para além disso, há uma relação vertical entre o nível micro, pessoal, e o nível macro, mais alargado: a história de sucesso de Obama serve como exemplo para as minorias (o seu principal público-alvo) e acreditar em Obama quer dizer acreditar na nossa própria redefinição social (significado). Esta relação empática com o candidato foi caracterizada por um sentimento positivo de esperança (dimensão emocional).²

A narrativa por trás da política proposta (por uma pessoa candidata, um movimento, um partido, e por aí em diante) cria o significado da história, mostrando o caminho para a conclusão que todos os protagonistas desejam. No caso de narrativas políticas, a política representa a (única) maneira plausível de alcançar o final feliz (e quem é candidato ou candidata, ou o partido, ou o decisor político é o único ator válido para levar avante esta política específica). No caso de narrativas políticas opressivas, para além disso, este final é feliz apenas para a maioria, que vê a estrutura de poder e os privilégios mantidos.

A tabela seguinte encerra o capítulo com o sumário e comparação dos elementos e dimensões chave de uma narrativa não-exclusiva (o “sim, nós podemos”, de Obama) e de uma narrativa exclusiva (“Estas pessoas roubam-nos os empregos”). Comparar os elementos e as dimensões das narrativas é um primeiro passo fundamental num processo de análise.

É importante notar que as narrativas raramente existem por si só: são, antes, fortemente relacionadas (positiva e negativamente) a outras narrativas. Falamos mais das relações entre narrativas e os seus papéis na sociedade no capítulo 5.

Narrativa	<i>Sim, nós podemos</i>	<i>Estas pessoas roubam-nos os empregos</i>
Caraterísticas	Inclusiva / não-exclusiva, específica	Exclusiva, coletiva
Elementos		
Personagens	“Nós” (implicitamente inclui também “eles e elas”)	Eles e elas (as pessoas migrantes) – nós (as pessoas daqui)
Relações	Conflituais: nós acreditamos que podemos → alguém acredita que não podemos	Antagonista: estas pessoas roubaram-nos algo
Contexto	Cultura política otimista dos EUA; Eleições EUA	Crise económica, aumento da imigração, taxa de desemprego alta
Estrutura	<ol style="list-style-type: none"> (Status quo): algo é impossível (Momento disruptivo): nós dizemos que é possível (Final): nós torná-lo-emos possível 	<ol style="list-style-type: none"> Nós tínhamos os nossos empregos (idade de ouro) Estas pessoas roubaram-nos o emprego Nós vamos ter os nossos empregos de volta (voltaremos à idade de ouro) se “eles e elas” saírem
Significado	Os EUA são uma terra de oportunidades. O trabalho árduo e o otimismo tornam tudo possível. A história da redenção pessoal de Obama pode tornar-se um modelo (do macro para micro).	Alguém nos ameaça. A idade de ouro já acabou e estamos em perigo. “Nós” temos de exigir o regresso à idade de ouro.
Dimensões		
Espacial	Todos podem fazer parte do “nós” e da história	Apenas quem pertence ao grupo interior faz parte da história. O grupo interior decide quem pode entrar no grupo (“eles e elas podem ficar, mas têm de se adaptar às nossas regras”...)
Temporal	Antes: alguém acha que não podemos Depois: nós provaremos que podemos	Antes: perdemos os nossos empregos (como símbolo de prosperidade) Depois: tê-los-emos de volta assim que “os problemas” forem resolvidos (ou eliminados)
Emocional	Esperança	Medo

RESUMO DO CAPÍTULO EM CINCO PONTOS

- Os seres humanos não são completamente racionais. Vemos naturalmente as nossas vidas e compreendemos o mundo através de histórias.
- Nabokov: 'O rei morreu e então a rainha morreu' é um enredo. 'O rei morreu e então a rainha morreu de desgosto': isto é uma narrativa!
- Os personagens, as suas relações, a estrutura dos eventos, o contexto e o significado final e também o tempo, o espaço e as emoções: isto é uma narrativa!
- Em narrativas não-exclusivas, não há "nós" contra "eles e elas": os indivíduos e a sociedade podem coexistir e cooperar.
- Nas narrativas exclusivas, "estas pessoas" são más para "nós, e por isso "nós" excluímo-las", porque se "elas ganham" isso quer dizer "nós perdemos".

NOTAS

- 1 Citado em Atwan, R. (2005), *Convergences: Themes, Texts and Images of Composition*. Bedford/St. Martin, New York.
- 2 Gleik, J. (2011), *The Information: a History, a Theory, a Flood*. Random House, New York.
- 3 Westen, D. (2011), *What happened to Obama's passion?* New York Times, disponível em www.nytimes.com/2011/08/07/opinion/sunday/what-happened-to-obamas-passion.html, consultado a 26 de abril de 2018.
- 4 www.coe.int/en/web/youth/living-library
- 5 www.amnesty.org/en/latest/news/2016/05/look-refugees-in-the-eye/, consultado a 28 de agosto de 2018
- 6 Briggs R. and Feve S. (2013), *Countering the Appeal of Extremism Online*. Institute of Strategic Dialogue, London.
- 7 In Vare (2000), *The State of Narrative Non-Fiction Writing*. Nieman Reports, disponível em niemanreports.org/articles/the-state-of-narrative-nonfiction-writing/, consultado a 26 de abril de 2018.
- 8 Westen, op. cit.
- 9 Shanahan, E.A., McBeth, M.K. and Hathaway, P.L. (2011), 'Narrative Policy Framework: The influence of Media Policy Narratives on Public Opinion', *Politics & Policy* 39 (3), 373-40.
- 10 Ver, por exemplo, Jean-François Lyotard on grand narratives, Lyotard J. (1979), *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*, Paris: Minuit.
- 11 Westen, op. cit.
- 12 Reinsborough, P. and Canning, D. (2012), *Beautiful Trouble*, disponível em beautifultrouble.org/theory/narrative-power-analysis, consultado a 26 de abril de 2018.
- 13 Ver, por exemplo, Jean-François Lyotard on grand narratives, Lyotard J. (1979), *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Minuit.
- 14 Há um acordo, entre economistas, que não existem evidências que defendam esta ideia; ver, por exemplo, as publicações por Benjamin Powell da Texas Tech University ou Giovanni Peri da University of California.
- 15 Smith E. R. and Mackie, D.M. (2007), *Social Psychology*, Psychology Press, London.
- 16 Ibid
- 17 Ibid
- 18 Brown, R., Capozza, D. and Licciardello, O. (eds) (2007), *Immigrazione, acculturazione, modalità di contatto*, Franco Angeli, Milano.
- 19 Lakoff G. (2014), *In Politics, Progressives Need to Frame their Values*, disponível em georgelakoff.com/2014/11/29/george-lakoff-in-politics-progressives-need-to-frame-their-values/, consultado a 26 de abril de 2018.
- 20 Rosenfel Halverson, E. (2008), 'From one woman to everyman. Reportability and credibility in publicly performed narratives', *Narrative Inquiry*.18 (1) 29–52

A Oli e o Ale aprendem sobre contranarrativas e sobre narrativas alternativas



Então, as narrativas alternativas são histórias que mostram que os grupos não são bem como dizem que são? Que são diferentes?

Isso! As contranarrativas e as narrativas alternativas são ferramentas para alterar e pôr em causa as narrativas de ódio ou as narrativas extremistas, reforçando as que têm por base os Direitos Humanos. Conseguem fazer isto mudando estereótipos negativos, tirando crédito a mensagens violentas, por exemplo, através do humor ou outros métodos, para mostrar que existem outras interpretações da realidade.



Pode dar-me um exemplo?



Mudar os papéis para expor como se sentem as pessoas que são alvo do discurso de ódio e quão cómicos ou ridículos são alguns estereótipos; ou criar uma história em que as personagens reagem de forma diferente do que reagem na narrativa que querem desacreditar, por exemplo, pessoas migrantes não como invasoras ou terroristas, mas simplesmente como enfermeiras, docentes ou empresárias.

É difícil criar uma contranarrativa?

Requer alguma preparação mas não precisas de ser uma especialista ou ser famosa para criar uma contranarrativa. Podes decidir a forma e o objetivo com base no teu contexto. Tu podes fazê-la!

CONTRANARRATIVAS E NARRATIVAS ALTERNATIVAS

CAPÍTULO

5

Este capítulo introduz as contranarrativas e as narrativas alternativas no discurso de ódio, sublinhando a importância do desenvolvimento e da implementação destas narrativas numa perspetiva de Direitos Humanos. Este capítulo explica como se podem usar as contranarrativas em diferentes tipos de trabalho para os Direitos Humanos, incluindo advocacy, trabalho no domínio da juventude e ações legais. Ao mesmo tempo, as contranarrativas não são o único método, nem o melhor, para todas as situações. Há também outros métodos e ferramentas que podem ser usados alternativamente ou em combinação com contranarrativas.

5.1 | INTRODUZIR AS CONTRANARRATIVAS E AS NARRATIVAS ALTERNATIVAS

As contranarrativas e as narrativas alternativas têm por objetivo chegar a vários públicos-alvo, dependendo do contexto. As contranarrativas pretendem chegar a:

- a) Quem tem ou pode vir a ter simpatia por ideais extremistas, prevenindo o seu envolvimento
- b) Quem já defende ideais extremistas, para dar-lhe apoio na mudança de perspetivas e de comportamentos

As narrativas alternativas fomentam as ideias positivas, inclusivas e construtivas, tendo por objetivo chegar a toda a população, incluindo a quem faz discursos de ódio, podendo assim vir a conhecer novas narrativas. São necessários diferentes tipos de resposta para diferentes grupos.

Quando nos perguntam como responder a narrativas opressivas, há quem possa dizer: ‘não respondam!’ “Responder” a uma narrativa significa implicitamente aceitar e reforçar o enquadramento narrativo, acabando por apoiar a narrativa opressiva. Então, qual é a melhor estratégia para enfraquecer uma narrativa opressiva? Pode parecer tautológico, mas para combater uma narrativa precisamos... de outra narrativa, uma narrativa que desafie, uma contranarrativa ou uma nova narrativa, um novo enquadramento para interpretar a realidade.



As narrativas alternativas e as contranarrativas combatem o discurso de ódio, ao desacreditá-lo, ao desconstruir as narrativas violentas que o justificam e mostrando, de várias maneiras, visões do mundo que promovam a inclusão, baseadas nos valores de Direitos Humanos, como a compreensão, o respeito pela diferença, a liberdade e a igualdade. Isto acontece de várias maneiras diferentes. Algumas narrativas fazem-no fornecendo factos de fontes diferentes e fidedignas, questionando as interpretações negativas. No entanto, a investigação e a prática mostram que dar apenas mais informação ou factos muitas vezes não é eficaz. As narrativas têm de se relacionar com a compreensão das pessoas e com os contextos das suas vidas, criando novos significados e relacionando-se com as suas emoções e as suas necessidades. Com frequência isto pode acontecer através do uso do humor e da sátira, apelando às relações emocionais das pessoas com o tema, facilitando espaços de contacto pessoal direto com pessoas com visões diferentes do mundo, ou através da criação de oportunidades de experienciar narrativas alternativas diferentes.



USAR O HUMOR

A associação de jornalistas *Neue Deutsche Medienmacher* desenvolveu a campanha *A First Aid Kit Against Hate Speech* (kit de primeiros socorros contra o discurso de ódio) na Alemanha. Como os factos, por si só, muitas vezes não funcionam, decidiram usar a sátira e o humor em vídeos e imagens para combater o discurso de ódio. (no-hate-speech.de/)



TESTEMUNHOS PESSOAIS E FICÇÃO

Os romances da antropologista e escritora francesa Dounia Bouzar descrevem com realismo o processo de radicalização dos e das jovens e o seu dia-a-dia depois de se alistarem no Daesh (o chamado “Estado Islâmico”). O objetivo é mostrar as estratégias utilizadas por quem recruta, desconstruindo a narrativa jihadista/radical islâmica. Um dos exemplos é o romance *La vie après Daesh*¹ (em Português, *A vida depois do Daesh*).

O termo ‘contranarrativa’ tem-se tornado mais comum nos últimos anos, relacionado com iniciativas, de governos e de organizações não governamentais, como demonstrado no trabalho levado a cabo pelo Radicalisation Awareness Network, pelo Institute of Strategic Dialogue e pela Hedayah, por exemplo. No entanto, as contranarrativas como método de investigação e de mudança social têm sido usadas em vários campos e por muitos tipos diferentes de organizações em relação a outras formas de narrativas opressivas. A investigação e a prática neste campo vêm da área da psicologia do desenvolvimento, da sociologia, da ciência política, da educação, e dos estudos culturais e dos meios de comunicação social. Mais especificamente, desde os anos 90, têm sido usadas

técnicas narrativas por técnicos e técnicas de serviço social, educadores e educadoras, psicólogas e psicólogos, jornalistas e ativistas que trabalham com grupos alvo de opressão e de violência. Através das contranarrativas, as pessoas e os grupos podem imaginar e desenvolver narrativas alternativas às que os oprimem. Por exemplo, narrativas alternativas sobre a origem racial e as relações inter-raciais, sobre a história e o impacto do colonialismo, sobre a deficiência, sobre os papéis de gênero, sobre ecologia, sobre violência e paz.²



O manual baseia-se em experiências anteriores de uso de contranarrativas, propondo um enquadramento explícito de Educação para os Direitos Humanos no desenvolvimento e implementação de contranarrativas e de narrativas alternativas como maneira de combater todas as formas de discriminação.

5.2 | CONTRANARRATIVAS OU NARRATIVAS ALTERNATIVAS?

As narrativas são um instrumento flexível que pode ser usado para diferentes fins, e com diferentes ênfases. Por vezes, combatem outra narrativa de forma bastante direta, fazendo referências à narrativa, e oferecendo contra-argumentos e factos, outras vezes, tentam enfraquecer o discurso de ódio criando uma nova narrativa alternativa, salientando um ponto de vista diferente. A primeira estratégia chama-se contranarrativa; a segunda, narrativa alternativa.

O termo ‘contranarrativa’ é usado no trabalho contra o extremismo, enquanto a expressão ‘narrativas alternativas’ sublinha a importância de serem fornecidos vários pontos de vista, destacando o que se defende. A diferença entre os dois termos é, de qualquer modo, ténue na prática, uma vez que a contranarrativa pressupõe, ou refere implicitamente, uma narrativa alternativa. Neste manual, os dois termos são usados tendo em conta que adotam ambos uma abordagem que se baseia em duas ideias centrais:

- Os Direitos Humanos devem ser a base fundamental de qualquer narrativa que combate o discurso de ódio.
- As narrativas baseadas nos Direitos Humanos têm um papel importante nas estratégias de emancipação de quem é alvo bem como de quem produz discurso de ódio.

É importante referir que a escolha da ênfase (contranarrativas e/ou narrativas alternativas) é determinada pelos desafios específicos enfrentados por ativistas, educadoras e educadores e técnicos e técnicas de juventude perante o discurso de ódio *offline* e *online* e, claro, pela narrativa “original” em si. Por isso, usa-se contranarrativas como uma ferramenta prática para responder a determinadas narrativas opressivas nas comunidades, nas escolas, nas cidades,

nos espaços *online* em determinado momento. Ao mesmo tempo, uma ameaça levantada por grupos populistas, nacionalistas, racistas e homofóbicos precisa de uma resposta direta, de uma estratégia que enfrente as causas do discurso de ódio, como os estereótipos negativos e a desigualdade, assim como de propostas e ideias alternativas à violência. Neste manual, são propostas várias opções e ênfases, mas, em última análise, é quem leva a cabo as campanhas quem deve escolher a abordagem, a mensagem e o tom mais adequados.



COMO É QUE A OLI PODE USAR UMA CONTRANARRATIVA PARA COMBATER O DISCURSO DE ÓDIO?

A Oli acha que pode desacreditar a narrativa xenófoba implícita nas ameaças que recebeu, explicando que as pessoas da Rolónia não são uma ameaça à sociedade. Pode, por exemplo, convidar uma cantora famosa e popular de origem roloniana para participar na campanha; pode organizar um seminário especial na escola que apresente os factos históricos e socioeconómicos, bem como diferentes pontos de vista sobre a imigração. Por exemplo: “Foram muitas as comunidades que contribuíram para a prosperidade de Marcádia. Entre elas, a comunidade roloniana está estabelecida no país há mais de um século e cria emprego para muitas pessoas marcadianas. Com a crise económica, não há pessoas rolonianas que queiram imigrar para Marcádia.” No entanto, a Oli tem quase a certeza de que alguns dos seus e algumas das suas colegas conhecem os factos, mas nem por isso deixam de fazer piadas e de publicar as mensagens. Qual seria a maneira mais eficaz de desenvolver uma contranarrativa?

5.3 | RESPONDER À MENSAGEM: OCUPAR O ESPAÇO PÚBLICO

As mensagens de contranarrativas são uma reação curta e direta às mensagens de ódio; são uma forma de contranarrativas que pode ser usada diretamente para desconstruir, desacreditar e desmistificar mensagens extremistas violentas³. São, com frequência, usadas como instrumento para bloquear ou desafiar expressões de ódio concretas. Os dois cenários que descrevemos abaixo estão entre os mais comuns em que um instrumento deste tipo pode ser extremamente útil:

- Uma explosão de ódio com uma minoria específica como alvo após eventos específicos (debate de uma lei que protege uma minoria, datas históricas específicas, reações contra crimes alegadamente cometidos por membros dessa minoria, etc.) que precisa de uma reação rápida
- Uma narrativa de ódio numa posição de força (devido ao contexto político, ou a um preconceito muito enraizado na sociedade), que ativistas e movimentos sociais querem enfraquecer ou começar a combater.

O principal objetivo de uma contranarrativa de curto prazo é ocupar o espaço público, quer online, como a produção de memes que gozam com os conteúdos de ódio, quer *offline*, através da expressão de “discursos de amor”, incluindo a subversão do discurso de ódio em graffitis. Os e as ativistas, as educadoras e os educadores e as técnicas e os técnicos de juventude podem, simultaneamente:

- Pôr em causa a autoridade (e por isso o alcance) das narrativas de ódio e de quem as produz na sociedade
- Sublinhar a importância de movimentos organizados que combatem a narrativa opressiva.



O DESTRUIDOR DE ÓDIO

O *Hate Destroyer Mural*, em Helsínquia, em 2013, promovido pela Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio na Finlândia é um exemplo de uma atividade que transformou uma narrativa racista, homofóbica e neonazi expressa em símbolos e palavras numa parede. O que fizeram foi usar o mesmo espaço para pintar novos símbolos e palavras ao lado e por cima dos graffitis originais. Os novos símbolos e palavras propunham uma narrativa diferente, de amor, e de respeito pela diversidade e pelos Direitos Humanos.



GUIA SOBRE CONTRA-DISCURSO NO TWITTER

A campanha *Get the Trolls Out* produziu um pequeno guia sobre contradiscurso no Twitter, com dicas úteis sobre como fazer contra-mensagens, por exemplo, sobre como escolher o tom e as palavras das mensagens, sobre como usar apoios visuais e como manter a segurança (www.stoppinghate.getthetrollsout.org).

5.4 | NARRATIVAS ALTERNATIVAS: UM CAMINHO PARA A MUDANÇA DOS DISCURSOS ESTABELECIDOS

As narrativas alternativas são ações que têm por objetivo anular as narrativas de ódio ao focarem-se naquilo que se defende, mais do que naquilo que se combate. As narrativas alternativas podem não desafiar ou referir-se ao extremismo diretamente, tentando antes influenciar os debates políticos ao propor alternativas e formas de olhar as questões e problemas sociais, mudando assim o enquadramento da discussão. Por exemplo, mudar a narrativa sobre as famílias serem organizadas hierarquicamente, de acordo com um sistema orientado para a reprodução, com papéis de género separados é uma estratégia para pôr em causa um dos argumentos mais comuns das visões homofóbicas e hétero-normativas.

As narrativas alternativas não se focam tanto na reação a eventos isolados, mas antes trabalham na construção de um enquadramento alternativo que apoie a mudança que se quer trazer à sociedade. Outro objetivo importante é ocupar o espaço público, dando espaço e voz a uma posição alternativa (coerente e estruturada) no discurso público.

As contranarrativas e as narrativas alternativas podem coexistir: as e os ativistas que pretendam produzir mudanças na sociedade irão acabar por precisar de passar das reações a emergências, ao desenvolvimento de alternativas mais abrangentes que sustentem as suas ações; simultaneamente, os movimentos que traçam caminhos a longo prazo não conseguem evitar reagir a desafios, eventos ou explosões de ódio específicas.

	Contranarrativa	Narrativa alternativa
Como?	Confrontar diretamente uma narrativa opressiva	Criar uma visão alternativa da sociedade
O quê?	Pôr em causa a autoridade e os mitos em que a opressão se baseia	Mostrar “aquilo que defendemos” como perspectiva diferente da questão
Onde e quando?	Pequena escala, curtos períodos de tempo	Projeto abrangente, longo termo
Por exemplo?	<ul style="list-style-type: none"> • Desmistificar mitos discriminatórios sobre determinados grupos da sociedade através de uma campanha de informação pública. • Dar testemunhos de quem produziu discurso de ódio sobre os impactos negativos que o extremismo teve nas suas vidas. • Pintar um mural que celebre a diversidade por cima de comentários racistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha Todos Diferentes – Todos Iguais, uma Campanha de promoção dos Direitos Humanos • Relatórios sobre diálogo inter-religioso em encontros de juventude • Documentários sobre a vida das pessoas refugiadas, mostrando-as como seres humanos e não como criminosas • Série de <i>posters</i> que mostram como os pais também podem gozar da licença de paternidade e tomar conta das crianças (um papel frequentemente das mães)

5.5 | UMA ABORDAGEM ÀS NARRATIVAS COM BASE NOS DIREITOS HUMANOS

Quando se prepara uma narrativa alternativa ou uma contranarrativa, é crucial que os valores, os princípios e as características dos Direitos Humanos estejam garantidos. A narrativa opressiva não deve ser combatida pela reprodução, nem pelo uso de outras narrativas opressivas (Para mais informação, recursos e leituras sobre Direitos Humanos, consultem o Compass – Manual para a Educação para os Direitos Humanos com Jovens, sobretudo o capítulo 4: Compreender os Direitos Humanos.)



WEDIACTIVISTS – JOGO DE TABULEIRO DE SIMULAÇÃO

Trata-se de um jogo que informa as e os participantes sobre os valores e princípios dos Direitos Humanos, bem como sobre o conceito de cidadania digital. O jogo fomenta as atitudes e competências da cidadania democrática, *online* e *offline*, tais como pensamento crítico, criatividade, empatia e responsabilidade (www.lebij.be/wediactivists/)

NÃO É O INSTRUMENTO, MAS ANTES O MODO COMO O USAM

É fundamental e necessário enquadrar as narrativas alternativas e as contranarrativas numa perspectiva de Direitos Humanos. Nem todas as narrativas que põem em causa uma narrativa opressiva ou de exclusão são verdadeiramente baseadas nos Direitos Humanos. Os meios e os objetivos precisam de ser consistentes com os Direitos Humanos. Para além disso, as estratégias precisam de pôr em causa ou desafiar um enquadramento opressivo em que se baseia a narrativa, sem a reproduzir. Por exemplo, se uma narrativa descreve um grupo como “mau” e outro como “bom”, não basta deixar de representar um grupo como “mau”, é antes preciso evitar o enquadramento dicotómico e adversário das relações entre grupos. Por outras palavras, não é a natureza do instrumento, mas sim o seu uso que faz diferença.



É importante garantir que a contranarrativa desenvolvida ou utilizada se baseia solidamente nos princípios dos Direitos Humanos. Há três regras principais para construir uma narrativa que promova os Direitos Humanos:

- 1 – Não pode incluir ódio, violência ou discriminação
- 2 – Fomenta a igualdade, o respeito e a solidariedade entre indivíduos e grupos sociais
- 3 – Promove a compreensão da igualdade de dignidade de todos os seres humanos; promove o pensamento crítico, o diálogo justo e transmite informação correta.

NÃO DEIXEM O ÓDIO MUDAR DE LADO: EVITAR O MECANISMO DE BODE EXPIATÓRIO



A primeira regra básica de uma narrativa que tem por objetivo combater o ódio é que não pode incluir qualquer forma de discurso de ódio ou de discriminação, nem pode reforçar esquemas de ódio ou bodes expiatórios.



Um exemplo óbvio é o famoso *slogan* “não odeiem as pessoas migrantes, odeiem quem gere os bancos”. Apesar de o objetivo do *slogan* ser retirar a atenção do público ao (suposto) peso que as pessoas migrantes exercem no estado social, passando-a para a questão da desigualdade económica, o *slogan* fomenta uma ação claramente de ódio e de discriminação em relação a um determinado grupo de pessoas.

Em muitos outros casos, reforçar o enquadramento de ódio é, na realidade, uma consequência não intencional.



Um exemplo é o tipo de argumentação que se baseia na não generalização: “as pessoas não podem culpar todas as pessoas migrantes pelos ataques terroristas, uma vez que quem migra vem de vários países e não faz sentido pôr toda a gente na mesma caixa”. Apesar de parecer útil, a curto prazo, este contra-argumento não faz de contraponto ao mecanismo psicológico de bodes expiatórios que a narrativa opressiva tem na base, e o resultado mais comum é uma especificação mais clara do ódio (e com argumentos reforçados): “se não são todas as pessoas migrantes, são com certeza as pessoas migrantes muçulmanas”. Estes “percursos de ódio” foram observados sobretudo depois dos ataques terroristas na Europa em 2015 e 2016, com o discurso de ódio concentrado nos migrantes homens e muçulmanos (ou percebidos como tal).



Os e as ativistas pelos Direitos Humanos devem ter noção de que os contra-argumentos contra os efeitos do ódio, sobretudo os que se focam no desviar da atenção de determinado grupo, não põem em causa as razões subjacentes nem as emoções negativas de base, o ódio e o medo. Se não se lida com as emoções negativas, o “padrão de ódio” limitar-se-á a repetir-se, com um grupo diferente como alvo.

PROMOVER A IGUALDADE E O RESPEITO

A segunda regra para a construção de uma contranarrativa baseada nos Direitos Humanos é promover sempre o respeito pela dignidade humana e pela solidariedade entre grupos e indivíduos. Apesar da segunda regra parecer ainda mais óbvia do que a primeira, neste caso o desfasamento entre a intenção e os efeitos pode ser enorme.



Com frequência, as posições racistas ou xenófobas contra a migração são justificadas através de argumentos económicos, como “não podemos dar de comer a toda a gente”, “não há emprego nem dinheiro para todos e para todas”, e “estas pessoas põem em causa a sustentabilidade do nosso estado social”. Uma reação muito comum é “responder”: contra-argumentar nas frases por si, dentro do enquadramento da narrativa sem tentar mudar a perspetiva. Nesse caso, isso implica usar a mesma abordagem económica, “racional”, de equilíbrio custo-benefício. “As pessoas migrantes podem ajudar em relação ao envelhecimento da demografia europeia” ou “elas aceitam os empregos que nós não queremos” são exemplos bons e comuns desta contraposição.

O problema com este tipo de argumento é duplo. Por um lado, pode ser incrivelmente pouco eficaz porque, independentemente do tipo de argumentos utilizados, as decisões políticas tendem a basear-se em valores e crenças, não no interesse.⁴ Ou, pior, esta suposta contranarrativa baseia-se, no fundo, no mesmo enquadramento opressivo. Considerar as pessoas exclusivamente do ponto de vista económico, na verdade, nega-lhes a dignidade fundamental na qual se baseiam os Direitos Humanos, enquadrando as questões da migração ou como um problema ou como uma solução, independentemente das necessidades e direitos das pessoas migrantes, quer do ponto de vista individual, quer do ponto de vista coletivo.

Tal não quer dizer que não se deva abordar o medo e a ansiedade que as pessoas sentem em relação ao futuro e ao medo de perder o seu bem-estar económico. Simultaneamente, a ansiedade ou medo compreensível não pode ser usado para justificar a reprodução e o reforço de narrativas de exclusão ou de ódio. Na verdade, o alvo real de uma contranarrativa que se baseia em Direitos Humanos deve ser, precisamente, esse tipo de sentimentos, e não apenas as afirmações económicas, que se limitam a representar uma fachada racional de emoções subjacentes inconscientes. Uma contranarrativa que apenas lida com a superfície racional acabaria por, sobretudo, infelizmente, reforçar a prisão narrativa do sistema opressor.

CONSTRUIR A ALTERNATIVA: ENRIQUECER O DEBATE PÚBLICO

Finalmente, um dos principais objetivos das narrativas baseadas nos Direitos Humanos é construir formas de pensar e viver em sociedades que sejam alternativas, de modo a pôr em causa o discurso público dominante.

São as narrativas dominantes que definem as regras do que é socialmente aceitável e culturalmente possível. Em poucas palavras, influenciam o papel e a posição de cada pessoa e grupo na sociedade. Enquanto as narrativas opressivas contam uma história em que as minorias não têm acesso a determinados direitos e não podem ter determinadas posições, as narrativas baseadas nos Direitos Humanos que se opõem a estas narrativas devem construir, reforçar e promover perspetivas alternativas. Patterson e Monroe explicam-no claramente: “quando as narrativas de sucesso aceitável culturalmente não estão disponíveis ou estão para lá da imaginação de um determinado grupo, as subculturas trazem modos alternativos de perceber o lugar de cada um no mundo.”⁵

Quando desafiamos uma narrativa opressiva, é preciso ter em consideração que o objetivo das contranarrativas baseadas nos Direitos Humanos não é manipular o discurso público ou simplesmente substituir a narrativa dominante por outra. Os educadores e as educadoras, as e os ativistas e os técnicos e as técnicas de juventude devem trabalhar para ocupar o espaço público com alternativas fortes que melhorem o diálogo entre os diferentes setores, ou grupos, de uma sociedade, para desafiar as narrativas absolutistas ou totalitárias, fomentando uma cultura de Direitos Humanos universais.

Cada narrativa seleciona determinados eventos ou personagens, excluindo outros. As narrativas opressivas negligenciam grandes partes de uma comunidade. As narrativas alternativas, por outro lado, têm por objetivo enriquecer o discurso público e o diálogo no seio de uma sociedade, incluindo mais eventos, mais personagens, mais perspetivas e mais dados na arena pública. O objetivo final é, então, fomentar o pensamento crítico de toda a gente.



Ter pensamento crítico implica que nós, enquanto seres humanos, somos capazes de refletir, decidir, desafiar e influenciar as normas sociais e as crenças. O pensamento crítico permite-nos entrar num “processo libertatório” das narrativas opressivas, bem como, permite que reconstruamos novas narrativas alternativas. Nesse sentido, o pensamento crítico torna-se mais forte e mais coerente quando há múltiplas e diversas vozes.



COMO É QUE A CONTRANARRATIVA DA OLI PODE SER UMA NARRATIVA BASEADA NOS DIREITOS HUMANOS?

A Oli está magoada e triste, mas não quer vingança. Ela não quer que ninguém passe por esta experiência terrível. A Oli quer que todos e todas percebam que a coexistência pacífica é possível só através do respeito pelas outras pessoas. Juntamente com o seu grupo de amigos e amigas, a Oli baseia as suas ações na ideia de que todos e todas somos iguais, não querendo repetir os métodos agressivos para transmitirem a sua ideia. As suas ações têm de refletir os valores dos Direitos Humanos, de respeito pelas opiniões das outras pessoas e de respeito pela diversidade.

5.6 | NARRATIVAS COMO UM DOS INSTRUMENTOS NA CAIXA DE FERRAMENTAS

PARAFUSOS QUE SE MARTELAM

De acordo com a famosa “lei do instrumento”, a maneira como as pessoas vêm os problemas depende muito dos instrumentos que têm na mão. Como na frase de Maslow “se tivermos um martelo na mão, tudo nos parece pregos.”⁶ O efeito prático é que é por vezes extremamente difícil avaliar cada situação da maneira correta e escolher, consequentemente, o instrumento mais adequado.



Apesar das contranarrativas e das narrativas alternativas poderem ser usadas em diferentes tipos de trabalho com Direitos Humanos, incluindo *advocacy*, trabalho no domínio da Juventude e questões legais, não são os únicos métodos nem os melhores para todas as situações. Há outros métodos e ferramentas para combater o discurso de ódio que podem ser usados como alternativa ou em combinação com as contranarrativas.

As educadoras e os educadores, as e os ativistas e as técnicas e os técnicos de juventude não devem pensar nas narrativas como a única ferramenta para promover os Direitos Humanos; há toda uma caixa de ferramentas à sua disposição! Com frequência, uma estratégia pode utilizar uma combinação de ferramentas, com as narrativas como instrumento central ou, simplesmente, como enquadramento implícito. Assim, uma parte da questão é focarmo-nos em todas as ocasiões em que as narrativas podem ser úteis como ferramenta principal numa estratégia; a outra é saber os casos em que as narrativas podem não ser o recurso principal.

Resumidamente, as narrativas ajudam a intervenção no discurso público, a nível nacional, regional e local, no trabalho ou na família, *online* e *offline*. Uma vez que “o obstáculo para convencer as pessoas é, com frequência, não o que ainda não sabem, mas o que já sabem”⁷, as contranarrativas e as narrativas alternativas oferecem um enquadramento diferente no qual perceber os problemas que a sociedade enfrenta, o que eventualmente leva a procurar diferentes soluções. No combate contra o ódio e a violência, as narrativas são particularmente úteis para:

- Bloquear, enfraquecer ou desafiar a autoridade das narrativas, das estruturas sociais e das instituições políticas violentas e de ódio
- Organizar, estruturar e divulgar conhecimento e informação de diferentes modos, desafiando o enquadramento político dominante de exclusão
- Aumentar o consenso sobre legislação específica, políticas inclusivas e desenvolvimentos sociais.

As narrativas não podem, de maneira alguma, substituir a:

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Com frequência, as bases da exclusão encontram-se na discriminação institucional, no acesso desigual aos direitos ou no incumprimento de legislação dos Direitos Humanos. Os cidadãos e as cidadãs, os e as ativistas e os movimentos sociais podem influenciar o panorama político, participando ativamente nos espaços locais, nacionais e internacionais. Tal pode ser feito, por exemplo, defendendo a criação duma nova legislação que tenha por objetivo equilibrar os direitos das minorias e das maiorias, ou fortalecer as leis de proteção dos Direitos Humanos, ou políticas sociais mais específicas. De todos os modos, uma narrativa poderosa pode ajudar a aumentar o consenso social necessário para influenciar quem toma as decisões políticas, para garantir a melhoria da legislação e para apoiar a transformação dos conflitos de forma construtiva.



A REDE EUROPEIA CONTRA O RACISMO (ENAR)

A ENAR é uma rede antirracismo pan-europeia que combina *advocacy* pela igualdade racial com a facilitação da cooperação entre atores da sociedade civil ativos no antirracismo na Europa (www.enar-eu.org/).

AÇÃO LEGAL

Em vários países, o discurso de ódio e os crimes de ódio podem ser alvo de acusação legal. A proteção dos indivíduos e dos grupos sociais está na base do Estado de Direito moderno e às minorias deve ser assegurada a defesa contra crimes de ódio. Para além disso, as ações legais podem ser muito dissuasoras. Contranarrativas bem geridas podem ajudar a ação legal, pondo em causa a relevância social e o apoio aos grupos de ódio, levando ao cumprimento das leis, e encorajando as vítimas e as testemunhas a testemunhar.



APOIO JURÍDICO

Na República Checa, através da linha de apoio na internet do Centro Internet Segura, é dado apoio jurídico aos alvos de discurso de ódio, incluindo apoio sobre como apresentar queixa. O discurso de ódio não é crime na República Checa, mas as vítimas são encorajadas a sinalizá-lo à polícia. O discurso de ódio severo, especialmente no caso de difamação (divulgação de informação falsa sobre determinada pessoa que pode causar-lhe dano psicológico) é, com frequência, investigado pela polícia.

TRABALHO NO DOMÍNIO DA JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Em várias sociedades e comunidades, os membros não têm acesso a educação de qualidade sobre os princípios e os valores dos Direitos Humanos, ou a exemplos de resolução de conflitos de forma pacífica. O trabalho no domínio da Juventude, quando se baseia na cidadania e na Educação para os Direitos Humanos, é central para a educação não-formal. As narrativas alternativas podem facilitar a atividade dos técnicos e das técnicas de juventude, ajudando as e os jovens a encontrar os seus espaços e os seus papéis como agentes de mudança na sociedade.



GLOBAL – TRABALHO NO DOMÍNIO DA JUVENTUDE NA FLANDRES, BÉLGICA

Na Bélgica, aos fins-de-semana, foram organizadas iniciativas de trabalho no domínio da juventude em centros para pessoas refugiadas, envolvendo técnicos e técnicas de juventude, voluntários e voluntárias. As atividades propostas incluíam oficinas, desportos e teatro.⁸



- Como podem as contranarrativas ou as narrativas alternativas fortalecer o vosso trabalho?



COMO PODEM AS CONTRANARRATIVAS OU AS NARRATIVAS ALTERNATIVAS FORTALECER O VOSSO TRABALHO?

A Oli sinalizou as ameaças à polícia e ativou os mecanismos de queixa nas plataformas das redes sociais através das quais foi vítima de discurso de ódio. A organização da Sara faz *advocacy* política e apoio legal às vítimas. O seu grupo também trabalha no reforço da Educação para os Direitos Humanos nas atividades na sua escola secundária, organizando atividades de educação não-formal com uma associação juvenil local.

RESUMO DO CAPÍTULO EM CINCO PONTOS

- Narrativas opressivas e poder: juntos estão de pé, juntos caem!
- A narrativa é um ponto de fragilidade: combatam-na e a estrutura de poder colapsa.
- Não respondam a narrativas opressivas: não é possível desfazer narrativas opressivas usando o seu enquadramento! Proponham novos enquadramentos!
- As contranarrativas desconstroem e deslegitimam outras narrativas; as narrativas alternativas propõem uma versão ou interpretação diferente, enfatizando “aquilo que defendemos” mais do que “aquilo que não queremos”.
- Atenção: “se tivermos um martelo na mão, tudo nos parece pregos!” As narrativas são apenas um dos instrumentos na caixa de ferramentas! A ação política, o *advocacy* legal, o trabalho no domínio da Juventude e a educação não formal fazem também parte da caixa.

NOTAS

- ¹ Por exemplo, Glenn, W. J. (2012), 'Developing Understandings of Race: Preservice Teachers' Counter-Narrative (Re)Constructions of People of Color in Young Adult Literature', *English Education*, 44(4): 326-353; Harter, L.M. et al. (2006), 'Freedom Through Flight: Performing a Counter-Narrative of Disability', *Journal Of Applied Communication Research* (34)1; Bamberg, M. (2004), 'Considering counter narratives', in Bamberg M. e Andrews, M. (eds), *Considering counter narratives: Narrating, resisting, making sense* (pp. 351-371). John Benjamins, Amsterdam.
- ² Bouzar, Sonia (2015) *La vie après Daesh*, Ivry-surSeine, Éditions de l'Atelier/ Éditions Ovrrières.
- ³ Briggs R. and Feve S. (2014), *Countering the Appeal of Extremism Online*. Institute of Strategic Dialogue, London.
- ⁴ Lakoff G. (2014), *In Politics, Progressives Need to Frame their Values*, disponível em georgelakoff.com/2014/11/29/george-lakoff-in-politics-progressives-need-to-frame-their-values/, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁵ Patterson, M. and Monroe, K.R. (1998), *Narrative in Political Science*, *Annual Review of Political Science* 1: 315-331.
- ⁶ Maslow, A.H. (1966), *The Psychology of Science: A Reconnaissance*. Harper and Row, New York.
- ⁷ Reinsborough, P. and Canning, D. (2012), *Beautiful Trouble*, disponível em beautifultrouble.org/theory/narrative-power-analysis/, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁸ blog.nohatespeechmovement.org/worldplayers-youthwork-without-borders-2/

A Oli e o seu grupo preparam-se para a ação



Então, estão prontos e prontas para começar uma campanha na vossa escola? Por exemplo, através dos grupos nas plataformas sociais?

Sim, estamos motivadas e motivados. Só que tenho algum medo. E se as pessoas ficarem zangadas e fizerem ainda mais?

É compreensível, não debes fazê-lo sozinha. Não serão as ações da Oli e do Ale, mas sim as ações de um grupo.



Nós queremos fazer algo, mas não sabemos bem como, nem por onde começar...



Sim, é preciso pensar bem e prepararem-se, mas é só uma questão de começar. Os vossos e as vossas docentes e eu podemos ajudar-vos. Também disseram que a Pim já organizou campanhas antes, certo?

Sim, ela virá à próxima reunião.

Ótimo! Vou enviar-vos uma cópia do manual Referências e um novo manual sobre como desenvolver uma contranarrativa.

PREPARAR A AÇÃO

CAPÍTULO

6

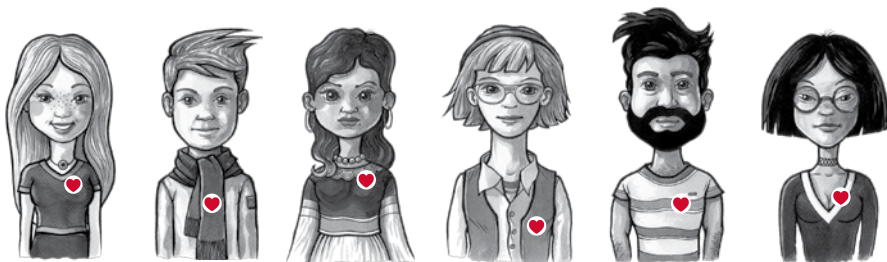
As narrativas alternativas e as contranarrativas contra o discurso de ódio contribuem para combater a violência nas suas múltiplas formas e para construir uma cultura de Direitos Humanos e de Democracia. Participar em ações no âmbito da Educação dos Direitos Humanos é uma oportunidade de capacitação e abre muitas oportunidades para que os e as jovens se envolvam em aprendizagens, individuais e de grupo, e na participação para a mudança social. Ao mesmo tempo, o envolvimento em ações contra o discurso de ódio pode ser frustrante, emocionalmente pesado e pode mesmo pôr em causa a privacidade e a segurança. O discurso de ódio surge frequentemente no discurso público com tons intimidatórios e está, com frequência, relacionado com agressões verbais e físicas diretas, por indivíduos ou grupos, como movimentos informais e partidos políticos. Há demasiados exemplos de ligações entre o discurso de ódio e os crimes de ódio, entre a violência verbal e a violência física. O discurso de ódio não é livre.

Apesar dos desafios existentes, não nos devemos deixar desencorajar. É importante sublinhar que qualquer pessoa se pode envolver em ações contra o discurso de ódio – não é preciso uma formação formal específica ou um certificado em determinadas competências! Sim, é importante que as ações sejam planeadas cuidadosamente e que as pessoas envolvidas estejam o mais preparadas possível. As preparações necessárias dependerão, em grande escala, do tipo de ação e do seu contexto específico.

Este capítulo lança ideias sobre a preparação para a ação, sugerindo a reflexão sobre as seguintes questões:

- O que é preciso para nos envolvermos na ação?
- O que quer dizer responder ao discurso de ódio através de uma abordagem de Educação para os Direitos Humanos?
- Quais são as competências importantes que podem ser úteis durante a ação?
- Temos um bom conhecimento do contexto *online* e *offline*, e das questões em causa?
- De que maneiras podemos e preferimos envolver-nos?
- Estamos emocionalmente preparados e preparadas e sabemos como garantir a nossa segurança e bem-estar?
- Temos noção do poder da língua e de como usar uma linguagem que não seja discriminatória?

- Garantimos a legitimidade das nossas ações e o respeito pelas vítimas do discurso de ódio?



A OLI E OS SEUS AMIGOS DECIDEM AGIR

A Oli e o Ale decidem reunir as amigas e os amigos para debater se devem começar uma campanha contra o discurso de ódio que ataca as pessoas da Rolónia na sua escola. Convidaram os seus amigos e as suas amigas e são, no total, 10 pessoas, com idades compreendidas entre os 16 e os 19. A Pim, enquanto membro de uma associação juvenil local, já organizou outras campanhas; a Marti é ótima com as redes sociais, faz vídeos e sites. O Ahme é um ótimo escritor, escreve com paixão, e os seus textos são divertidos e inteligentes. A Lore está a pensar estudar Direito e por isso interessa-se pelos aspetos legais. Cada uma e cada um tem uma motivação especial para ter um papel ativo e toda a gente quer contribuir com as suas opiniões e competências. A Oli e o Ale já não estão sós.

6.1 | NÓS CONSEGUIMOS!

Toda a gente consegue envolver-se em ações contra o discurso de ódio e desenvolver campanhas ou ações de contranarrativa: só é preciso motivação e alguma preparação. Quando se começa uma campanha ou ação, é importante saber que:

- O envolvimento das cidadãs e dos cidadãos é fundamental. Todos e todas podem agir e toda a gente é preciosa.
- Não é preciso ser-se “especialista” para trabalhar estes temas. Todas e todos temos visão. Por exemplo, os e as jovens com frequência têm uma noção clara do que acontece ao seu redor e sobre as realidades de outros e outras jovens. Cada pessoa tem uma contribuição especial a fazer.
- Sugerimos várias ações neste manual, mas não há nenhuma receita infalível. Os grupos devem tentar a sua própria ação de contranarrativa, desenvolvendo o seu próprio caminho.
- Envolver-se numa ação deste tipo pode ser uma experiência valiosa em si mesma.
- Podem inspirar-se em movimentos de defesa de Direitos Humanos já existentes, nomeadamente movimentos de jovens contra o discurso de ódio.
- A motivação, a criatividade e a esperança são os principais recursos necessários!

6.2 | RESPONDER ATRAVÉS DOS DIREITOS HUMANOS

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

(Artigo 1º - Declaração Universal dos Direitos Humanos)



Responder através dos Direitos Humanos significa que qualquer ação que seja tomada deve ser guiada e deve refletir os valores e os princípios dos Direitos Humanos. Estes valores e princípios são mencionados em muitas declarações e convenções dos Direitos Humanos. Por exemplo, o Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos resume os princípios essenciais: a liberdade, a igualdade na dignidade e nos direitos de todos os seres humanos – e os deveres em relação a cada um e cada uma.

Desenvolver uma contranarrativa implica que nenhuma ação deve reproduzir mecanismos de ódio, de exclusão ou de bodes expiatórios. Pelo contrário, deve basear-se num enquadramento de Direitos Humanos e contribuir para a promoção dos mesmos. Isto quer dizer que a narrativa com base em Direitos Humanos deve contribuir para a realização das liberdades e direitos das pessoas e dos grupos, ou seja, deve apoiar o seu envolvimento em processos emancipatórios.

A promoção dos Direitos Humanos através de narrativas é necessária. Se as narrativas opressivas não são postas em causa, os abusos de Direitos Humanos tornaram-se mais fortes, reforçando os estereótipos e os preconceitos na sociedade contra indivíduos ou grupos que, conseqüentemente, se tornam mais marginalizados e isolados. Nos casos piores, através do efeito “bola de neve”, o discurso de ódio contribui para o aumento dos crimes de ódio e de múltiplas formas de violência.

O principal ponto de referência deve ser sempre a abordagem do ponto de vista dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos são o padrão base sem os quais os seres humanos não vivem em dignidade. Os Direitos Humanos são universais; são os mesmos para todos os seres humanos em qualquer país e são de toda a gente do mesmo modo. Os Direitos Humanos dizem respeito à igualdade, à dignidade, à solidariedade, à liberdade, ao respeito e à justiça.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

- Os Direitos Humanos são inalienáveis, ou seja, não os podemos perder porque estão relacionados com a existência humana; são de todos os seres humanos.

- Os Direitos Humanos são indivisíveis, interdependentes e interrelacionados, ou seja, diferentes Direitos Humanos estão intrinsecamente relacionados e não podem ser vistos de forma isolada. Os Direitos Humanos também se complementam: o gozo de um depende do gozo de muitos outros e não há Direitos Humanos mais importantes que outros.
- Os Direitos Humanos são universais, ou seja, aplicam-se de forma igual a todas as pessoas do mundo, sem limite de tempo. Todos os indivíduos têm direito a gozar dos seus Direitos Humanos sem distinção de “raça ou contexto étnico, cor, género, orientação sexual, deficiência, língua, religião, opinião política ou outra, nacionalidade ou origem social, nascimento ou outro estatuto”.

Para informação mais detalhada, outros recursos e leituras sobre Direitos Humanos, consultem o Compass - Manual para a Educação para os Direitos Humanos com Jovens, especialmente o capítulo 4: Compreender os Direitos Humanos.

6.3 | DESENVOLVER COMPETÊNCIAS ATRAVÉS DA AÇÃO

Agir contra o discurso de ódio não exige nenhuma formação formal nem nenhum conjunto de competências específicas. Ao mesmo tempo, agir de forma responsável implica preparação, e a eficácia e a adequação das ações dependerão, em grande medida, da qualidade das atividades. O trabalho de equipa e a cooperação com outras pessoas e grupos são fatores importantes para garantir que as competências necessárias são mobilizadas.

É muito importante sublinhar que agir implica uma atitude proactiva em relação à aprendizagem, em que as e os jovens são as e os protagonistas. Agir tem de ser visto do ponto de vista educativo. O planeamento e a implementação de uma ação constituem uma oportunidade única para trabalhar sobre conhecimentos, capacidades e atitudes específicas.

As áreas de conhecimento, capacidades e atitudes específicas serão determinadas pelas necessidades dos e das participantes, pelo tipo de ação, pelo seu contexto, nomeadamente pelo contexto educativo. Neste manual, há algumas indicações sobre as competências chave para apoiar grupos na preparação de uma contranarrativa. No entanto, é importante utilizar materiais educativos específicos sobre Direitos Humanos e educação para a cidadania (global e online), como se descreve na última secção deste capítulo.

O referencial de competências, *Living together as Equals in culturally diverse and democratic societies*¹ desenvolvido pelo Conselho da Europa, é uma referência fulcral e um instrumento importante na implementação da Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos.

Este referencial serve como guia para o desenvolvimento de currícula, quer na educação formal, quer na não formal, por toda a Europa. A competência democrática e intercultural é definida da seguinte maneira:

A capacidade de mobilizar e utilizar valores, atitudes, capacidades, conhecimentos relevantes para responder de forma apropriada e eficaz às exigências, aos desafios e às oportunidades que se apresentam em situações democráticas e interculturais.

Este enquadramento propõe as seguintes competências-chave:

Valores

- Valorizar a dignidade humana e os Direitos Humanos
- Valorizar a diversidade cultural
- Valorizar a Democracia, a justiça, a equidade, a igualdade e o Estado de Direito

Capacidades

- Capacidades de aprendizagem autónoma
- Capacidades de pensamento crítico e analítico
- Capacidades de escuta e observação
- Empatia
- Flexibilidade e adaptabilidade
- Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues
- Capacidades de cooperação
- Capacidades de resolução de conflitos

Atitudes

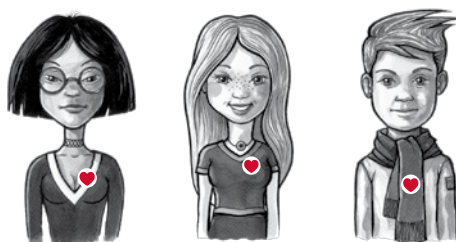
- Abertura à diversidade cultural e outras crenças, visões do mundo e práticas
- Respeito
- Espírito cívico
- Responsabilidade
- Autoeficácia
- Tolerância à ambiguidade

CONHECIMENTO E COMPREENSÃO CRÍTICA

- Conhecimento e compreensão crítica de si próprio e de si própria
- Conhecimento e compreensão crítica da língua e da comunicação
- Conhecimento e compreensão crítica do mundo (incluindo política, Direito, Direitos Humanos, culturas, religiões, história, meios de comunicação social, economia, ambiente e sustentabilidade)



- Como avaliam as vossas forças e as vossas limitações em relação a estas competências de cidadania democrática?
- Que competências consideram mais importantes para o desenvolvimento e a implementação de uma ação ou campanha de contranarrativas no vosso contexto?



QUE COMPETÊNCIAS PODE TRABALHAR O GRUPO DA OLI AO DESENVOLVER A CAMPANHA?

A Oli pensa que os valores que a contranarrativa deve enfatizar são a valorização da dignidade humana e da diversidade cultural. Claro que as suas e os seus colegas não gostam de diversidade cultural e não percebem quão importante isso é para a nossa identidade individual e coletiva. Como é que a Oli pode promover uma atitude de abertura em relação às diferenças culturais e a outras crenças? A Lore propõe uma aula sobre diferentes grupos migrantes para melhorar o conhecimento e compreensão crítica de toda a gente sobre o mundo. O Ale não está convencido – os seus e as suas colegas podem não ir a essa aula se não for obrigatória. Com frequência, sabem os factos, e, ainda assim, mantêm atitudes xenófobas. O Ale propõe a organização de um evento cultural, pois acha que os seus e as suas colegas estariam mais abertos e abertas a um festival com música e comida. A Oli concorda. Ambos sentem que é preciso desenvolver empatia e “quebrar barreiras” antes, apesar de continuar a pensar em planear outras atividades depois.

6.4 | DESAFIOS DE CAMPANHAS ONLINE E OFFLINE

Levar a cabo uma campanha de contranarrativa exige uma análise profunda do contexto. Sem se perceber o contexto social e político do discurso de ódio, *online* e *offline*, é difícil avaliar as narrativas que se pretende combater. Não compreender completamente as dinâmicas sociais pode pôr em causa o desenvolvimento da estratégia adequada. O primeiro passo para o desenvolvimento de uma contranarrativa começa por uma fase de avaliação da narrativa de ódio (ver capítulo 7).

Compreender o contexto ajudará a identificar possíveis riscos e desafios, resultando numa melhor preparação que os mitigue. Alguns dos riscos e desafios no combate ao discurso de ódio (*online* e *offline*) são os seguintes:

- O discurso de ódio pode ser difícil de compreender. As suas raízes são profundas. O discurso de ódio é o resultado de vários fatores. É frequentemente difícil perceber as suas razões. Apesar de haver investigação na área, há limitações à nossa compreensão sobre o que acontece na mente dos indivíduos e nas dinâmicas de grupo. Cada caso e cada contexto é único e exige uma análise específica. Evitem assumir que um novo caso é igual a outros analisados no passado.
- Pode ser difícil identificar quem produz discurso de ódio *online*; muitas vezes isso depende de quão longe as autoridades estão dispostas a ir, o que varia de país para país. É importante estarem informados e informadas sobre as possibilidades de cada contexto. De qualquer forma, o que é importante é ser-se capaz de analisar as narrativas de ódio utilizadas e de identificar a melhor forma de alcançar os grupos de ódio, no caso de serem o público-alvo da campanha.
- As ferramentas para monitorar e regular os discursos de ódio nas plataformas das redes sociais são limitadas (ver capítulo 3). Apesar das limitações, as plataformas das redes sociais podem ser reocupadas com narrativas alternativas.
- O grupo pode ter competências analíticas, comunicativas e organizativas limitadas. É importante ter-se noção das forças e das limitações do grupo que leva a cabo a ação; é necessário ser-se capaz de procurar apoio sempre que necessário.
- As questões de segurança pessoal. É fulcral proteger-nos e proteger as outras pessoas envolvidas, criando um ambiente seguro para um diálogo, um apoio e uma ação construtiva.

6.5 | TIPOS DE ENVOLVIMENTO

A Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio do Conselho da Europa depende do envolvimento ativo de muitos e muitas jovens e apoiantes. Há muitas formas através das quais os indivíduos e os grupos podem trabalhar para combater o discurso de ódio usando as narrativas como ferramenta.

No manual Referências, as várias estratégias de campanha foram agrupadas nas seguintes categorias:

- Educar e consciencializar
- Combater o discurso de ódio que já existe *online*
- Mobilizar outras pessoas

- Expressar solidariedade para com as vítimas ou grupos alvo comuns
- Estratégias a longo prazo

É importante notar que, com frequência, estas estratégias sobrepõem-se e várias são utilizadas em combinação, numa ação ou campanha. As narrativas alternativas e as contra-narrativas podem ser utilizadas quando se implementa qualquer uma destas estratégias. Por exemplo, uma narrativa alternativa pode ser comunicada através das redes sociais e pode servir para mobilizar outras pessoas.²



É importante sublinhar que o tipo de envolvimento e as ferramentas utilizadas têm de ser escolhidas cuidadosamente dependendo de cada caso, cada contexto e cada preferência e características do grupo. Por exemplo, enquanto alguns podem estar preparados para agir diretamente com alguém que publicou um comentário de ódio, outros não, podendo preferir trabalhar na sensibilização ao público geral, promovendo uma narrativa alternativa de forma mais genérica.

MOSTRAR SOLIDARIEDADE ONLINE E OFFLINE

Há muitos debates sobre se mudar a fotografia de perfil no Facebook ou se assinar uma petição *online* para apoiar determinada causa é considerado “ativismo de sofá”, uma forma de ativismo *online* que é visto como exigindo pouco tempo e envolvimento. Estas ações simbólicas, por exemplo, as petições e as doações *online*, ou os “gosto” no Facebook representam sinais de solidariedade. Quando mudam a fotografia de perfil do Facebook para a bandeira de um país ou o logo de uma causa, as pessoas estão não apenas a mostrar solidariedade ou apoio a uma pessoa ou causa, mas também se estão a envolver em solidariedade, mostrando a sua empatia e aumentando a compreensão nas suas redes de amigos e amigas, colegas e familiares. As ações de solidariedade *offline*, como marchas, boicotes, peças de teatro e concertos são tão importantes quanto as ações online. Um não são melhores do que as outras; são, aliás, complementares. Por isso, qualquer tipo de solidariedade que partilha valores de Direitos Humanos é uma boa solidariedade, quer seja online quer *offline*.

Mas a solidariedade não é a única forma de resposta; a igualdade e o respeito são outros dois valores igualmente importantes. Os e as ativistas, as técnicas e os técnicos de juventude e os educadores e as educadoras devem guiar-se pelo princípio universal que afirma que “todos os seres humanos são iguais” – um princípio que deve ser transmitido e que se deve refletir em toda a narrativa alternativa.



QUE TIPO DE AÇÕES DEVE LEVAR A CABO O GRUPO DA OLÍ?

A Oli denunciou discurso de ódio contra as pessoas rolonianas nas plataformas das redes sociais que usa. A Oli pensa que esta ação é necessária, mas neste caso, insuficiente. Simultaneamente, a Oli recebeu sinais de solidariedade *online* e pessoalmente, que aumentaram a sua confiança para levar a cabo uma ação. A Oli quer mudar as percepções negativas que as suas e os seus colegas têm sobre quem vem da Rolónia. A Oli quer promover uma cultura de Direitos Humanos na sua comunidade para que mais ninguém tenha de passar pelo que a Oli e outras pessoas passaram.



- Qual é a vossa experiência com diferentes tipos de ação?
- Qual é o vosso tipo de ação preferido? Porquê?
- Em que contexto e como trabalham com jovens? Que tipo de ação preferem os e as jovens e qual é a mais apropriada ao vosso contexto?

6.6 | EMOÇÕES, SEGURANÇA E BEM-ESTAR

As emoções são uma dimensão crucial da teoria da narrativa. Qualquer pessoa que se esteja a preparar para implementar uma ação contra o discurso de ódio deve ter bem clara a noção da sua relação pessoal com o tópico que irá abordar. A reflexão pessoal e a autoanálise, bem como o debate com outros educadores e outras educadoras, ativistas ou pessoas amigas pode ajudar a identificar os sentimentos em causa.

É importante sublinhar que não se espera que quem leva a cabo ações seja neutro em relação às questões em causa. Pelo contrário, é importante sentirmos uma ligação ao tema – e às narrativas subjacentes. Uma vez que as emoções são uma das bases da construção e desconstrução das narrativas, a empatia, mais do que muitos outros fatores, tem um papel central no trabalho com narrativas.

Para evitar reproduzir o discurso de ódio ou a discriminação, os e as ativistas devem ter uma ideia clara sobre quanto está em causa para eles e para elas durante um debate ou uma ação, e devem definir “linhas vermelhas” que não devem ultrapassar: o que dizer, até onde ir com os argumentos e quando deixar de agir, por exemplo. Também se deve sublinhar que, por vezes, se experienciam eventos que podem ser direta ou indiretamente dolorosos para um indivíduo ou grupo social a que pertencemos, especialmente quando nos envolvemos no combate contra o discurso de ódio, produzindo e usando contranarrativas.

Por isso, o cuidado connosco é uma parte importante do ativismo e do trabalho educativo, apesar de ser com frequência negligenciado ou mesmo visto como egoísta. Pelo contrário, defendemos aqui que o cuidado connosco é fundamental nos processos de emancipação individuais e sociais. Se quem se envolve na mudança social tomar conta de si própria e de si próprio, as suas ações serão mais refletidas e sustentáveis, tornando assim a mudança social possível.

É difícil estimar quando nos podemos magoar com o discurso de ódio. Tal depende das posições sociais ou autoidentificações com determinados grupos sociais. Por isso, há diferenças importantes no potencial de dano do discurso de ódio, dependendo da natureza do envolvimento no ativismo. Por exemplo, podem depender de: 1) O envolvimento enquanto membro de um grupo social alvo de discurso de ódio, ou 2) o envolvimento enquanto aliado dos alvos do discurso de ódio. No segundo caso, estar exposto a discurso de ódio que não nos atinge diretamente tem menos potencial de dano. No caso de o discurso de ódio ter por alvo um grupo marginalizado, o dano é potencialmente maior uma vez que se poderá ser identificado diretamente e poderemos ter menos recursos pessoais, sociais e institucionais disponíveis para a resposta.



Tendo em conta estas considerações, propomos algumas dicas sobre como cuidar do nosso bem-estar e da nossa segurança, questões importantes quer para o envolvimento *online* quer *offline*, independentemente do nosso estatuto de pessoas privilegiadas ou desprivilegiadas.

DEFINIR EXPETATIVAS REALISTAS

Em primeiro lugar, devemos lembrar-nos que este tipo de trabalho, seja ativismo ou trabalho educativo, é desafiante: há dificuldades (bem como vitórias, menores ou maiores!) e enquanto membro do grupo social alvo, é preciso processar os danos causados pelo discurso de ódio. É importante termos noção das relações de poder em que o discurso de ódio se desenvolve, bem como dos esforços de transformação das relações de poder. Neste contexto, é importante ganhar uma visão realista das mudanças sociais que são, por natureza, processuais e lentas. Tendo isto por base, é útil definir expetativas realistas em relação aos efeitos das ações e campanhas.



Qualquer contributo positivo, mesmo que aparentemente pequeno, é importante quando trabalhamos contra o discurso de ódio. Por exemplo, um pequeno gesto pode querer dizer muito para alguém. Todas as ações são importantes. E toda a gente tem um papel a desempenhar.

APRENDER A LIDAR COM OS NOSSOS SENTIMENTOS

Um ponto de partida é perceber que os sentimentos, no contexto do ativismo e do trabalho educativo, são reais e legítimos. É razoável sentirmo-nos desesperados ou desesperadas, magoados ou magoadas e zangados ou zangadas quando combatemos o discurso de ódio, especialmente se tiver por alvo grupos sociais aos quais pertencemos. É importante não sentirmos medo ou vergonha de falar sobre os sentimentos, especialmente quando lidamos com a difícil situação de produzir e usar uma contranarrativa. Recomenda-se que as organizações arranjem sessões de tutoria e “pessoas-seguras” com quem falar, ou só de-sabafar e libertar a raiva (justificada). Devemos permitir-nos sentirmo-nos vulneráveis em espaços e com pessoas em quem podemos confiar. Se for preciso, não devemos hesitar fazer uma pausa (uma hora, duas semanas, um mês, ...) e, se possível, é importante darmos o mesmo tipo de apoio aos e às colegas e às comunidades.

MANTER A ENERGIA

Apesar de o ativismo e o trabalho educativo se tornarem quase um modo de vida e apesar de parecer que estão presentes em todas as esferas da nossa vida diária, a nossa vida não é só isso. É importante termos noção de tudo o resto na vida que é positivo e inspirador. Uma sugestão é fazermos, por exemplo, uma lista de atividades que nos preenchem, relaxam e repõem a nossa energia, para nos ajudar a sentirmos bem (outra vez), procurando-a quando nos sentimos magoados ou magoadas e cansados ou cansadas.³ Os processos de transformação das relações de poder e de combate ao discurso de ódio são de longo prazo e a comunidade de ativistas e educadores e educadoras precisa de se sentir com energia, poder, segurança e bem-estar. Para isso, é preciso cuidarmos de nós através de atividades de que gostamos e termos compaixão por nós próprias e por nós próprios.

FAZER COM OUTRAS PESSOAS

A necessidade de trabalhar com outras pessoas é extremamente importante. Tal implica construir uma equipa, um grupo e as necessárias redes pessoais e institucionais para que exista suficiente apoio, conhecimento e adequada divisão das tarefas e das responsabilidades.



COMO VAI O GRUPO DA OLI GARANTIR A SUA SEGURANÇA E BEM-ESTAR?

A Oli tem medo, mas tem o apoio das suas amigas e dos seus amigos, familiares e docentes, especialmente de Ale, o seu melhor amigo. O Ale passou por uma experiência semelhante e aprendeu muito com isso. O professor de história também tem sido muito útil – pô-los em contacto com uma associação local de Direitos Humanos que quer apoiar o grupo no desenvolvimento de uma atividade na escola. A Oli não está sozinha. A Oli e o Ale tornaram-se líderes de um pequeno grupo de jovens que está determinado a aprender e planejar uma ação, procurando as ferramentas e o apoio necessários. O grupo é formado por pessoas rolonianas e marcadianas, todos de diferentes origens e experiências, mas com a ideia comum que todos e todas são iguais e todas e todos merecem tratamento justo.



- Quais são as características e necessidades dos e das jovens com quem trabalham?
- De que maneira podem apoiá-las e apoiá-los para que estejam seguras e seguros?
- Simultaneamente, que tipo de apoio precisam vocês para poder apoiar outras pessoas?

6.7 | O PODER DA LINGUAGEM

A linguagem é um mecanismo importante, através do qual as relações de poder podem ser reproduzidas, mesmo que não seja intencionalmente. A linguagem reflete as nossas normas e assunções sociais. A linguagem não se limita a espelhar a realidade social existente; funciona também como mecanismo de reprodução através das suas características e das suas utilizações.⁴ Assim, é importante perceber como a linguagem reproduz as relações de poder desiguais e injustas para aprender a usá-la de uma forma que desafie a desigualdade e que construa uma nova realidade. Tal é fundamental no contexto de produção de narrativas alternativas e de contranarrativas de combate ao discurso de ódio.

O primeiro passo é refletir criticamente sobre as práticas existentes, por exemplo, a maneira como falamos de determinados assuntos e as palavras que usamos. Tal não é fácil uma vez que a linguagem discriminatória é tida como óbvia e torna-se invisível, apesar de poder estar por todo o lado. Assim, quando nos envolvemos na produção e na utilização

de contranarrativas é importante que a linguagem que usamos não reproduza relações de poder assimétricas. Para isso, é útil ter ou adquirir conhecimento sobre os grupos sociais alvo do discurso de ódio, consultar membros desses grupos sociais ou dar espaço para que eles produzam contranarrativas.

As práticas linguísticas podem ajudar a apoiar a discriminação e a reproduzir relações de poder desiguais ao representar de forma errada ou ao descrever de forma incorreta determinado aspecto da sociedade. Tal acontece através de:

- Usar repetidamente determinadas palavras para descrever determinado grupo.
- Não ter ou escolher não usar determinadas palavras para descrever um certo aspecto da realidade, como um grupo ou um tema, tornando-o invisível.
- Dar um sentido negativo ou positivo a determinadas palavras, usando-as sempre para descrever determinado grupo.

Estes mecanismos são ilustrados nos seguintes exemplos:



LINGUAGEM COM PRECONCEITO DE GÊNERO

A escolha de palavras reflete com frequência assunções sobre os papéis de gênero. Por exemplo, escrever “se um educador é dedicado, terá sucesso” (usando o substantivo masculino) sugere que é um homem quem terá sucesso. Uma alternativa neutra, do ponto de vista do gênero, seria “Uma pessoa que trabalha na educação e que seja dedicada terá sucesso”. Usar expressões neutras ou ambas as formas, masculina e feminina, pode expor o uso, tido como certo, das palavras no masculino. Outro exemplo de linguagem com preconceito de gênero é o uso de determinadas palavras para representar mulheres e homens que reforçam os atributos estereotipados de gênero, como por exemplo, as raparigas são tímidas e os rapazes são corajosos.



“IMIGRANTES ILEGAIS”

O termo “imigrantes ilegais”, usado frequentemente para fazer referência a migrantes ou requerentes de asilo, é usado com frequência nos meios de comunicação social. Usar a palavra “ilegal” sugere que estão a fazer algo errado e que a pessoa cometeu um crime. O Comissário Europeu para os Direitos Humanos, Nils Muiznieks, explica: “As pessoas não são ilegais. O seu estatuto legal pode ser irregular, mas isso não as leva para lá da humanidade”, propondo a expressão “migrantes irregulares” para pessoas estrangeiras que entram num país sem permissão.⁵



IDENTIFICAR A LÍNGUAGEM DA ISLAMOFOBIA

As organizações britânicas *Faith Matters* e *Tell MAMA (Measuring Anti-Muslim Attacks)* desenvolveram um *software* que monitoriza o discurso de ódio online que tem por alvo pessoas muçulmanas. O *software* identifica e produz estatísticas sobre palavras-chave para perceber a frequência do seu uso na linguagem que tem por alvo pessoas muçulmanas e que ocorre durante acontecimentos islamofóbicos. A análise de mais de 700 casos mostrou que algumas palavras (“*Paki*”, “*hijab*”, “*pedófilo*”, “*pedo*”, “*violação*”, “*pakis*”, “*bomba*”) estão relacionadas com preconceitos antimuçulmanos.⁶ Esta investigação mostra de que forma a linguagem da islamofobia mudou, especialmente através da colocação de palavras (duas palavras que aparecem com frequência juntas), e apoia a narrativa violenta segundo a qual os homens muçulmanos são inerentemente pervertidos sexuais, e, por isso, abusam das raparigas. A escolha de palavras com carga negativa em relação a pessoas muçulmanas contribui para a sua imagem de ameaçadoras e perigosas.



“PESSOAS NO CORPO ERRADO”

Quando se combate o discurso de ódio contra indivíduos transgénero (por exemplo, pessoas transexuais, sem género, bigénero, *queer*) refere-se com frequência que as pessoas nasceram “no corpo errado”. Usar a palavra “errado” sugere que há um corpo “certo”. Tal significa que é considerado normal que as pessoas recebam o género à nascença por uma instituição com autorização social (medicina) e que uma pessoa se identifique com o género atribuído. No entanto, ninguém nasce “erradamente” enquanto homem ou mulher; o que acontece é que a pessoa não se identifica necessariamente (ou não apenas) com o género que lhe é atribuído.

Estes exemplos mostram como a linguagem e as práticas linguísticas funcionam como mecanismo explícito ou implícito de reprodução da realidade social e das suas relações de poder hierárquicas. Como o objetivo das contranarrativas é tornar estas relações de poder explícitas e combatê-las, é importante que tenhamos consciência delas e que reconheçamos a diversidade social que existe, sendo capazes de traduzir esse conhecimento em linguagem inclusiva e em contranarrativas.



Se não têm a certeza de como fazer uma contranarrativa contra o discurso de ódio que tem por alvo determinado grupo social de forma inclusiva, consultem membros desse grupo social ou outros atores sociais com experiência nesse âmbito.



- Que experiência prévia têm no uso de linguagem inclusiva?
- Quais são os principais desafios que enfrentam nesta área nas linguagens e na(s) língua(s) do vosso contexto?



O GRUPO DA OLI E A LINGUAGEM SOBRE PESSOAS ROLONIANAS

As pessoas referem-se aos rolonianos e às rolonianas de muitas formas, em piadas e na linguagem coloquial. A Oli e o Ale organizaram duas sessões em conjunto com a professora de línguas sobre o funcionamento da linguagem inclusiva e exclusiva. Na primeira sessão o grupo debateu sobre a linguagem com e sem preconceito de género. Um dos exercícios foi identificar os preconceitos de género da linguagem e reescrever os textos de forma inclusiva. Numa segunda sessão, a professora pediu ao grupo que mencionasse todos os termos que se podem associar aos diferentes grupos da sociedade marcadiana. Analisaram os termos e deram-se conta de que alguns termos têm uma conotação positiva e outros negativa. Alguns termos não foram identificados? Mas porquê?



6.8 | GARANTIR A LEGITIMIDADE

As contranarrativas não devem reproduzir as desigualdades nem os estereótipos negativos, mas antes devem contribuir para a construção de relações sociais mais justas. É por isso que é fundamental desenvolver contranarrativas com quem percebe essas relações sociais desiguais, especialmente os grupos alvo de discurso de ódio. Tal implica consultá-los e envolvê-los em todas as fases. Uma narrativa que tem por base os Direitos Humanos e que surja de um debate honesto e aberto com o grupo alvo do discurso de ódio é um processo de dois sentidos que é, normalmente, muito mais forte do que uma narrativa construída artificialmente por um grupo (ou indivíduo) isolado.

Para produzir contranarrativas ou narrativas alternativas é preciso basear-se num processo que tem em consideração, de forma séria, as vozes de quem é marginalizado ou marginalizada e alvo do discurso de ódio, as vozes de quem produz o discurso de ódio e uma reflexão honesta sobre os nossos próprios privilégios e preconceitos. Sem este processo, pode-se desenvolver uma contranarrativa com “ângulos mortos”, ou seja, é possível acabar por se desenvolver uma narrativa descuidando determinadas questões, a ênfase ou tom pode ser desapropriado ou a abordagem pode ser ineficaz, superficial ou mesmo contra produtiva.

Para além disso, produzir contranarrativas de uma posição privilegiada e sem a cooperação do grupo social marginalizado reproduz, implicitamente, relações de poder desiguais: alguns grupos são capazes de falar por si próprios e outros não. Esta questão tem implicações éticas, simbólicas e práticas. Quem é visto como tendo o direito a falar? Quem decide o conteúdo do que é dito e quem tem o direito a ser ouvido?

É importante lembrar que os grupos sociais oprimidos são vistos sobretudo como sem poder e como vítimas, por parte das pessoas em posições de poder. É precisamente essa perspetiva que legitima o “direito” a falar-se em nome de outras pessoas. Se alguns grupos são vistos como não tendo poder ou competências, esta perceção fortalece a sua posição de subordinados. Ao produzir contranarrativas ou narrativas alternativas ao discurso de ódio, é central refletir-se sobre a voz, sobre a importância da autoexpressão e da autorrepresentação. Esta reflexão deverá ajudar os grupos sociais privilegiados a saber quando se afastarem, para evitar a posição de “falar em nome de outras pessoas”, sem que isso lhe seja pedido.



NOT IN MY NAME. CAMPANHA DE PESSOAS MUÇULMANAS CONTRA O TERRORISMO

Muitas muçulmanas e muitos muçulmanos estão a lutar para combater a associação estereotipada sobre pessoas muçulmanas e terroristas e estão a demonstrar que o terrorismo não é inerentemente islâmico e que, pelo contrário, é utilizado por grupos extremistas de diferentes origens, religiões e crenças políticas por todo o mundo.⁷



COMO TRABALHAR COM OS GRUPOS ALVO DE DISCURSO DE ÓDIO

Os alvos do discurso de ódio estão frequentemente isolados, emocional e psicologicamente assoberbados. Tenham em consideração as seguintes dicas quando trabalharem com grupos alvo do discurso de ódio:

- Envolvam-se quando o grupo estiver pronto a envolver-se. Apoiem-nos e tenham em consideração, antes de tudo, as suas necessidades. Frequentemente, este apoio pode ser dado por quem tenha sido alvo de discurso de ódio no passado, mas o tenha ultrapassado, ganhando capacidade de lhe responder.
- Criem espaços seguros para que os alvos do discurso de ódio possam partilhar as suas histórias. Tenham em consideração qualquer risco ou questões de anonimato.
- Trabalhem em colaboração com os alvos de discurso de ódio no desenvolvimento da estratégia, das mensagens e da linguagem.

COMO TRABALHAR COM QUEM GERA DISCURSO DE ÓDIO

- Dependendo do contexto, e se considerarem apropriado, criem espaços para que quem produz discurso de ódio, especialmente quem espalha

versões menos agressivas, possam conhecer alvos das suas mensagens de ódio para que possam ter a oportunidade de pôr em causa a sua visão. Tenham em consideração que estes espaços terão de ser muito bem preparados e facilitados, para que seja possível garantir o respeito das necessidades de toda a gente. Os e as participantes têm de estar prontos e prontas e disponíveis para o efeito.

- Trabalhem com ex-produtores e ex-produtoras de discurso de ódio, que têm informações importantes. Os seus testemunhos são credíveis e de confiança para quem se interessa por ideias extremistas, ou para quem está num processo de radicalização.



VÍDEO: PESSOAS PRODUTORAS DE DISCURSO DE ÓDIO ENCONTRAM PESSOAS REFUGIADAS

Um canal de vídeos jornalísticos da Hungria, o *IndexVideo World*, usou vídeos como ferramenta para o diálogo entre quem produz discurso de ódio e os seus alvos. Especificamente, em setembro de 2015, quando chegaram milhares de pessoas refugiadas à Hungria, o canal levou comentadores e comentadoras de Facebook contra pessoas refugiadas à estação de comboio Keleti, em Budapeste, para que conhecessem, pessoalmente, as pessoas contra quem escreviam. Através destes encontros, quem produzia discurso de ódio foi capaz de pôr em causa as suas assunções e reconsiderar as suas atitudes.



- De que tipo de apoio precisam para garantir que a vossa campanha é desenhada e implementada de forma participada, respeitadora das necessidades e das preferências das pessoas alvo do discurso de ódio?
- Quais podem ser as oportunidades e os desafios de trabalhar com quem produz discurso de ódio e quem o apoia no vosso contexto?

O GRUPO DA OLI E O DIREITO A FALAR



No caso da Oli, foi ela quem tomou a iniciativa de agir, apoiada pelo seu amigo Ale e por outros amigos e outras amigas. Apesar de a Oli sempre ter sentido vontade de fazer algo, o Ale teve um papel essencial no processo, ajudando a Oli a refletir sobre a sua experiência e a sentir-se suficientemente confiante para falar do assunto. Ao mesmo tempo, o Ale foi a ligação com outros e outras colegas de Marcádia, ajudando o grupo a refletir sobre identidade, direitos e privilégios. A Oli também foi apoiada pelos seus e pelas suas docentes, que a receberam e que tinham muito conhecimento e recursos acerca do discurso de ódio. Quer a professora de línguas quer o professor de História foram capazes de dar referências ao grupo sobre outros recursos e associações. Os e as docentes e as técnicas e os técnicos de juventude encorajaram o grupo a desenvolver ações, mas sem retirar a voz a Oli. Todos e todas desempenharam o papel de apoiantes do grupo, mas a campanha continuou a ser do grupo. A Oli e o Ale lideraram o grupo. Mas será que é sempre assim?



6.9 | FORTALECER O APOIO SOCIAL ÀS VOSSAS AÇÕES



- Identifiquem organizações que partilham a vossa causa e convidem-nas a formar uma rede ou aliança de organizações. Este tipo de modelo pode ser poderoso e ter um impacto positivo.
- Usem eventos informais como campos ou festivais para envolver cidadãos e cidadãs, estabelecendo grupos locais.
- Envolvam organizações e grupos de diferentes contextos: das artes, da música, dos meios multimédia, da educação, etc. Toda a gente pode contribuir para o desenvolvimento de contranarrativas eficazes. Deem-lhes espaço e oportunidade para contribuir.
- Usem as tecnologias da internet para se organizarem de forma eficaz e económica *online*. Algumas das plataformas que vos podem ajudar a colaborar online são:
 - Para comunicação: Slack, Loomio, Skype e Google Hangout.
 - Para escrever documentos partilhados: Goodle Docs e titanpad.
 - Para acolher materiais partilhados: SpiderOak, Google Drive e dropbox.



DIAS DE AÇÃO

Os dias de ação mobilizam as campanhas nacionais e os parceiros europeus do Movimento Contra o Discurso de Ódio para atividades conjuntas sobre formas ou alvos específicos do discurso de ódio. Cada dia de ação tem um programa de atividades preparado com as e os ativistas online, em cooperação com os coordenadores e as coordenadoras das campanhas nacionais, bem como com os parceiros europeus www.coe.int/en/web/no-hate-campaign



- Qual é a vossa experiência na cooperação com outras instituições e grupos?
- Quais são os principais desafios que enfrentam nessa área no vosso contexto?



O GRUPO DA OLI E A SUA REDE INSTITUCIONAL

A fonte de apoio principal do grupo da Oli é a sua escola. Alguns membros do grupo também participam em associações juvenis locais. As e os docentes foram capazes de juntar o grupo a uma associação de Direitos Humanos e a um ponto de informação oficial sobre discurso de ódio. Estas instituições fazem parte de redes, nacionais e internacionais, e de iniciativas na região. Através destas interações, o grupo da Oli conheceu a Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio, o que os e as motivou a comprometerem-se mais com o tema. Sentem que não estão sós e que fazem parte de um movimento maior de pessoas que promovem os Direitos Humanos. Para além disso, sabem agora a quem pedir apoio, informação e inspiração para desenvolver uma campanha de contranarrativa!

6.10 | CONSIDERAR OS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Apesar de os principais recursos necessários serem a motivação, a criatividade e a esperança, antes de começarem uma ação, considerem os recursos humanos e materiais que irão precisar. Tal não implica que precisem de fundos extras ou de contratar pessoas. Antes de mais, é importante determinar o que de facto precisam para implementar as atividades, para depois avaliar todos os recursos disponíveis e pensar criativamente em alternativas ou opções, por exemplo, a utilização de espaços existentes para reuniões, procurar entidades patrocinadoras locais para imprimir materiais e t-shirts e para ter acesso a doações de câmaras ou de computadores. Mais uma vez, a motivação e o compromisso são os recursos essenciais!



OPORTUNIDADES DE VOLUNTARIADO

O voluntariado é uma forma de se envolverem ou de desenvolverem novas competências. Podem candidatar-se a fazer voluntariado numa associação, ou se já trabalharem numa associação, podem convidar e acolher voluntárias e voluntários. O voluntariado é uma parte essencial das sociedades contemporâneas, há muito as instituições europeias reconheceram a sua importância enquanto experiência educativa e enquanto forma de participação social, o seu fator de integração e o seu valor enquanto instrumento de desenvolvimento da cidadania ativa. Se a ação exigir mais recursos e aumentar de escala e complexidade, pode ser preciso considerar candidatarem-se a fundos ou juntarem-se a uma associação local ou grupo já existente.



A FUNDAÇÃO EUROPEIA DA JUVENTUDE

Trata-se de um fundo estabelecido em 1972 pelo Conselho da Europa para dar apoio financeiro e educativo a atividades de juventude na Europa. Também apoia projetos piloto liderados por jovens www.efy.coe.int⁸



O GRUPO DA OLI E OS RECURSOS

O grupo da Oli é um grupo informal, mas conhecem-se bastante bem, uma vez que a maioria estuda na mesma escola. Têm o apoio da escola e, por isso, têm onde se reunir e ter acesso a pessoas que os e as podem aconselhar sobre o conteúdo e a nível técnico, por exemplo, perguntando aos seus e às suas docentes, incluindo a professora das TIC. Dão-se conta de que podem fazer muito com os recursos que têm disponíveis. Sobretudo, têm um local seguro para se reunirem, encorajarem e apoiarem, têm tempo e motivação! Ao mesmo tempo, sabem que o governo local oferece pequenas bolsas a organizações juvenis e estão a explorar a possibilidade de se candidatarem. A organização da Sara já implementou um projeto com financiamento no âmbito da Fundação Europeia da Juventude.

6.11 | ENCONTRAR MAIS INFORMAÇÃO

INSTRUMENTOS LEGAIS DE DIREITOS HUMANOS

- A Convenção Europeia dos Direitos Humanos foi ratificada por todos os membros do Conselho da Europa. Protege uma série de direitos civis e políticos, incluindo o direito à privacidade, à segurança e à proteção contra tratamento desumano e degradante. Apesar de a Convenção também proteger a liberdade de expressão, este direito permite restrições quando é provável que as formas de expressão ponham em perigo outras pessoas ou que causem dano à sociedade como um todo.
- O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos defende os direitos da Convenção Europeia e decide sobre queixas individuais de violações de Direitos Humanos. A jurisprudência do Tribunal fornece uma interpretação de “discurso de ódio” que garante que os piores abusos não são protegidos pelo direito à liberdade de expressão.
- A Convenção sobre Cibercrime foi desenvolvida pelo Conselho da Europa, juntamente com os seus protocolos adicionais sobre a criminalização de atos de natureza racista e xenófoba, perpetrados através de computadores (2003 – n. 189). É o único tratado internacional vinculativo sobre o tema. Entrou em vigor em julho de 2004 e define as orientações para todos os governos que queiram desenvolver legislação contra o cibercrime.

ORGANISMOS DE MONITORIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

- A Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) é um órgão de Direitos Humanos do Conselho da Europa. É composto por especialistas independentes e publica relatórios de monitorização, incluindo relatórios sobre o problema do discurso de ódio. De relevância particular são as recomendações de políticas gerais sobre o combate ao discurso de ódio⁹.
- O Comissário para os Direitos Humanos chamou a atenção para o discurso de ódio enquanto preocupação dos Direitos Humanos (por exemplo, em relação ao povo cigano, às pessoas refugiadas e requerentes de asilo). O Comissário também apelou à adoção de medidas contra o discurso de ódio.

RECURSOS EDUCATIVOS DO CONSELHO DA EUROPA

- Referências - Manual para o combate contra o discurso de ódio *online* através da Educação para os Direitos Humanos
- COMPASS - Manual para Educação para os Direitos Humanos com Jovens
- *Interculturalism and Multiculturalism: Similarities and Differences.*

- *Internet Literacy Handbook*
- *Starting Points for Combating Hate Speech Online* – uma publicação sobre discurso de ódio e um mapeamento das campanhas contra o discurso de ódio *online*,
- Os módulos do programa Pestalozzi sobre educação para os media e aprendizagem intercultural.
- *Development and Review for Democratic Citizenship and Human Rights Education*, publicado em conjunto com a UNESCO, o Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (GIDDH) da OSCE e a Organização dos Estados Americanos.
- *Wild Web Woods*, um jogo online para que as crianças aprendam os métodos básicos de segurança online.

RESUMO DO CAPÍTULO EM CINCO PONTOS

- Toda a gente pode envolver-se em ações contra o discurso de ódio; só é preciso motivação e alguma preparação
- É importante perceber a complexidade dos temas em questão e as dinâmicas sociais, *online* e *offline*.
- É fundamental estar prontos e prontas emocionalmente, e ter apoio por parte de uma equipa ou organização. Envolvam-se com outras pessoas.
- A linguagem pode reproduzir estereótipos negativos e exclusão: é possível usar linguagem inclusiva. Ao mudar a linguagem, a realidade também muda.
- Envolver os alvos do discurso de ódio e ex-produtores e ex-produtoras de discurso de ódio é importante do ponto de vista da legitimidade e eficácia das vossas ações.

NOTAS

- ¹ Barrett, M. (2016), *Competences for Democratic Culture: Living Together as Equals in Culturally Diverse Democratic Societies*, Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ² Para mais informação sobre diferentes tipos de estratégia, vejam o capítulo 5.7. do Referências - Manual para o combate contra o discurso de ódio online através da Educação para os Direitos Humanos.
- ³ Khan, A. (2015), *Activist Burnout Is Real – And You Probably Need to Read These 4 Ways to Manage It*, *Everyday feminism*, disponível em everydayfeminism.com/2015/05/dealing-with-activist-burnout/, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁴ Mills, S. (2008), *Language and sexism*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ⁵ Para terem acesso ao artigo completo, visitem www.telegraph.co.uk/news/2016/03/23/dont-call-them-illegal-immigrants-says-europe-human-rights-commi/, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁶ Tell MAMA Measuring Anti-Muslim Attacks (2016), *The Language of Anti-Muslim Prejudice or Islamophobia*. The TELL MAMA Language Tracker, disponível em tellmamauk.org/the-language-of-anti-muslim-prejudice-or-islamophobia/, consultado a 26 de abril de 2018.
- ⁷ Para mais informação, visitem www.facebook.com/Not-in-MY-Name-Muslims-Against-Terrorism-214632765363893/
- ⁸ Para mais informação, visitem www.coe.int/en/web/european-youth-foundation
- ⁹ Mais informações em www.coe.int/ecri

O Grupo “ALTERNATIVAS” nasceu e prepara-se para a sua primeira ação!



Sinto que somos um grupo e que estamos cheios de ideias. Precisamos, antes de mais, de um plano de ação.

Sim, mas o que é que fazemos primeiro? Temos tantas ideias...

Eu acho que o primeiro passo é perceber o que aconteceu e as ideias subjacentes às mensagens. Onde é que estas pessoas queriam chegar? Porque o fizeram?



Podemos analisar e analisar, mas temos de agir já.

Precisamos de fazer as duas coisas: analisar e agir. A nossa ação está nos dois lados. Talvez alguém entre nós possa trabalhar com a professora Hilde na ideia das narrativas e do discurso de ódio online e outras pessoas procuram mais informação sobre ações levadas a cabo pela Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio?



Sim, vamos a isso! #ALTERNATIVASaoDISCURSOdeODIO é um bom *hashtag*! É uma ideia positiva que podemos promover.

Então, nós agora somos o grupo “ALTERNATIVAS”?

Sim! Marti, podes criar o grupo para que possamos trabalhar *online*?

PASSO A PASSO

CAPÍTULO

7

Este capítulo é um guia passo a passo para desenvolver uma narrativa alternativa ou uma contranarrativa. Inclui também um conjunto de dicas, ferramentas e táticas, com exemplos ilustrativos que podem ajudar-vos a desenvolver uma contranarrativa e a darem os passos apropriados para desconstruir narrativas opressivas. Naturalmente, esta não é uma receita garantida de desconstrução de narrativas opressivas, uma vez que estas são, por natureza, diversas, tal como os contextos sociopolíticos em que se desenvolvem.

O guia passo a passo não deve ser visto como um enquadramento rígido, mas antes como um guia “flexível”, que pode ser adotado, *hackado*, apropriado e adaptado para ser utilizado em diferentes contextos locais e nacionais. Estas linhas orientadoras devem ser encaradas mais como uma caixa de ferramentas que vos pode ajudar a guiarem-se através das quatro fases do desenvolvimento de uma narrativa, independentemente de serem uma educadora ou um educador, de fazerem parte de um grupo informal de ativistas ou duma organização:

1. **Analisar a narrativa opressiva que querem combater.** Examinar a narrativa opressiva em detalhe ajuda a perceber a sua dinâmica interna, mas também o contexto em que acontece, o seu alcance e a sua distribuição mediática.
2. **Conceber a contranarrativa** é o momento em que colocam em ação a intervenção que desenharam durante a segunda fase.
3. **Implementar a contranarrativa** é o momento em que colocam em ação a intervenção que desenharam durante a segunda fase.
4. **Avaliar e monitorizar a contranarrativa** ajuda-vos a ver os frutos do vosso trabalho, ou seja a verificar como é que a vossa contranarrativa se desenvolve e qual é o seu impacto. Esta fase também vos ajudará a refletir sobre o trabalho que levaram a cabo e sobre potenciais ajustes, se necessário, através de outra iteração.

As quatro fases funcionam por iterações ou ciclos de ação que consistem numa sequência de ações que são repetidas para se aproximarem cada vez mais do resultado desejado. Uma iteração é composta por quatro fases. Após a avaliação do primeiro ciclo da vossa contranarrativa, se perceberem que os vossos objetivos foram só parcialmente alcançados, podem repetir uma nova iteração (as quatro fases) até que os objetivos sejam alcançados.



EXEMPLO DE ITERAÇÃO

O Primeiro-Ministro do país X fez uma forte declaração contra a comunidade cigana durante uma entrevista em horário nobre num programa de um canal popular de televisão. Tal encorajou grupos, organizações, indivíduos e partidos conservadores e nacionalistas a iniciar uma campanha contra esta comunidade. Os meios de comunicação social (quer os dominantes *quer os online*) estão a dar uma grande cobertura e espaço a esta narrativa.

Uma rede de ativistas e organizações (às quais pertencem) começou uma campanha para combater a narrativa opressiva, e para encorajar o Primeiro-Ministro a pedir desculpa e a retirar a sua declaração.

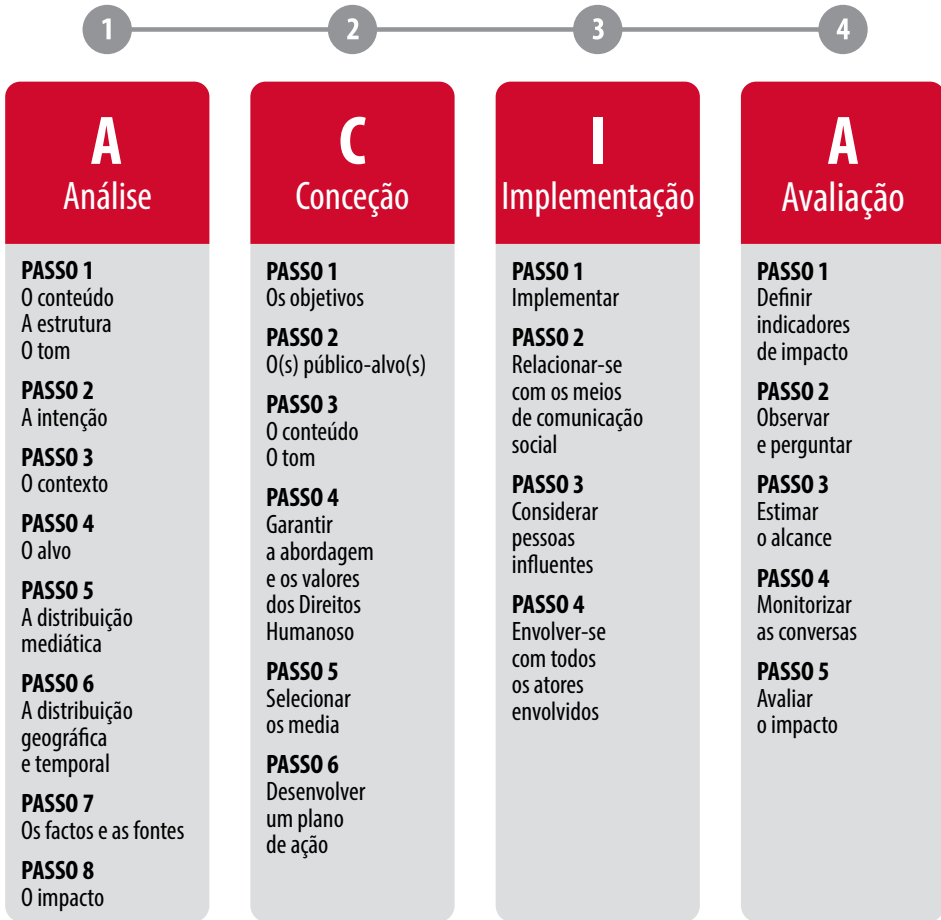
Depois de três meses de campanha, o Primeiro-Ministro pediu desculpa pela sua declaração, mas continua a não apoiar a comunidade cigana. Para além disso, não pediu desculpa numa entrevista em horário nobre, mas antes numa entrevista a um *blogger* local que tem em média 100 visitantes por mês. Assim sendo, o objetivo da campanha da rede que apoia esta comunidade foi apenas parcialmente alcançado. Consequentemente, depois da avaliação dos resultados da campanha, decidiu-se que é necessária outra **iteração** para alcançar plenamente os objetivos da campanha.

O seguinte enquadramento faz um resumo do guia passo a passo que inclui as quatro fases:

1) análise, 2) conceção 3) implementação 4) monitorização e avaliação.

Cada fase é subdividida em vários passos, e cada passo é subdividido em dicas e ferramentas que irão ajudar e orientar na implementação de uma ação de sucesso.

PRIMEIRA ITERAÇÃO



7.1 | FASE UM: ANALISAR A NARRATIVA OPRESSIVA

Desenvolver uma contranarrativa eficaz começa por uma compreensão aprofundada da narrativa opressiva. Por outras palavras, é preciso analisar detalhadamente a narrativa opressiva que se quer combater. Para fazer isso de forma eficaz, esta fase orienta-vos em oito passos que contêm dicas, métodos e ferramentas para analisar da melhor forma a narrativa opressiva e as suas dinâmicas. Está na hora de começar!



ANALISAR O CONTEÚDO, A ESTRUTURA E O TOM DA NARRATIVA OPRESSIVA

Esta fase tem por base o capítulo 4 e propõe passos básicos para analisar a contranarrativa que pretendem combater. O primeiro passo é olhar para a narrativa opressiva tendo em conta os seguintes elementos:

- O conteúdo, ou seja, os principais temas, os debates e os tópicos em questão.
- A estrutura, ou seja, como a narrativa está organizada em termos de 1) situação inicial, 2) momento ou conflito disruptivo, 3) conclusão ou situação final.
- O tom, ou seja, a forma ou estilo em que a expressão é feita, que pode ajudar a identificar o objetivo da narrativa, bem como as suas dimensões emocionais.



Quando analisam o conteúdo, a estrutura e o tom da narrativa opressiva, é importante colocar as seguintes questões (não nos limitando a estas):

- Que questões estão em causa? Que tópicos são mencionados? Que conceitos parecem ser centrais, repetidos ou discutidos?
- Qual é a estrutura subjacente à narrativa? Houve uma situação inicial que foi interrompida por um acontecimento ou conflito? Qual parece ser a conclusão ou resultado esperado depois de ultrapassado o conflito?
- Que tipo de linguagem é utilizada (por exemplo, formal ou informal)?
- Qual é o tom usado (por exemplo, irónico, ameaçador, arrogante, violento, divertido ou abusivo)?
- Qual é a evidência textual, ou quais são os textos, os símbolos ou as imagens mais representativos que nos ajudam a descrever a narrativa? É útil registrarem-se todos estes indicadores enquanto fontes e factos a utilizar para a análise, bem como na fase 2 “conceber a contranarrativa”.



Se querem trabalhar com narrativas opressivas *online*, como revistas *online* ou redes sociais, talvez seja preciso sublinhar e guardar os elementos referidos acima. De seguida encontram algumas ferramentas que vos ajudam a sublinhar, extrair e guardar provas textuais e outros elementos referidos acima:

- Diigo (www.diigo.com) – é uma ferramenta que vos ajuda a sublinhar, taggar, extrair e guardar qualquer conteúdo ou recurso *online*, acessível de forma fácil em qualquer altura e em qualquer lugar. Todo o conteúdo a que fizerem referência pode ser guardado de forma privada ou pública.
- Amber (www.amberlink.org) – é uma ferramenta para que *blogs* e sites possam manter *online* ligações URL que tenham sido alteradas. Por exemplo, se publicaram no vosso *blog* uma entrevista de um político a fazer declarações antissemitas mas que foi depois retirada da internet, a vossa ligação manter-se-á acessível com Amber.



O texto abaixo é uma adaptação de provas textuais de uma narrativa opressiva. Baseia-se em comentários reais feitos por um expoente político de um país europeu, depois de lhe perguntarem sobre os direitos das pessoas LGBTI. Analisámos o conteúdo, a estrutura e o tom da narrativa.

Essa é uma questão que quase parece uma piada, mas devo evitar tudo o que é desse estilo. Proporia a qualquer pessoa que faz declarações públicas sobre esse tema a fazê-las com cuidado. Este é um país sério. Baseia-se fundamentalmente em valores tradicionais. Este é um país tolerante. A tolerância, no entanto, não quer dizer que devamos aplicar as mesmas regras a pessoas cujo modo de vida seja diferente do nosso. Fazemos uma distinção entre nós e eles e elas. A tolerância implica paciência, tolerância implica sermos capazes de coexistir, é essa a base da Constituição deste país que, sem dúvida, distingue uma relação conjugal entre um homem e uma mulher de outras formas de relação. Como disse antes, manterei as coisas assim. Aliás, agradeço à comunidade homossexual deste país. Agradeço-lhe porque não deixam ver a sua conduta ofensiva, como acontece em muitos países europeus. Há países que têm de combater este tipo de coisas e o que acaba por acontecer é o oposto do pretendido. Acredito mesmo que aqui, apesar do facto de a Constituição diferenciar claramente o casamento de outras formas de relação, as pessoas com estilos de vida diferentes do nosso estão seguras. Elas são respeitadas. Nós respeitamos a dignidade humana que merecem. Creio que as pessoas estrangeiras não sentem que vivem num país perigoso e isso é positivo. Esta é a maneira como podemos viver juntos e juntas. Se desenvolvermos regras mais rigorosas ou se a comunidade homossexual se tornar mais provocadora, creio que a atual situação de paz e calma não durará. Quem beneficiaria com isso? Toda a gente ganha se conseguirmos viver juntos e juntas. Acredito que se as coisas se mantiverem como estão agora, podemos continuar a viver em paz.

- **Conteúdo:** Os temas são homossexualidade, tolerância e respeito pela constituição do país.
- **Estrutura:** Este país é sério e tolerante (situação original), aceitar “condutas ofensivas” pode pôr em causa esta situação ideal (conflito ou questão disruptiva). Assim, este “comportamento” não pode ser tolerado (conclusão proposta).
- **Tipo de linguagem utilizada:** É uma linguagem semiformal, usada por um exponente político de alto nível durante uma entrevista. O facto de falar de “piada” na primeira frase pode sugerir que a questão LGBTI não é prioritária.
- **Tom usado:** O tom não é agressivo, o que é interessante. A declaração sublinha a importância da tolerância, mas, ao mesmo tempo, fornece elementos opressivos como “valores tradicionais” e como a pessoa está “grata” por a comunidade homossexual do país “não mostrar uma conduta ofensiva”.
- **A evidência textual:** Os seguintes exemplos textuais podem ser usados para construir a contranarrativa, e usados como factos que provam que esta entrevista contribui para o fortalecimento da narrativa opressiva:

Proporia a qualquer pessoa que faz declarações públicas sobre esse tema a fazê-las com cuidado. – O que é que o político quer dizer com “com cautela”? É uma ameaça indireta?

Este é um país sério. Baseia-se fundamentalmente em valores tradicionais. – A seriedade de um país mede-se pelos valores tradicionais? É problemático o facto de a pessoa pôr os valores tradicionais como base da seriedade de um país.

Este é um país tolerante. A tolerância, no entanto, não quer dizer que devemos aplicar as mesmas regras a pessoas cujo modo de vida é diferente do nosso. Fazemos uma distinção entre nós e eles e elas. A tolerância implica paciência, tolerância implica sermos capazes de coexistir, é essa a base da Constituição deste país que, sem dúvida, distingue uma relação conjugal entre um homem e uma mulher de outras formas de relação. – Esta ênfase extrema da tolerância é usada para desviar a atenção do principal objetivo da pessoa em relação à comunidade LGBTI. A palavra tolerância é mencionada em quase todas as frases. No entanto, se lemos nas entrelinhas é diferente: por exemplo, quando uma pessoa diz que a Constituição do país diferencia claramente o casamento entre homens e mulheres, o que se está a dizer sobre casamentos entre duas mulheres ou entre dois homens? Isso não faz parte da tolerância?

Agradeço à comunidade homossexual deste país. Agradeço-lhe porque não fazem ver a sua conduta ofensiva, como acontece em muitos países europeus. Há países que têm de combater este tipo de coisas e o que acaba por acontecer é o oposto do pretendido. – Mais uma vez, numa manobra de relações públicas, a pessoa agradece à comunidade homossexual, mas o verdadeiro significado do agradecimento é negativo: quem fala agradece-lhes por não se fazer-

em ver nas ruas e em manifestações públicas. Para além disso, a pessoa não explicita o que são as condutas ofensivas a que faz referência.

Acredito mesmo que aqui, apesar do facto de a Constituição diferenciar claramente entre o casamento e outras formas de relação, as pessoas com estilos de vida diferentes do nosso estão seguras. Elas são respeitadas. Nós respeitamos a dignidade humana que merecem. – É a segunda vez que a pessoa refere a Constituição sobre a definição de casamento entre homens e mulheres. Esta dupla referência indica a intenção clara do exponente político sobre a comunidade LGBTI neste país europeu e como é marginalizada, mas, depois da referência à Constituição, a pessoa tenta esconder (usando, mais uma vez, uma manobra) a ameaça legal com palavras estereis sobre dignidade humana fundamental.

Acredito que se as coisas se mantiverem como estão agora, podemos continuar a viver em paz. – A pessoa termina a frase com a ideia de coexistência pacífica no país.



ANALISAR A INTENÇÃO DA NARRATIVA OPRESSIVA

Analizamos aqui a intenção da narrativa opressiva. Por outras palavras, verificamos se a narrativa pretende especificamente encorajar o ódio, promover um apelo à ação violenta ou a causar dano a alguém ou a algum grupo (emocional ou fisicamente). Podem ler mais sobre a importância da análise do significado de uma narrativa no capítulo 4.



Com frequência, as pessoas escrevem ou falam, especialmente *online*, escondidas atrás do anonimato, sem pensar duas vezes. Dizem ou escrevem palavras que magoam outras pessoas. Estas palavras têm, por vezes, a intenção de magoar alguém. As seguintes questões podem ajudar-vos a analisar a intenção da narrativa opressiva:

- Qual é a principal intenção da narrativa? O que pretende fazer?
- Encoraja comportamentos de ódio perante um grupo alvo?
- A narrativa opressiva está envolvida em alguma forma de estereótipo, preconceito ou racismo?
- Por que razão a narrativa opressiva foi produzida? Porque é que se desenvolveu?



Debatam e analisem as questões acima. Usem o modelo abaixo para reterem os principais pontos.

Intenção principal

Por exemplo: procura legitimar uma política? Tenta convencer o público sobre uma determinada ação?

Forma de estereótipo, preconceito ou racismo

Por exemplo: há algum conteúdo antissemitico ou sexista numa publicação de um perfil de Facebook de uma jovem estudante judia?

Tipo de comportamento de ódio que encoraja

Por exemplo: há um apelo para “matar as pessoas muçulmanas”?

Possíveis razões para a emergência / persistência da narrativa opressiva

Por exemplo: há um conflito sociopolítico por resolver?



ANALISAR O CONTEÚDO, ESTRUTURA E TOM DE UMA NARRATIVA XENÓFOBA

As publicações e mensagens recebidas pela Oli apoiam uma narrativa xenófoba. Nesta narrativa, as pessoas rolonianas são representadas como uma ameaça a Marcádia. Era um país próspero, e a chegada dos e das migrantes é apresentada como a causa dos problemas sociais, como o desemprego e a insegurança. Este conflito tem de ser resolvido e a proposta é parar a imigração e limitar os direitos das pessoas migrantes. É “nós” contra “eles e elas”. Se não se forem embora, então a prosperidade não voltará a Marcádia. Esta estrutura é evidente nas provas textuais “Façam as malas e vão para casa”, expressas num tom agressivo.

Fase

1 ANALISAR 2 CONCEBER 3 IMPLEMENTAR 4 AVALIAR

Passo

1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8

ANALISAR O CONTEXTO

O contexto é muito importante. Os atuais contextos históricos e culturais podem indicar a razão pela qual algumas narrativas se desenvolvem em determinados momentos.



Uma boa análise do conteúdo pode enquadrar-se nestas três questões principais:

- Qual é o atual contexto social, político e económico?
- Qual é o contexto histórico?
- Qual é o contexto cultural?



Este modelo permitir-vos-á analisar detalhadamente o contexto, escrevendo todas as observações das diferentes dimensões do contexto da narrativa. Completem a parte que for relevante para a vossa situação.

Contexto social	Contexto político
Contexto económico	Contexto cultural
Contexto geográfico	Contexto mediático



O CONTEXTO DA XENOFOBIA CONTRA PESSOAS ROLONIANAS

Há muitos estereótipos negativos sobre os rolonianos e as rolonianas em Marcádia, bem como nos países vizinhos. Por exemplo, que são preguiçosos e preguiçosas e que vivem da segurança social. Atualmente, a situação económica da Marcádia piorou e há muito desemprego, sobretudo entre as e os jovens. Alguns exponentes políticos têm apelado a esses medos usando uma narrativa que sugere que a imigração é a causa dos males sociais, propondo alterações às leis de imigração. As pessoas da Rolónia sentem-se indesejadas e sem poder.

Fase

1 ANALISAR 2 CONCEBER 3 IMPLEMENTAR 4 AVALIAR

Passo

1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8

ANALISAR O(S) PÚBLICO(S)-ALVO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

As narrativas opressivas podem ter por alvo indivíduos ou grupos que já estão excluídos de alguma forma, como as pessoas com deficiência ou as requerentes de asilo. Com frequência, as narrativas opressivas baseiam-se em preconceitos e discriminações existentes na sociedade em relação a determinados grupos, como vimos no capítulo 2. A situação dos grupos-alvo das narrativas opressivas deve ser entendida no contexto das suas relações sociais e de poder desiguais. Por exemplo, alguns grupos usufruem dos seus direitos, enquanto outros são marginalizados.



Os públicos-alvo podem ser muito diferentes: desde celebridades (exemplo, a vencedora do concurso Eurovisão de 2014, Conchita Wurst, tem sido alvo de discurso de ódio devido à sua transexualidade) a pessoas refugiadas e migrantes (por exemplo, alguns expoentes políticos europeus afirmam que as e os migrantes trouxeram doenças como a cólera e a disenteria para a Europa, bem como “todos os tipos de parasitas e protozoários, que... apesar de não serem perigosos nos organismos destas pessoas, podem ser perigosos aqui”).

Algumas das provas textuais identificadas no passo 1 podem ajudar-vos a analisar o grupo-alvo e as relações sociais em que estão envolvidos. Nesta fase, têm de olhar para grupos ou indivíduos em particular que são o alvo da narrativa opressiva.



Descrevam o grupo-alvo usando o modelo abaixo.

A NARRATIVA OPRESSIVA TEM POR ALVO OS SEGUINTE INDÍDUOS OU GRUPOS:

a) Indivíduos

b) Grupos

Alvos comuns de discurso de ódio

- Requerentes de asilo ou migrantes
- Pessoas LGBTI
- Pessoas ciganas
- Minorias religiosas
- Outros: _____
- Outros: _____



ROLONIANOS E ROLONIANAS ENQUANTO ALVO

As pessoas rolonianas representam um alvo comum do discurso de ódio, mas não são as únicas; outros grupos de origem estrangeira ou minorias religiosas têm sido alvos em Marcádia. Um exemplo de prova textual foram as publicações que a Oli viu e as mensagens que recebeu, por exemplo “Começa a fazer as malas e volta para casa”. Os rolonianos e as rolonianas são uma das maiores comunidades migrantes em Marcádia. São acusados e acusadas de “roubaram os empregos das pessoas marcadianas”, mas, na verdade, hoje em dia, e proporcionalmente, há mais rolonianos e rolonianas no desemprego ou em situações de subemprego.



ANALISAR A DISTRIBUIÇÃO MEDIÁTICA

Neste passo, analisamos a distribuição mediática, ou seja, tentamos ver em que meios de comunicação a narrativa está presente, e se esses meios foram ou não veículo de maior distribuição. Algumas narrativas opressivas surgem nas capas de alguns dos maiores jornais do mundo, enquanto outras se mantêm isoladas a nível local ou nacional. As narrativas de ódio que aparecem em qualquer meio de comunicação podem ser perigosas, porém é quase sempre importante considerar a distribuição mediática a todos os níveis, local, nacional e global, para analisar melhor a escala e os possíveis impactos negativos.



Para analisar a distribuição mediática, devemos ter em consideração três principais elementos:

1. Que tipo de meios de comunicação dominantes deram cobertura a narrativa opressiva (por exemplo, televisão, jornal ou rádio)?
2. Que tipo de meios de comunicação online deram cobertura a narrativa opressiva (por exemplo, redes sociais: Youtube, Facebook, Twitter, Instagram, Snapchat, etc.; plataformas, jornais e televisões *online*).
3. Que níveis alcançou a narrativa opressiva: a) local, b) nacional, c) internacional?



- Usem motores de busca *online* como o Google, o Duckduckgo ou o Bing para procurar os meios de comunicação online, ou usem *hashtags* para ver se a narrativa opressiva está a ser tendência nas redes sociais (por exemplo, em 2012, a *hashtag* #UnBonJuif, ou seja, “BomJudeu, foi tendência durante vários dias no Twitter, contendo variadíssimas piadas antissemíticas).
- Acompanhem os meios de comunicação dominantes vendo (televisão), lendo (jornais), e ouvindo (rádio) diariamente. Sublinhem e arquivem todos os exemplos de provas onde a narrativa opressiva foi coberta.



DISTRIBUIÇÃO MEDIÁTICA, GEOGRÁFICA E TEMPORAL DE UMA NARRATIVA XENÓFOBA

A Oli recebeu mensagens de pessoas que a conheciam, as suas e os seus colegas de turma. Ao mesmo tempo, a Oli e o seu grupo encontrou publicações xenófobas nos grupos informais da sua escola nas plataformas sociais. Partilharam outras piadas e comentários produzidos, não apenas na sua cidade, mas também noutras áreas do país. A narrativa xenófoba está presente nos meios de comunicação social nacionais quase diariamente. Há um debate sobre políticas de imigração. Paradoxalmente, a Rolónia é um dos países em que a xenofobia contra pessoas migrantes e refugiadas aumentou no último ano.

Fase

1 ANALISAR 2 CONCEBER 3 IMPLEMENTAR 4 AVALIAR

Passo

1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8

ANALISAR A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E TEMPORAL

Perceber a distribuição geográfica e temporal ajudar-vos-á a compreender onde e quando o *hotspot* se encontra, ou seja, o local e o período de origem da narrativa opressiva, e em que áreas geográficas se distribui, e quando.



- Identifiquem a origem da narrativa opressiva – de onde veio?
- Identifiquem a data ou período aproximado do seu surgimento.
- Identifiquem em que áreas geográficas a narrativa opressiva é distribuída.
- Descubram que comunidades vivem nessas áreas e como são afetadas pela narrativa.
- Desenhem uma linha do tempo para perceber se há algum conflito ou evento com o qual a narrativa possa estar relacionada (por exemplo, no presente ou na história) nas áreas onde a narrativa opressiva está a ser distribuída.



- Usem Storymap (storymap.knightlab.com) ou Mapbox (www.mapbox.com) para mapear e perceber a distribuição geográfica da narrativa. Ambas as ferramentas permitem-vos adicionar os vossos pensamentos, contextos ou opiniões.



VERIFICAR OS FACTOS E AS FONTES

A narrativa opressiva constrói-se com base em mitos e normas sociais. Desafiar as narrativas opressivas implica verificar factos e fontes. A internet dá muito espaço para recursos e informação, no entanto, também é difícil lidar com a imensa quantidade de informação e verificar todos os factos e todas as fontes. Assim, a dupla-verificação das fontes e dos factos usados na narrativa opressiva é um passo importante no desenvolvimento de contranarrativas credíveis e baseadas em factos e fontes alternativas.



- Verifiquem que factos são usados na narrativa opressiva, por exemplo, factos históricos, culturais, religiosos ou (aparentemente) científicos.
- Verifiquem de onde vêm os factos, por exemplo, de fontes governamentais, de organizações científicas independentes ou de instituições religiosas.
- Se possível, contactem as instituições ou as fontes oficiais para as entrevistarem sobre os factos cuja fonte são as suas organizações.
- Identifiquem factos alternativos de fontes alternativas.



- Se encontraram uma fotografia sexista que tem por objetivo desumanizar uma pessoa, tentem investigar para perceber se a fotografia foi manipulada usando uma das seguintes ferramentas: ImageForensic (www.imageforensic.org) ou FotoForensics (www.fotoforensics.com/).
- Se estão a investigar factos e fontes no Twitter, usem o plugin TweetCred (twitdigest.iiitd.edu.in/TweetCred/) que vos permite avaliar, em tempo real, a credibilidade do conteúdo no Twitter.



FACTOS E FONTES DE UMA NARRATIVA XENÓFOBA

Um dos factos frequentemente mencionados é que, há décadas, a situação económica e o emprego em Marcádia floresciam, que as cidades eram seguras e que os serviços sociais eram eficientes. Os argumentos utilizados são que agora a situação mudou porque foi permitido que demasiadas pessoas vivam no país e que apoiar os e as migrantes sobrecarregou os serviços sociais.



ANÁLISE DO IMPACTO

O impacto potencial ou real nos indivíduos, nos grupos ou na sociedade como um todo constitui um dos aspetos mais importantes na avaliação da narrativa opressiva. O impacto pode ser variado: pode encorajar suicídios e crimes de ódio, pode levar a políticas discriminatórias por parte de instituições estatais ou por empresas privadas; ou pode marginalizar indivíduos e grupos.



O impacto de uma narrativa opressiva pode ser analisado de diferentes perspetivas:

- De uma perspetiva quantitativa: o número de pessoas ou grupos afetados ou envolvidos no apoio à narrativa opressiva.
- De uma perspetiva qualitativa: a maneira como as pessoas e grupos são afetados, desde serem alvo de discriminação a serem ameaçados ou atacados fisicamente. Descubram como a narrativa opressiva afetou a vida de pessoas ou grupos. Se possível, façam entrevistas e registem as suas histórias.
- Para analisar melhor o impacto das narrativas opressivas, tentem identificar o seu impacto a nível do indivíduo ou dos grupos, bem como a nível local, nacional e internacional.
- Descubram se a narrativa opressiva conduziu a alterações políticas negativas, a nível local ou nacional.



Este modelo ajudar-vos-á a registar o impacto da narrativa opressiva.

Ao nível de indivíduos ou grupos:	A nível nacional:
A nível local:	A nível internacional:



OS IMPACTOS DA NARRATIVA XENÓFOBA

A Oli foi afetada pessoalmente, tal como outras pessoas que conhece, que também têm origem roloniana. A Oli ficou com medo e sentiu-se desanimada e sem poder. A sua família também se sentiu assim, mas pediu-lhe que não fizesse nada. “Se falares, vão odiar-nos mais”, disse-lhe o pai. A comunidade roloniana é discriminada na sua cidade e a nível nacional. Com frequência são feitas piadas e agora há mais ameaças e insultos. Um exponente político que defendeu os direitos das pessoas migrantes foi atacado fisicamente quando passeava na sua cidade. Os dados sugerem que houve um aumento de 53% nos incidentes de ódio reportados em comparação com o ano anterior.

7.2 | FASE DOIS: CONCEBER A CONTRANARRATIVA

Depois da análise detalhada da narrativa opressiva na fase um, onde identificámos os principais elementos da narrativa opressiva, a sua distribuição, os grupos-alvo e as suas dinâmicas, é agora tempo de conceber a contranarrativa. Por outras palavras, esta é a fase em que podem utilizar estrategicamente os resultados da análise e, com base nesses resultados, concebem a contranarrativa. Esta fase é composta por seis passos.



DEFINIR A VISÃO E OS OBJETIVOS

A primeira coisa a fazer é definir a visão da narrativa emancipatória que o vosso grupo-alvo irá defender. Esta é a narrativa que deverá substituir a narrativa opressiva do discurso de ódio. Partindo da visão, sigam os objetivos da contranarrativa, ou seja, os conhecimentos, os valores e as atitudes sobre Direitos Humanos e Democracia que a contranarrativa deve promover em relação ao grupo-alvo.



Aquando da definição da visão e objetivos, evitem responder diretamente ao discurso de ódio. Deem um passo atrás e perguntem-se: *O que é que nós gostaríamos que acontecesse? Qual é a situação alternativa que preferimos?* Aqui estão algumas sugestões e possíveis armadilhas:

- **Sejam confiantes:** chamem a atenção do público com uma alternativa.
- **Sejam capacitadoras e capacitadores:** deem espaço para a ação, permitam a autoidentificação do público com a vossa causa, e deem exemplos de comportamentos positivos.
- **Sejam realistas:** o que conseguem alcançar como mudança no vosso grupo alvo nas próximas semanas?
- **Sejam convidativos e convidativas:** deixem espaço para o público-alvo explorar perspectivas alternativas e refletir.
- **Sejam positivas e positivos:** Forneçam alternativas criativas e emancipatórias em contraste com as narrativas opressivas.
- **Sejam breves:** tentem definir a vossa visão e objetivos usando frases simples.
- **Sejam específicos e específicas:** quanto mais claros forem os vossos objetivos, maior é a probabilidade de os alcançarem.
- **Não sejam defensivas e defensivos:** enfatizar o discurso de ódio que querem rejeitar.
- **Não se vitimizem:** as contranarrativas que jogam com os sentimentos de pena ou compaixão empática com as pessoas alvo do discurso de ódio enfatizam o seu papel enquanto vítimas.
- **Não sejam ingênuos e ingênuas:** não definam objetivos demasiado difíceis, que levem muito tempo a alcançar ou que pareçam demasiado idealistas.
- **Não preguem moral:** não apresentem as vossas ideias como soluções prontas de quem sabe tudo.
- **Não (re)produzam discurso de ódio:** Não citem as narrativas de ódio nem produzam novo discurso de ódio.

Uma definição clara da visão e dos objetivos ajuda-vos a descrever o que tentam alcançar com a vossa contranarrativa e a medir o seu sucesso quando a promoverem.

Neste manual, não sugerimos nenhum prazo para os objetivos, ou seja, se devem ser de curto ou longo prazo, porque depende de muitos fatores, incluindo, por exemplo, o público-alvo, o contexto ou a plataforma.



A VISÃO E OS OBJETIVOS DO GRUPO “ALTERNATIVAS”

A Oli organizou várias reuniões. Depois de analisar o discurso de ódio do qual a Oli foi vítima, o grupo decidiu qual era a sua **visão**:

Os e as estudantes da escola da Oli valorizam a diversidade enquanto força

Os **objetivos** da sua contranarrativa, dirigidos aos e às estudantes, são:

- Experienciar a forma como a diversidade enriquece os e as jovens e o país

- Aprender sobre as longas relações que unem Marcádia e outros países
- Refletir criticamente sobre a diversidade, considerando os seus contributos e o seu valor acrescentado
- Aprender que a não-discriminação é um Direito Humano universal
- Promover atitudes de tolerância e inclusão em relação aos e às estudantes migrantes que estudam naquela escola.

O grupo também debateu o tipo de atividades a organizar para promover a sua contranarrativa. Definiram quatro atividades interrelacionadas durante dois meses: (1) sessões com os e as docentes de História e de Línguas sobre questões relacionados com diversidade, pluralismo e discurso de ódio em Marcádia; (2) um jogo de simulação, como o 'Choque de liberdades' ou o 'Faz outra vez' (do manual Referências); (3) uma exposição de fotografias de e para estudantes; (4) memes *online* com histórias capacitadoras e pessoais para promover o envolvimento entre os e as estudantes da escola através do *hashtag* 'ALTERNATIVASaoDISCURSOdeODIO'. O grupo acredita que estas atividades fortalecerão a solidariedade e a valorização da diversidade enquanto força entre os e as estudantes.



DEFINIR O PÚBLICO-ALVO

Depois de definir os objetivos, é altura de pensar no público-alvo. Devemos definir claramente quem é o público-alvo da nossa contranarrativa. Uma definição clara e boa do público-alvo ajudar-vos-á nos passos seguintes, nomeadamente na seleção dos canais e das técnicas adequadas.



- Concebam a vossa contranarrativa tendo em vista um público-alvo específico. Dentro de um mesmo público, as pessoas são diferentes, com atitudes, comportamentos, pensamentos e papéis diferentes.
- Tentem perceber e identificar diferentes grupos ou segmentos no âmbito do mesmo público, como adolescentes, jornalistas, exponents políticos do governo ou de partidos de oposição, ou pensionistas.
- Decidam se a contranarrativa terá como alvo as pessoas que contribuem para a narrativa opressiva enquanto produtoras de ódio, as que são indiferentes ou o grupo-alvo da narrativa opressiva.
- Criem personas – fictícias, personagens gerais que representam as necessidades, os comportamentos e as características do público.

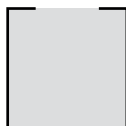


Use o modelo abaixo para definir os segmentos específicos do vosso público e criar personas. Lembrem-se: este é um modelo geral que podem sempre adaptar aos contextos locais, nacionais ou internacionais.

Exponentes políticos (incluindo todos os atores que estão diretamente envolvidos na política: presidente, primeiro-ministro ou primeira-ministra, ministras e ministros, secretárias e secretários de estado, assessores, partidos de oposição, presidentes de câmaras municipais, etc.)	Setor público e universidades (incluindo o amplo setor do serviço público, como docentes, médicos e médicas, funcionários e funcionárias públicos, etc. e o setor académico)
Juventude (incluindo o setor da juventude de todos os contextos, áreas geográficas, etc.)	Sociedade civil (incluindo indivíduos, organizações que fazem parte da sociedade civil)
Meios de comunicação social (incluindo todos os tipos de representantes de meios de comunicação social: direções, jornalistas, blogger online, etc.)	Celebridades (incluindo pessoas famosas cujas palavras são tidas em consideração)
Comunidades religiosas (incluindo representantes de todas as religiões presentes no país)	Organizações e missões internacionais (incluindo representantes de qualquer organização ou missão internacional, como agências da ONU, embaixadas, Conselho da Europa, instituições, etc.)

Criem personas

Fotografia ou desenho



Nome:	Religião (se relevante):
Género (se relevante):	Local:
Nacionalidade (se relevante):	Ocupação:

Outras caraterísticas:

A que segmento do público pertence (ver acima):

- A pessoa é produtora, apoiante, alvo ou indiferente / não envolvida na narrativa opressiva?
- Esta pessoa está relacionada, direta ou indiretamente, com a narrativa opressiva?
- Que atitudes, sentimentos, simpatias tem esta pessoa?
- Interesses gerais (por exemplo, que tipo de meios de comunicação usa esta pessoa? Que tipo de locais frequenta?)



“ALTERNATIVAS” E O SEU PÚBLICO-ALVO

O público-alvo são jovens, estudantes com idades compreendidas entre os 15 e os 19, rapazes e raparigas. A maioria são pessoas brancas e de origem marcadiana, mas há vários grupos de origens e crenças religiosas diferentes. Estimam que cerca de 30 estudantes publicaram e partilharam mensagens de ódio. Mas muitas e muitos apoiam silenciosamente estas visões. O público-alvo indireto são as famílias dos e das estudantes, os seus amigos e as suas amigas de fora da escola e a comunidade local. As e os estudantes são fãs de futebol e de música, especialmente o grupo “The Hives”, e adoram passar tempo a socializar *online*.

Fase

1 ANALISAR 2 **CONCEBER** 3 IMPLEMENTAR 4 AVALIAR

Passo

1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6

DEFINIR O CONTEÚDO E O TOM

Neste passo, veremos como definir o conteúdo e o tom da contranarrativa. Tal depende significativamente do público-alvo da contranarrativa, do conteúdo e do tom da narrativa opressiva (baseando-vos nos resultados do passo um da fase um).



- Pensem em quem irá ler o vosso conteúdo. A vossa contranarrativa será dirigida a jovens, exponents políticos ou líderes religiosos? Se dirigem a vossa contranarrativa às e aos jovens, devem usar linguagem apelativa a jovens e evitar terminologia académica. Assim, o vosso conteúdo deve focar-se no segmento do público que potencialmente poderá ler e envolver-se na contranarrativa.
- O tom é muito importante para o envolvimento do público. Baseando-vos nos objetivos que querem alcançar (mais uma razão para definirem objetivos claros), ajustem o tom aos diferentes públicos que pretendem envolver e aos contextos das ações específicas. Por exemplo, um vídeo em que ex-extremistas partilham as suas histórias pessoais pode usar um tom sentimental, um tom cómico ou satírico, enquanto uma apresentação para decisores políticos poderá ter um tom formal.

Resumindo: Lembrem-se sempre dos vossos objetivos e público!



Use o modelo abaixo para identificar o vosso público-alvo, o conteúdo e o tom, desenhando linhas que os unem.



Público-alvo 1	Conteúdo	Tom	Conteúdo
Público-alvo 2	Tom	Conteúdo	Conteúdo
Público-alvo 3	Conteúdo	Tom	Conteúdo
Público-alvo 4	Tom	Conteúdo	Tom
Público-alvo 5	Conteúdo	Tom	Conteúdo
Público-alvo 6	Conteúdo	Conteúdo	Conteúdo



GARANTIR UMA ABORDAGEM BASEADAS NOS DIREITOS HUMANOS

Garantir a abordagem baseada nos valores dos Direitos Humanos é um passo crucial na garantia que não estamos a reproduzir narrativas opressivas através da nossa contranarrativa, e que estamos, para além disso, a sublinhar fortemente a universalidade e importância dos Direitos Humanos. A vossa contranarrativa deve refletir claramente os Direitos Humanos, fazendo referências explícitas aos Direitos Humanos e a de que modo estão postos em causa pela narrativa opressiva. Apesar de este tema estar descrito no capítulo 6, neste passo faremos uma rápida lista de alguns pontos fundamentais a garantir durante a fase de conceção da contranarrativa.



LISTA DE VERIFICAÇÃO:

- **Humaniza?** Humanizar todas as pessoas envolvidas numa narrativa opressiva é um elemento importante que devem sublinhar durante a vossa contranarrativa. Um dos verdadeiros perigos das narrativas opressivas é a desumanização do indivíduo ou de determinado grupo. O processo de desumanização visa descrever determinado indivíduo, ou grupo, como menos do que humano. Philip Zimbardo, no livro *“The Lucifer Effect”* (2007), descreve o processo de desumanização que “começa com conceções estereotipadas da outra pessoa... como alguém sem valor... como poderosa... como ameaça fundamental aos nossos valores e crenças”. Assim, é importante garantir que este elemento não é negligenciado.
- **Promove a solidariedade?** A solidariedade implica mostrar o apoio e ajudar os alvos das narrativas opressivas. Pode tomar diferentes formas: de marchas de solidariedade nas ruas para proteger os direitos das mulheres, a *flashmobs* nos centros da cidade para aumentar a consciencialização em relação a pessoas com deficiência; desde mudar a fotografia de perfil em redes sociais a assinar petições. Os grupos que sofrem com as narrativas opressivas estão, normalmente, em silêncio e isolados, o que pode levar a depressões e suicídios entre os seus membros. Mostrar-lhes solidariedade e empatia é um valor fundamental que podem querer garantir na vossa contranarrativa.
- **Promove a participação?** A participação é um dos princípios fundamentais da Democracia. A participação ativa, livre e significativa é também um direito universal de toda a gente que quer participar nas decisões que afetam os seus Direitos Humanos. Por exemplo, se a vossa contranarrativa trata da questão das pessoas refugiadas, podem querer garantir que estas têm acesso a informação de uma forma e em línguas que todos e todas possam entender.

- **Encoraja o diálogo intercultural?** O diálogo intercultural, segundo a definição do Conselho da Europa, é “o diálogo entre culturas, que nos permite viver em conjunto de forma pacífica e construtiva, num mundo multicultural, permitindo também desenvolver um sentido de comunidade e de pertença”. Garantir que as diferentes culturas estão representadas na vossa contranarrativa não se limita a enriquecer culturalmente o conteúdo da vossa contranarrativa, mas também desfaz os mitos e os preconceitos de que “algumas” culturas são superiores a outras. Serve como antídoto aos estereótipos, ao racismo, à xenofobia, à intolerância, ao medo, à rejeição, à discriminação e à violência – todas as características que podem ameaçar a paz e a própria essência das comunidades locais e nacionais.
- **Promove os valores da não-discriminação e da igualdade?** A não-discriminação e a igualdade implicam que todas as formas de discriminação no gozo de direitos têm de ser proibidas, prevenidas e eliminadas. Quando conceberem a contranarrativa, não caiam na armadilha de reproduzir discriminação; ou seja, não podem lutar contra a discriminação com discriminação. Devem dar particular atenção aos grupos mais marginalizados que são vítimas dos mais desafiantes obstáculos quando querem gozar dos seus plenos direitos.
- **É capacitadora?** A capacitação envolve o processo de apoiar outras pessoas ou grupos, com frequência vítimas de violência, de tortura, de narrativa opressiva, de marginalização ou de discriminação, a descobrir e exigir o poder pessoal e os seus direitos. A capacitação pode ter várias formas: através de cursos de educação e formação, ou através do acesso a espaços públicos. A capacitação pode acontecer em vários locais, por exemplo, na escola, no trabalho, na família ou no bairro. A capacitação também ocorre a vários níveis, a nível individual, de grupo ou da comunidade. Assim, garantir que os alvos das narrativas opressivas, quer como indivíduos, quer como grupo, estão a ser capacitados através da contranarrativa é um passo importante para os encorajar a ultrapassar os obstáculos na vida e no trabalho, e a envolverem-se ativamente com outras pessoas, instituições ou com a sociedade.
- **Encoraja a aprendizagem sobre Direitos Humanos?** É importante usar, refletir explicitamente e recorrer aos instrumentos nacionais e internacionais relevantes. O discurso de ódio constitui uma violação dos Direitos Humanos e está regulado por lei na maioria dos países. As vossas mensagens serão mais fortes se referirem aos padrões e compromissos existentes, e se promoverem conhecimento sobre os Direitos Humanos.



“ALTERNATIVAS” ENQUANTO EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

O grupo de estudantes “ALTERNATIVAS”, liderado pela Oli, decidiu começar uma campanha e organizar diferentes tipos de atividades educativas, começando com um festival de música e com oficinas na escola. As ações planeadas pelo grupo têm por objetivo promover uma cultura de Direitos Humanos e a valorização da diversidade. As ações focam-se em narrativas alternativas, divulgando os objetivos do grupo. As atividades evitam mostrar algumas pessoas como “más” e “vilãs” e outras como “boas” ou “salvadoras”. Através de exercícios participativos como simulações e sessões de teatro na escola, o grupo espera criar um espaço seguro para a reflexão e o diálogo sobre o tema, em vez de responder diretamente aos comentários *online* de forma defensiva. As atividades visam envolver toda a gente, e refletir, em conjunto, sobre narrativas alternativas: é preciso dizer-se que somos todos e todas diferentes, mas somos todos e todas iguais.



SELECIONAR OS MEDIA

Antes da invenção da internet e da *world wide web* (www), os meios de comunicação social eram sobretudo jornais, rádios e televisões. Com o surgimento da internet, surgiu toda uma nova categoria de aplicações web, começaram a emergir novas plataformas. É difícil categorizar os meios de comunicação social dos dias de hoje uma vez que estão cada vez mais híbridos, no sentido em que é possível ver um canal de televisão na sua forma tradicional, numa televisão, mas também o podemos ver na internet (*livestreaming*), num computador ou smartphone, que pode incluir outras características como um *chat* em tempo real. Apesar disso, abaixo encontram uma categorização, muito simples e ampla, dos meios de comunicação social:

Meios convencionais

- Televisão
- Rádio
- Jornais

Meios o que se baseiam na internet

- Redes sociais (por exemplo, Facebook, YouTube, Instagram, Snapchat, VKontakte)
- Sites, blogs e vlogs (blogs de vídeo)

- Rádios e *podcasts online*
- Jornais *online*

Espaços *offline*

- Murais públicos
- *Posters*
- Folhetos e brochuras

Cada meio tem o seu próprio público. Alguns segmentos do público, por exemplo, as e os jovens, têm maior tendência para navegar e participar através dos meios baseados na internet. Neste passo, analisarão e selecionarão os meios para alcançar o vosso público-alvo, que irão servir também como meio para distribuir a vossa contranarrativa.



- Depois de identificarem o público-alvo (passo 2) e os seus segmentos, bem como o conteúdo e tom (passo 3), pensem sobre os meios que podem alcançar o vosso público.
- Identifiquem qual é o tipo de meio mais apropriado que possa servir como plataforma para partilhar e disseminar a vossa contranarrativa. É, com frequência, uma combinação dos meios *offline* e *online*, por exemplo, uma plataforma de rede social e *street art* num determinado local. Escolham a combinação mais apropriada.
- Não se esqueçam dos contextos locais do vosso público-alvo. Por exemplo, podem não devem usar meios da internet para transmitir a vossa mensagem a uma comunidade que não tenha acesso à internet.



“ALTERNATIVAS” E OS MEDIA

O grupo de estudantes “ALTERNATIVAS”, liderado pela Oli, decidiu lançar uma campanha, organizando um festival de música na escola. A campanha usará as plataformas das redes sociais para as e os estudantes e meios de comunicação social locais para convidar a comunidade local ao festival. A Marti é a administradora do grupo *online* da comunidade. Ela desenvolveu um *site* e criou vários grupos nas plataformas das principais redes sociais onde os e as estudantes socializam.



Use o modelo abaixo para identificar os meios para cada público-alvo. Desenhem linhas para os cruzar.

Exemplo:
Público-alvo
**Mulheres em
áreas rurais**

Exemplo:
Meio
**Rádio local,
mensagens SMS
e reuniões cara
a cara**

Público-alvo 1	Meio 	Meio
Público-alvo 2	Meio 	Meio
Público-alvo 3	Meio 	Meio
Público-alvo 4	Meio 	Meio
Público-alvo 5	Meio 	Meio
Público-alvo 6	Meio 	Meio



DESENVOLVER UM PLANO DE AÇÃO

Este é o passo final da fase dois, e exige o desenvolvimento de um plano de ação de uma contranarrativa. O plano de ação juntará todos os passos da fase dois e ajudar-vos-á a determinar o percurso das vossas ações. A ação pode ser desenvolvida durante um curto período de tempo (entre um a seis meses) ou durante um longo período de tempo (entre um a cinco anos). Aqui, damos algumas linhas orientadoras para o vosso plano de ação, sem determinar a duração da vossa contranarrativa.



- Nesta fase, é importante reverem, mais uma vez, os vossos objetivos e ver de quanto tempo precisam para os alcançar, bem como os recursos de que necessitarão.
- Quando desenvolverem o vosso plano de ação, garantam que são tão específicos quanto possível. Incluam sempre os nomes dos e das responsáveis, as datas e prazos, e por aí em diante.
- Garantam que o plano de ação é partilhado com a vossa equipa e que toda a gente o conhece, especialmente os membros da equipa que estarão diretamente responsáveis

Usem este modelo para desenvolver o vosso plano de ação.



PLANO DE AÇÃO DA CONTRANARRATIVA

AÇÕES O que será feito?	RESPONSABILIDADES Quem o fará?	PRAZOS Até quando? (semana/mês/ano)	RECURSOS A. Recursos disponíveis B. Recursos necessários	POTENCIAIS OBSTÁCULOS A. Que indivíduos e organizações poderão oferecer resistência? B. Porquê? Como?
Ação 1: Organizar uma entrevista na televisão sobre a crise das pessoas refugiadas	João Silva	2ª Semana de maio de 2020	A. Identificámos a televisão B. Precisamos de identificar o programa e o ou a jornalista. Precisamos de formação para preparar a entrevista	A. O dono do canal televisivo poderá, potencialmente, resistir. B. Porque ele defende grupos e partidos xenófobos
Ação 2:				
Ação 3:				
Ação 4:				
Ação 5:				
Ação 6:				
Ação 7:				

Usem este modelo para desenvolver o vosso calendário.

DESENVOLVAM O VOSSO CALENDÁRIO

Dia/semana 1	Dia/semana 2	Dia/semana 3	Dia/semana 4	Dia/semana 5	Dia/semana 6	Dia/semana 7	Dia/semana 8	Dia/semana 9	Dia/semana 10	Dia/semana 11	Dia/semana 12

Usem este modelo para identificar os vossos promotores e as vossas promotoras.

IDENTIFIQUEM OS VOSSOS PROMOTORES E AS VOSSAS PROMOTORAS

Nome da vossa promotora ou do vosso promotor:

A que segmento pertence o vosso promotor ou a vossa promotora? (por exemplo: expoente político, líder religioso ou religiosa, celebridade, etc...)

Com que temas da vossa contranarrativa o vosso promotor ou a vossa promotora se envolverá? Responde com precisão! (por exemplo, estatuto legal das pessoas refugiadas)

Que público-alvo põe efetivamente alcançar? Que público-alvo valorizam?

A promotora ou o promotor já se envolveu em iniciativas do género no passado? Se sim, expliquem como e em que iniciativas.

O vosso promotor ou a vossa promotora é uma voz em que o vosso público-alvo confia?

Que meios usa o vosso promotor ou a vossa promotora? Com quem frequênciava? Qual é o alcance desse meio? (por exemplo, número de pessoas que o seguem *online*, etc.)

7.3 | FASE TRÊS: IMPLEMENTAR A CONTRANARRATIVA

Uma vez acabadas todas as etapas da fase de concepção e preparados todos os elementos, é altura de implementar a vossa contranarrativa. Este é o momento onde se envolvem com a narrativa opressiva e começam a desafia-la. Aqui começam a desenvolver as diferentes atividades que prepararam no âmbito da vossa estratégia para fazer frente a narrativas de ódio. A duração da fase de implementação não pode ser pré-determinada nestas páginas. Fica ao vosso critério definir quanto dura a fase de implementação.



PREPAREM-SE PARA LANÇAR

O lançamento implica o começo de uma nova fase e a apresentação do projeto ao público. O lançamento deve marcar o momento em que a vossa contranarrativa se encontra com o público e em que começam a envolver-se. É muito importante que o primeiro lançamento tenha por objetivo receber a atenção do público e dos meios de comunicação social, conquistando o seu interesse.



OITO COISAS A NÃO ESQUECER

- **Marquem uma data.** Decidam uma data, uma hora e um local (físico ou *online*) para o vosso lançamento. Garantam que os meios de comunicação sabem sobre o lançamento, para que o possam cobrir.
- **Encontrem o momento perfeito.** Por vezes, têm um grande plano para o lançamento, mas precisamente à mesma hora e no mesmo dia há outro evento maior na vossa cidade que concentra a atenção dos meios de comunicação. Tentem evitar fazer o vosso lançamento ao mesmo tempo de outro grande acontecimento. Por outro lado, por vezes, podem não estar prontos para o lançamento, mas as circunstâncias existentes em determinado momento são perfeitas para lançar a contranarrativa. Não esperem: colham a oportunidade e lancem a narrativa imediatamente.
- **Tornem-no interessante.** O lançamento em si deve ser interessante, por vezes provocador, e, por vezes, emotivo. O que podem fazer para tornar o lançamento interessante? Enviem um *teaser* como nota de imprensa para chamar os meios de comunicação, escrevam histórias para suscitar emoções, explicar o contexto e por aí em diante.

- **Criem desejo.** Antes de planearem o lançamento da contranarrativa, tentem avivar o debate, criando desejo e antecipação por entre o público. Podem fazê-lo simplesmente publicando *blogs* ou tendo sessões de *lives-streaming*, por exemplo. Assim, prepararão o público para o lançamento da contranarrativa.
- **Consigam compromissos a priori.** Tentem conseguir compromissos de quem vos apoia, independentemente de quem possam ser: pessoas da academia, celebridades, exponentes políticos, etc. Precisam de garantir que têm o seu compromisso, mas também precisam de saber precisamente como e quando se envolverão na campanha.
- **Falem para o vosso público.** Falem a linguagem do vosso público, ou seja, se estão a falar com jovens, evitem linguagem demasiado académica e difícil de entender. Pelo contrário, usem linguagem fácil, visuais criativos, por exemplo.
- **Vão ao encontro do vosso público.** De novo, se o vosso público é, por exemplo, o setor académico, será mais fácil chegar a ele no contexto universitário, através de seminários e conferência. Mas isso não quer dizer que esta seja a melhor maneira de envolver, por exemplo, líderes religiosos.
- **O lançamento pode ser... diverso:** pode ser um comentário ou um artigo de opinião de um primeiro-ministro que, por exemplo, anunciará publicamente uma lei pro-LGBTI; pode ser um concerto de apoio a determinada minoria na vossa cidade para promover os seus valores culturais; pode ser um debate televisivo seguido por um anúncio em vídeo sobre sexismo. Ou seja, não há regras sobre o que é considerado um lançamento. Lembrem-se: o lançamento é o momento em que decidem pôr a vossa contranarrativa em ação. E são vocês que decidem como!



“ALTERNATIVAS” E O SEU LANÇAMENTO

O grupo de estudante “ALTERNATIVAS”, liderado pela Oli, decidiu começar uma campanha, lançando um festival de música na escola. Os meios de comunicação serão convidados para cobrir o evento. O principal grupo-alvo são as e os jovens que gostam de música e de futebol. Por isso esta foi uma atividade proposta e aceite pelo grupo. O Ale e a Pim são responsáveis pela logística. O Ahme é responsável pelo convites e os contactos com os media.



ENVOLVAM OS MEDIA

O envolvimento com os meios de comunicação é um processo que vos deve acompanhar durante toda a implementação da contranarrativa. Os media são os veículos que vos darão espaço para passar a vossa contranarrativa, distribuindo-a pelo público. Um envolvimento de sucesso com os meios de comunicação garante um alcance eficiente da contranarrativa e maior distribuição ao público.



A FAZER

- Identifiquem que media são utilizados pelo vosso público-alvo. É uma televisão nacional ou local? É uma estação de rádio? Um jornal diário? Um jornal *online*?
- Descubram que secções / programas desse media interessam ao vosso público; por exemplo, é um programa sobre desporto na televisão? O programa da manhã na rádio?
- Criem uma base de dados de jornalistas que poderão cobrir a vossa contranarrativa.
- Identifiquem o programa em que gostariam de participar, bem como o anfitrião ou a anfitriã. Organizem uma reunião com o ou a jornalista para fazerem um *pitch*, ou seja, para lhes falarem da vossa ideia. Vejam mais abaixo como fazer um *pitch* eficaz.
- Tragam informação de enquadramento ou algumas páginas do vosso *site* para explicar o que a vossa organização faz e por que razão é importante dar espaço nos media à vossa contranarrativa.
- Organizem reuniões ou eventos com jornalistas sobre temas relacionados com a vossa contranarrativa, por exemplo, um curso de formação em violência com base no género ou uma mesa redonda com diferentes intervenientes.

A NÃO FAZER

- Não tentem chegar aos media com convites genéricos, através do *email* geral.
- Não enviem notas de imprensa com frases vagas e genéricas. A vossa história tem de mostrar, e não contar, e tem de ser capaz de convencer a equipa de edição do meio de comunicação a cobrir a vossa contranarrativa e não qualquer outra questão de outra organização.
- Não subestimem a importância de meios de comunicação menos proeminente como jornais das comunidades, televisões e rádios locais, jornais de estudantes, etc. por vezes, estes são os canais mais eficientes de comunicar a vossa contranarrativa e chegar a um determinado segmento do público. Tenham em atenção um amplo espectro de meios de comunicação, de diferentes ângulos.



Usem este modelo para planear o vosso envolvimento com os media.

ENVOLVIMENTO COM OS MEDIA

1. Que media vão tentar alcançar?	<i>Exemplo:</i> Televisão nacional ABC
2. Que secção / programa? Respondam com precisão!	<i>Exemplo:</i> O programa chama-se “Histórias”
3. Descrevam as principais características da secção/ programa	<i>Exemplo:</i> O “Histórias” é um programa semanal, com histórias detalhadas de temas de interesse social. Dura 35-40 minutos, às 4ª feiras, das 18h às 18h45. Passa em direto, do estúdio, com outras pessoas convidadas.
4. Quem é o público potencial?	<i>Exemplo:</i> Pessoas de meia-idade com interesse em questões sociais.
5. Quem é responsável pela secção / programa? Incluem os contactos.	<i>Exemplo:</i> A diretora de programa chama-se Ana Costa. A anfitriã chama-se Luísa Ramos. Telefone: 0999997494 Email: anacosta@historia.pt Twitter: @historia.pt @anacostaTV @luisaramosTV



Adaptem esta base de dados para jornalistas.

Nome	Vasco Cunha	Fatima Assaf	Joana Rodrigues
Organização	Notícias ABC, Portugal	Al-Jazeera (sobretudo) Al-Monitor (por vezes) UAEU nacional (por vezes)	Jornal do dia
Media	Apenas TV	TV, jornais, net	Jornal, internet
Alcance	Nacional	Internacional	Local
Com sede em	Lisboa, Portugal	Vários: Doha, Cairo, Madrid	Gaia, Portugal
Freelancer / Staff	Staff	Freelancer	Staff
Email	vasco.cunha@abc.pt	fatimaassaf@gmail.com	joana.rodrigues@jornaldodia.pt
Twitter	@vasco.cunhaTV 900+seguidores	@fatima.assaf.tv	
Telefone	Escritório: 56323666; telemóvel: 475839569456		

- Podem encontrar dicas sobre como fazer um *pitch* de sucesso através do Message Map em: www.youtube.com/watch?v=phyU2BThK4Q
- Usem a plataforma Alexa (www.alexa.com) para identificar número de alcance de portais *online* (Quando entram na plataforma, vão para baixo e escrevam o URL do portal de notícias em *Browse Top Sites*)



“ALTERNATIVAS” E OS MEDIA

O público-alvo das atividades do grupo “ALTERNATIVAS” são os e as estudantes da escola. Todos eles e todas elas são convidados e convidadas a participar nas atividades de preparação do festival através das plataformas sociais, *emails*, *posters* no *hall* central da escola, e oralmente durante as aulas. A Oli e o Ahme foram a todas as turmas. A Oli não se sentia suficientemente confiante para ir sozinha, ao início. Estava com medo que pensassem “isto é uma coisa de pessoas rolonianas, é?” e por isso o Ahme foi com ela e falaram em conjunto.

Para o público-alvo indireto, o festival foi anunciado através das redes sociais e dos media dominantes através da televisão e da rádio local, com o objetivo especial de envolver de forma séria jornalistas influentes, através de *posters* em lojas e nos espaços municipais. Foram enviados convites pessoais, por carta, aos exponentes políticos locais de todos os partidos.



PENSEM EM PESSOAS INFLUENTES

As pessoas influentes são todas as que conseguem alcançar o público, influenciando-o. Essas pessoas passam a vossa mensagem e informação. As pessoas influentes podem vir de várias áreas: da política, da academia, do desporto, da música, da arte, etc. Normalmente têm um grande número de seguidores e seguidoras e, por isso, é mais provável que consigam alcançar um grande número de pessoas em pouco tempo.



- Identifiquem a pessoa influente certa que encaixa no tema da vossa contranarrativa, por exemplo, alguém que mostra compromisso em relação ao tema.
- Tenham cuidado em não envolver pessoas influentes que, no passado, apoiaram narrativas opressivas ou promoveram discurso de ódio.
- Pensem também em que público será alcançado pela pessoa influente, e se conseguem ou não o influenciar. Por exemplo, se a vossa contranarrativa é sobre religião, podem pensar em envolver líderes religiosos.
- Antes de contactarem as pessoas influentes, preparem uma descrição boa e breve do vosso projeto, bem como alguma informação de enquadramento. Garantam que definem, com precisão, as tarefas da pessoa influente.

- Tenham cuidado para não sobrecarregar as pessoas com informação e tarefas. Preparem todos os materiais de antemão (por exemplo, se a pessoa influente for uma cantora que tem um milhão de *fans* nas redes sociais, entreguem-lhe publicações de Facebook e *tweets* já prontos.)



Usem a tabela abaixo para envolver pessoas influentes.

ENCONTRARAM UMA PESSOA INFLUENTE PARA APOIAR A VOSSA CAMPANHA?

1. IDENTIFICAR	<ul style="list-style-type: none"> • Quem pode ser a vossa pessoa influente? • Que público-alvo alcança e influencia? • Em que tópicos / temas se envolve? • Que meios usa? • Descrevam qualquer outra informação de contexto sobre as vossas pessoas influentes
2. RELACIONAR-SE	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o vosso <i>pitch</i> que fará com que vos apoie? • Quais serão as tarefas da pessoa influente? • Quais são os prazos da colaboração?
3. AGIR	<ul style="list-style-type: none"> • Preparem e entreguem materiais já prontos (por exemplo, posts de Facebook, <i>tweets</i>, infografias, etc.) • Façam reuniões regulares (uma vez cada duas semanas, mensalmente, etc.) • Atualizem a pessoa influente sobre os resultados, as vitórias, etc. • Deem crédito e reconheçam os contributos da pessoa influente

Usem Lithium (www.lithium.com) para identificar as pessoas mais influentes das redes sociais.



“ALTERNATIVAS” E AS PESSOAS INFLUENTES

As principais pessoas influentes que apoiam o festival são os membros da banda local “The Hives”, graças ao primo do Ale que é amigo do guitarrista. Eles são muito populares por entre os e as jovens. A professora Hilde tem uma relação com Silta, uma cantora famosa no país, de origem mista, roloniana e marcadiana. O diretor da escola contactou a presidente da Câmara e a diretora do estádio local.



ENVOLVEREM-SE COM TODOS OS ATORES

Por trás de todas as narrativas opressivas há pessoas. Quer os alvos quer quem apoia narrativas opressivas são pessoas. A questão é combater o ódio, não culpar ou atacar um grupo. Envolverem-se com ambos os grupos pode ser um desafio difícil. No entanto, envolverem-se num processo transformativo deste tipo pode trazer resultados muito gratificantes.



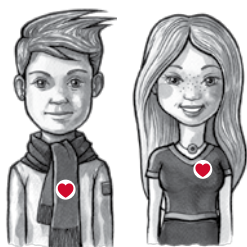
Dicas para envolver quem apoia e quem cria narrativas opressivas

- **Escolham cuidadosamente com quem falam.** Qualquer pessoa pode ser alguém que produz ou apoia o ódio: um jovem, uma idosa, um expoente político, uma amiga, um familiar, uma desportista. Algumas pessoas têm mais influência na sociedade do que outras. Escolham com quem falam, considerando com atenção os vossos objetivos.
- **Boicotem.** Por vezes é a maneira mais eficiente de se envolverem com os *sites* que publicam e disseminam narrativas opressivas. O boicote é uma tática de sucesso que evita enviar mais visitantes aos *sites*.
- **Respondam.** Identifiquem as fontes, a informação e os factos que o produtor ou a produtora de ódio utiliza, e encontrem factos, fontes e informação alternativa. Publiquem comentários em *sites* que contem conteúdo incorreto, preconceituoso ou racista. Enviem perguntas ou queixas a quem publica e escreve qualquer publicação que demonstre intolerância.
- **Reportem.** Usem os mecanismos de relatório *online* ou os procedimentos de queixa para alertar as empresas proprietárias dos *sites* ou as direções dos programas de televisão sobre exemplos de narrativas opressivas. Podem também recolher informação sobre *sites*, jornais, rádios ou programas de televisão de ódio que estejam registados no vosso país. Enviem essa lista para a vossa ou o vosso representante parlamentar.
- **Ignorem as e os trolls.** A melhor forma de reagir aos e às *trolls* é não se envolverem com eles e com elas. Tentem ignorá-los e ignorá-las. Encorajem as outras pessoas a fazer o mesmo.

Dicas para se envolverem com quem é alvo da narrativa opressiva

- **Ponham-se em contacto.** Com frequência os alvos da narrativa opressiva sofrem quer emocional quer psicologicamente. Tentem contacta-los e expressar a vossa empatia. É importante mostrar-lhes que não estão sozinhos. Expliquem também o que eles podem fazer.
- **Organizem.** As narrativas opressivas baseiam-se muitas vezes em ideias, factos e mitos falsos. Encorajem os alvos da narrativa opressiva a pensar em narrativas alternativas e a publicarem-na onde for possível – na internet, nas redes sociais ou nos meios de comunicação convencionais. Organizem também uma ação pública para mostrar solidariedade com outras vítimas.
- **Informem.** Os alvos da narrativa opressiva podem não saber que ações e mecanismos podem levar a cabo. Informem-nos sobre os instrumentos legais, sobre os seus direitos e também sobre técnicas de proteção.
- **Tenham cuidado.** Envolverem-se com os alvos da narrativa opressiva também quer dizer evitem expor-se, a vocês e a eles, a mais riscos, o que pode causar ainda mais danos. Perguntem sempre às pessoas envolvidas se se sentem prontas, e de que modo. Não as forcem se estiverem hesitantes, mas garantam que entendem as possibilidades de apoio que vocês e outras organizações podem oferecer.

Há mais dicas e exemplos sobre como trabalhar com os alvos e com quem produz discurso de ódio na secção 6.7.



“ALTERNATIVAS” E O ENVOLVIMENTO DE TODOS OS GRUPOS

A atividade tem por objetivo criar espaços para os e as jovens refletirem e terem experiências significativas, mais do que simplesmente passar a informação “certa”. A ideia é criar um espaço seguro para o diálogo, por exemplo, planeando uma atividade em conjunto ou usando um jogo de simulação. Os jogos de simulação ou de role play colocam o grupo em situações semelhantes às dos alvos do discurso de ódio, mas sem posicionar as pessoas diretamente como “perpetradoras” e “vítimas”. A ideia é combater o ódio e evitar colocar etiquetas às pessoas envolvidas. A Oli e os outros e as outras jovens que foram alvo de discurso de ódio receberam a possibilidade de apoio e aconselhamento por profissionais e por pessoas, do ponto de vista legal, emocional e educativo.

7.4 | FASE QUATRO: MONITORIZAR E AVALIAR A CONTRANARRATIVA

Esta é a quarta e última fase do guia. Esta fase inclui a monitorização e avaliação da vossa contranarrativa. É um momento importante para avaliar o impacto e para perceber se os objetivos foram ou não alcançados. Por fim, é também o momento para refletir e debater se é necessária ou não outra iteração.



DEFINIR INDICADORES DE IMPACTO

Para poder avaliar os resultados da contranarrativa, é importante definir qual é o impacto esperado, ou, por outras palavras, as mudanças específicas que esperam como resultado dos vossos esforços. As vossas ações podem ter diferentes efeitos, por exemplo, na opinião e no comportamento das pessoas, por isso é preciso decidir que tipo de efeitos ou mudanças querem monitorizar e o que vos dirá ou indicará se essas mudanças estão a acontecer, quanto e como estão a acontecer. Poderão precisar de perguntas a respostas como: A campanha conseguiu alcançar que grupos na sociedade? Como receberam a mensagem? Como é que a sua perceção do tema se alterou?

As teorias da avaliação falam com frequência da cadeia de impacto. Em poucas palavras, assume-se que depois de ações ou atividades como a disseminação de um vídeo ou a organização de um seminário, essas ações terão um efeito nas atitudes e nas perceções de quem viu o vídeo ou em quem participou no seminário e, por fim, que os comportamentos destas pessoas mudaram, parcial ou substancialmente. Por exemplo, as pessoas podem ver determinado conteúdo, mas isto não quer dizer que mudem de ideias. Estes são alguns exemplos de indicadores, quer quantitativos (a perceção de uma mudança observada em números) quer qualitativos (a qualidade ou tipo de mudança observada), em diferentes fases da cadeia:

Nível	Exemplo de indicadores
Esforço ou output	<p>Número de folhetos e <i>posters</i> distribuídos</p> <p>Número de “impressões”, ou seja, quantas vezes o conteúdo apareceu num <i>newsfeed</i> ou na barra de lado de uma plataforma</p> <p>Relevância dos media em que a mensagem apareceu, por exemplo, convencional e muito seguido, específico, mas muito relevante para o grupo-alvo</p>
Resultados	<p>Alcance ou consciencialização</p> <p>Número de visitantes numa plataforma <i>online</i></p> <p>Número de gostos, comentários e partilhas que indicam que o conteúdo foi lido</p> <p>Mudanças na percepção através da avaliação do conteúdo de conversas <i>online</i>, por exemplo, analisando comentários que mostram como as pessoas começaram a ter dúvidas sobre as suas crenças extremistas e indicam competências de pensamento crítico, ou comentários que mostram que estão a ter em conta outras perspetivas, expressando tolerância e respeito</p> <p>Mudanças comportamentais</p> <p>Número de pessoas que pedem apoio para sair de grupos extremistas</p> <p>Pessoas que mostram que podem trabalhar com outras pessoas para ultrapassar preconceitos e medos, adotando uma linguagem de Direitos Humanos nas suas ações</p>
Impacto	<p>Mudanças nas relações sociais</p> <p>Redução no número de comentários de discurso de ódio</p> <p>Redução no número de pessoas que se juntam a grupos extremistas</p> <p>Aumento do número de pessoas que participam em atividades comunitárias e de defesa de Direitos Humanos</p> <p>Relações entre comunidades com maior confiança e cooperação, por exemplo, novas organizações e grupos a que se juntam pessoas de diferentes origens e afiliações, quando anteriormente não acontecia</p>

Pode ler mais sobre como avaliar o alcance da vossa contranarrativa e como avaliar e analisar as conversas online nos passos 3 e 4 desta fase.



- Para consultar um guia e ferramentas online sobre a monitorização e avaliação de organizações juvenis, visitem **The Learning Curve** (www.unoy.org/evaluationguide/).
- Para mais informação sobre como desenvolver indicadores para atividades educativas, consultem o T-KIT 10 **Educational Evaluation in Youth Work**, publicado pela *Youth Partnership* entre a Comissão Europeia e o Conselho da Europa.
- Para exemplos e maior detalhe sobre métricas de indicadores de impacto nas redes sociais de contranarrativas *online*, consultem **Counter-narrative Monitoring and Evaluation Handbook** e *The Impact of Counter-Narratives, Institute of Strategic Dialogue and Against Violent Extremism* (www.isdglobal.org/).



OBSERVAR E PERGUNTAR

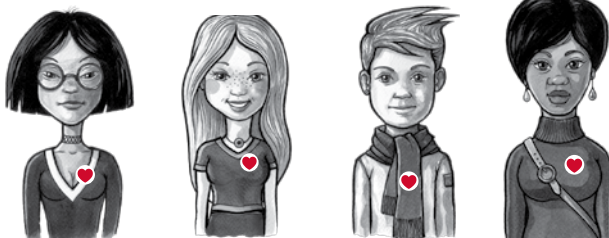
Observar cuidadosamente a forma como o grupo-alvo reage à vossa campanha é um aspeto fulcral dos vossos esforços de avaliação e monitorização. Para terem mais informação, podem também recolhe-la perguntando a diferentes participantes e observadores e observadoras, por exemplo, através de um questionário ou de entrevistas. Os questionários e as entrevistas podem ser feitos cara a cara ou através de ferramentas e plataformas *online*. Podem ser por escrito, gravando mensagens de voz ou de vídeo. Vocês é que escolhem. Há diferentes técnicas de questionário e de entrevista. Exploraremos algumas neste passo, tentando mostrar como vos podem ajudar a monitorizar e avaliar o impacto da vossa contranarrativa.



- As entrevistas devem ser com pessoas que potencialmente fariam parte do vosso grupo-alvo. Tentem identifica-las e fazer-lhes entrevistas. Por exemplo, se o vosso grupo-alvo forem médicos e médicas que se recusaram a tratar pessoas refugiadas, tentem ir a um hospital e pedir entrevistas.
- Quando abordam alguém para lhe fazer uma entrevista, expliquem sempre sobre o que será a entrevista, quanto tempo demorará, e se será publicada ou se será confidencial. Sejam honestas e honestos. Se a pessoa não puder naquele momento, tentem marcar outro momento ou faze-lo *online*.
- Escolham o método da entrevista: por escrito, com gravação áudio ou vídeo. Perguntem sempre à pessoa entrevistada se está confortável com o método. Se escolherem fazer a entrevista com vídeo, não se esqueçam de preparar e testar antes a câmara e o microfone. Garantam também que existe um guião de perguntas para a entrevista.
- Antes de começarem a entrevista, registem a data, hora e local da entrevista. Para evitar qualquer potencial risco, peçam à pessoa entrevistada que assine um documento que declara que concorda com a entrevista por mútuo acordo.
- É importante que a entrevista seja curta, clara e concisa.



- Para diferentes métodos e técnicas de entrevista, consultem *Better-Evaluation* (www.betterevaluation.org/evaluation-options/interviews).
- Se estão a lidar com ambientes desafiantes e querem recolher dados, usem *KoBo Toolbox suite* (www.kobotoolbox.org). É grátis e open source.
- Os formulários do Google são uma ferramenta prática para desenhar, recolher e analisar informação (www.google.com/forms/about).
- *FrontlineSMS* (www.frontlinesms.com) é outra ferramenta que vos permite enviar, receber e gerir SMS e dados de qualquer parte do mundo.



A ESTRATÉGIA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO “ALTERNATIVAS”

O grupo debateu o que indicará que o seu esforço está a produzir as mudanças que querem:

- Farão um registo do número e tipo de comentários discriminatórios que aparecem nas plataformas sociais *online* da escola.
- Observarão se os e as colegas mudaram de atitudes ou modo de se relacionarem com as outras pessoas, por exemplo, se pararam ou não de fazer piadas sobre quem vem da Rolónia ou sobre qualquer outro grupo visto como diferente.
- Farão um questionário *online* anónimo.
- Proporão um jogo de simulação (como o ‘Choque de Liberdades’ do manual Referências, um jogo em que duas comunidades com visões opostas sobre liberdade de expressão vivem na mesma ilha). Observarão as atitudes durante o jogo e as opiniões expressas durante o *debriefing*.
- Vão reunir-se periodicamente enquanto equipa para partilhar e analisar as suas observações.



ESTIMAR O ALCANCE

Neste passo, estimarão o alcance, ou seja, o número de pessoas às quais chegou a vossa contranarrativa. Enquanto na primeira fase avaliaram a distribuição mediática da narrativa opressiva, aqui terão uma imagem mais completa do alcance da vossa contranarrativa e o número aproximado de pessoas alcançadas.



- Estimar o alcance soa a exercício científico, mas é muito mais fácil. Para começar, façam uma lista dos canais que usaram para distribuir a contranarrativa. Depois, tentem estimar o número de pessoas alcançadas usando as ferramentas abaixo.



- A maioria dos meios de comunicação convencionais, como jornais, televisões e rádio, fornecem estatísticas sobre o seu público e o alcance. Por isso, se foram convidados ou convidadas a um programa televisivo, peçam a quem vos acolheu que vos dê números aproximativos da audiência. Façam o mesmo em relação aos jornais e aos programas de rádios.
- Se usam cartazes para promover a vossa contranarrativa, a maioria das empresas que os aluga sabem dizer o número aproximado de pessoas que veem o cartaz diariamente, dependendo da sua localização. Peçam à empresa que vos dê os números.
- Se usam material em papel, como relatórios, revistas ou brochuras, contem o número de materiais que distribuíram.
- Se querem saber mais sobre o número de visitantes de plataformas *online*, usem a plataforma Alexa (www.alexa.com).
- Se estão a usar um *site* e querem saber detalhes analíticos sobre o número de visitantes, instalem e façam correr o Google analytics (marketingplatform.google.com/about/), apesar da maioria das plataformas de *blog*, como o Wordpress, fornecerem dados analíticos sobre as visitas.
- Se usam as redes sociais, a maioria delas têm integrada a ferramenta que vos dá informação detalhada sobre o alcance.
- Hootsuite (hootsuite.com/) é uma plataforma que vos permite integrar todos os canais de redes sociais numa *dashboard*, monitorizar conversas e recolher diferentes métricas ou dados analíticos sobre a vossa distribuição nas redes sociais.



MONITORIZAR AS CONVERSAS

As narrativas causam reações que se manifestam, sobretudo, através de conversas. Estas conversas podem tomar a forma clássica de conversações entre pessoas ou grupos em espaço físicos ou através de plataformas na internet. Para verem como a audiência ou a narrativa opressiva está a reagir à vossa contranarrativa, precisam de monitorizar as conversas *online* e *offline*.



- Vão onde o vosso público-alvo vai e observem as reações. Por exemplo, se publicaram um artigo no vosso *site* e o partilharam noutras redes sociais, usem uma das ferramentas abaixo para perceber quem partilhou o vosso artigo. Descubram também como o vosso artigo é recebido pelo público.
- Apesar de a internet dar muitas possibilidades de monitorizar as conversas *online*, não se limitem ao espaço *online*. Se, por exemplo, disseminaram um jornal com temas relacionados com antissemitismo, vão também ao espaço físico e observem as pessoas que o leem e as suas reações.
- Procurem também contrarreacções à vossa contranarrativa. Os vossos factos ou as vossas fontes alternativas podem ter incomodado a narrativa opressiva e, assim, podem causar uma reacção *online*, nos meios de comunicação convencionais ou em espaços físicos.
- Sigam os meios de comunicação convencionais regularmente e descubram se outras pessoas mencionam a vossa contranarrativa, e em que contextos. Podem não conseguir seguir tudo 24 horas por dia, mas identifiquem potenciais programas que possam reagir à vossa contranarrativa. Para além disso, se usaram cartazes ou outros espaços estáticos para distribuir a contranarrativa, monitorizem-nos e vejam se foram usados, pintados ou vandalizados. Se sim, registem com fotografias.



- Motores de busca como o DuckDuckGo ou o Google dão atualizações de diferentes conteúdos e tendências na internet. Usem um destes motores de busca para uma monitorização mais ampla.
- A barra de pesquisa do Facebook é outra ferramenta que vos pode ajudar a filtrar a vossa pesquisa baseando-se em *hashtags* (por exemplo #direitos-humanos), locais, interesses, etc.
- Netvibes (www.netvibes.com/) é uma ferramenta de monitorização das redes sociais em tempo real que permite filtrar, analisar e recolher várias informações, monitorizando, por exemplo, temas, *hashtags* e contas.
- Keyhole (keyhole.co/) é um motor de busca de *hashtags* para o Twitter, o Instagram e o Facebook. Mostra quantas pessoas publicaram com determinado *hashtag*, bem como o número de *retweets*, gostos, partilhas, etc.
- Social Mentions (www.socialmention.com/) é uma plataforma de pesquisa e análise em tempo real de redes sociais que recolhe conteúdo gerado pelos utilizadores e pelas utilizadoras; podem usa-la sem precisar de criar uma conta.
- Tweetdeck (tweetdeck.twitter.com/) é uma ferramenta para monitorização e organização em tempo real, permitindo monitorizar várias contas, *hashtags* em simultâneo.

Fase

1 ANALISAR 2 CONCEBER 3 IMPLEMENTAR 4 **AVALIAR**

Passo

1 ————— 2 ————— 3 ————— 4 ————— 5

AVALIAR O IMPACTO

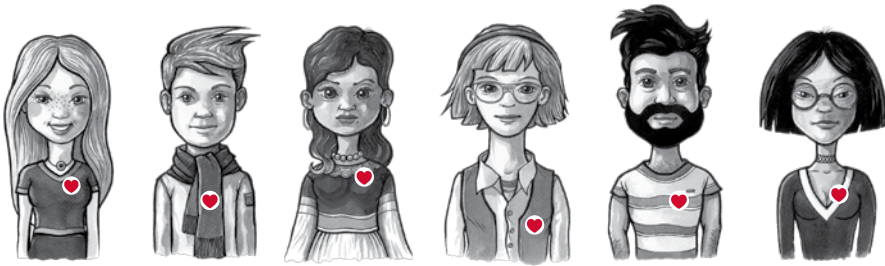
Este é o último passo na última fase deste guia. Depois de receberem informação em primeira mão do vosso público-alvo, através de entrevistas, e depois de terem estimado o alcance, é agora altura de refletir sobre o impacto da contranarrativa e avaliar os resultados. É este o momento de voltar à iteração e decidir se é necessário repeti-lo, ou seja, visitar e reimplementar as quatro fases. No entanto, é importante sublinhar que se decidirem levar a cabo outra iteração, devem adotar, nas quatro fases, o que aprenderam dos fracassos e dos resultados da primeira iteração.



- Medir e avaliar os resultados é fundamental no ciclo de aprendizagem. Sem uma boa avaliação do impacto de uma contranarrativa, deixa de haver informação suficiente sobre a direção ou os objetivos da iteração seguinte. Medir os resultados ajuda a equipa a perceber o que correu bem e onde é preciso intervir.
- A avaliação não pode ser um problema para a equipa. Se pensarem nesta fase como uma oportunidade de aprendizagem, a avaliação dos resultados pode ser uma experiência gratificante para toda a gente.
- O processo de avaliação é interativo – voltem às entrevistas e ao alcance que estimaram. Usem as histórias, o retorno e os dados para perceber qual foi o meio, o conteúdo e a oradora ou o orador com maior sucesso, e o inverso também. Registem todos os resultados!
- No final, identifiquem e decidam se é preciso levar a cabo outra iteração da contranarrativa, com base nos resultados da avaliação.
- Não se esqueçam: desafiar narrativas opressivas e ter impacto leva, por vezes, bastante tempo. Precisam de paciência e persistência. Coragem!



- BetterEvaluations tem um largo espectro de métodos, técnicas e modelos de avaliação (www.betterevaluation.org).
- Usem um dos manuais com ferramentas de avaliação desenvolvidos pela FSG / Reimagining Social Change¹
- Feedback commons desenvolvido por Keystone também tem ferramentas úteis que vos ajudarão na avaliação (feedbackcommons.org).



“ALTERNATIVAS” E AGORA?

Depois das atividades, a Oli organizou uma reunião da equipa para planear as atividades de seguimento. Algumas pessoas partilharam que observaram mudanças nas atitudes e percepções, em si próprias e em colegas. Sentem-se agora capacitadas e entusiastas para fazer outras atividades semelhantes depois das férias de verão. Os grupos nas plataformas das redes sociais estavam cheios de comentários e imagens do festival. No entanto, alguns e algumas estudantes, bem como alguns expoentes políticos não participaram. Como seria possível chegar até estas pessoas? O que é que o grupo podia aprender com esta experiência? O grupo aprendeu muito em vários níveis, desde aprender a lidar com a discriminação a um variado leque de competências. Mas os medos e a raiva estão latentes e as questões sociais continuam por resolver no seu país e na sua região. Precisam de continuar e precisar de ir mais fundo. Agora é a hora duma nova iteração, mas, não tenham dúvidas, é possível!

RESUMO DO CAPÍTULO EM CINCO PONTOS

- Sugerimos algumas das fases e passos para vos ajudar a desenvolver uma contranarrativa ou uma narrativa alternativa. Se a Oli e o seu grupo conseguiram, vocês também conseguem!
- Começa pela avaliação da narrativa opressiva que querem combater e desconstruir.
- Continua pela conceção e o planeamento cuidadoso da ação. Há muitas ferramentas para vos ajudar a planear a campanha. Planeiem detalhadamente.
- Implementar a campanha implica lança-la ou apresenta-la ao público, envolvendo todos os atores relevantes, bem como os meios de comunicação.
- Refletiam sobre os efeitos das vossas ações e sobre o que aprenderam. Pensem sobre o que indicará que alcançaram os objetivos. Aprendam com o que aconteceu e tenham-no em consideração quando planearem outra iteração da campanha ou outras possíveis ações.

NOTAS

¹ www.fsg.org/tools-and-resources/impact-practical-guide-evaluating-community-information-projects#download-area e www.fsg.org/tools-and-resources/trustee-evaluation-toolkit-0



ANEXOS

ANEXO 1 | PERGUNTAS FREQUENTES

As contranarrativas combatem especificamente o islamismo radical e violento?

As contranarrativas combatem qualquer tipo de extremismo violento, de direita, de esquerda ou de bases religiosas, uma vez que cada um destes fenômenos partilha a ideia de que é legítimo usar a violência para fins políticos ou para outros fins. Quem é extremista não tolera as ideias das outras pessoas. As contranarrativas têm por objetivo desacreditar e desmistificar a ideia de que a violência é uma ferramenta legítima, promovendo, pelo contrário, a ideia de que é necessário o respeito pela diferença e pela dignidade humana. Apesar de o termo 'contranarrativa' se ter tornado mais comum no contexto do trabalho contra a radicalização e o extremismo violento, incluindo o jihadismo, usar as narrativas para prevenir a violência e a opressão com base na raça, na orientação sexual ou na origem é uma tradição antiga em várias disciplinas e áreas profissionais.

Quais são os públicos-alvo das narrativas alternativas e das contranarrativas?

As contranarrativas e as narrativas alternativas têm por objetivo alcançar vários públicos-alvo, dependendo do contexto. As contranarrativas têm por objetivo alcançar a) quem simpatiza ou pode vir a simpatizar com visões extremistas, evitando que se aproximem mais; b) quem já defende visões extremistas, apoiando estas pessoas a mudar a sua visão e o seu comportamento, por exemplo, através de mensagens individuais e apoio para saírem de grupos extremistas. As narrativas alternativas dão força às ideias positivas, inclusivas e construtivas, tendo por objetivo alcançar toda a população, incluindo quem produz ódio que, desta forma, pode conhecer uma nova narrativa.

Ter orgulho no meu país torna-me apoiante de narrativas opressivas?

Não. Ter orgulho no nosso país e expressá-lo não nos torna apoiantes de narrativas opressivas. As tradições, a herança e os símbolos de um país fazem parte da nossa identidade e da nossa sensação de pertença a uma determinada comunidade. O que torna alguém apoiante de narrativas opressivas é negar às outras pessoas o direito a expressar orgulho pelo seu país, pela sua comunidade ou pelas suas ideias, propondo que um grupo ou uma ideia devem ser considerados superiores aos outros.

Como é que partilho as minhas preocupações em relação a migração, desemprego, ou a falta de habitação sem expressar discurso de ódio?

É importante que expressem as vossas preocupações e ideias e que usem todos os canais de participação democrática. Há organizações que trabalham estes desafios. Podem apoiar ou juntar-se à organização que sintam que melhor gere as questões que vos preocupam. Assim, poderão também melhorar o vosso conhecimento sobre esses temas. Com frequência, há vários fatores em causa. Contactem organizações e investigadores e investigadoras que trabalhem nesses temas a partir de várias perspetivas e posições políticas e informem-se. Se puderem estudem essas áreas, comecem a vossa própria investigação e juntem-se a programas de estudos sociais.

Porque devo envolver os alvos do discurso de ódio quando desenvolvo narrativas alternativas ou contranarrativas?

Envolver as pessoas que são alvos do discurso de ódio tornará a vossa campanha de contranarrativa mais legítima e efetiva. Os alvos do discurso de ódio podem fornecer informação valiosa e, ao envolvê-los, as mensagens que criarão poderão ser mais credíveis. Contactem organizações e grupos de apoio que vos poderão ajudar a contactar os grupos-alvo. Trabalhem com pessoas que já estejam prontas e preparadas. Estabeleçam processos de comunicação honestos e nos dois sentidos. Uma estratégia é normalmente muito mais forte quando é desenvolvida através da consulta de várias perspetivas.

Por que razão devo envolver ex-extremistas ou ex-produtores e ex-produtoras de discurso de ódio quando desenvolvo narrativas alternativas ou contra-narrativas?

A pessoas que estiveram envolvidas em grupos extremistas e as que produziram discurso de ódio no passado, mas mudaram a sua atitude, são um grupo essencial para este trabalho, se tiverem essa disponibilidade. Por exemplo, se ex-*skinheads* partilharem as suas experiências negativas e o processo de saída dos grupos com quem estiver ativo ou ativa e apoiar ideias extremistas, a mensagem será mais credível do que se for partilhada por quem não teve essa experiência em primeira mão. Sabem do que falam e sabem o que sente quem está naquela posição.

Agora percebo que “gostei” de discurso de ódio, como posso evitá-lo no futuro?

Terms noção que o discurso de ódio causa danos às outras pessoas é um primeiro passo importante. No futuro, não partilhem mensagem e publicações sem confirmarem a sua fiabilidade, nem sem garantirem que não tem estereótipos negativos sobre outros grupos, negando-lhes Direitos Humanos. Juntem-se a um grupo de Direitos Humanos ou comecem um grupo desse tipo. Aprendam sobre Direitos Humanos e juntem-se à Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio.

Preciso de formação especial para começar uma campanha de contranarrativa?

Não. Qualquer pessoa se pode envolver em ações contra o discurso de ódio! Não exige formação formal nem exames para provar que se tem determinadas competências. No entanto, é necessário planear cuidadosamente as ações e garantir que as pessoas envolvidas tenham a preparação necessária. Os preparativos necessários dependerão, em grande medida, no tipo de ação e no seu contexto específico.

ANEXO 2 | DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (Versão simplificada)

1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.
2. Todo o indivíduo tem o direito a ser tratado da mesma forma, independentemente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, fortuna, nascimento ou de qualquer outra situação.
3. Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
4. Ninguém tem direito a tratar um ser humano como escravo.
5. Ninguém pode ser submetido à tortura ou a tratamentos desumanos e degradantes.
6. Todo o indivíduo tem o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica.
7. A lei é igual para todos e todas; deve ser aplicada a todos e todas da mesma maneira.
8. Todo o indivíduo tem direito a um recurso efetivo num tribunal competente quando os seus direitos não tenham sido respeitados.
9. Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.
10. Todo o indivíduo tem direito a um julgamento justo e público.
11. Todo o indivíduo tem direito à presunção de inocência até prova em contrário.
12. Todo o indivíduo tem direito à sua privacidade (incluindo a vida familiar).
13. Todo o indivíduo tem direito a viver e a viajar livremente dentro das fronteiras dos países.
14. Todo o indivíduo tem direito a ir para outro país e a pedir proteção para fugir à perseguição ou ao perigo de perseguição.
15. Todo o indivíduo tem direito a uma nacionalidade.
16. Todo o indivíduo tem direito a casar e constituir família.
17. Todo o indivíduo tem direito à propriedade e aos seus pertences.
18. Todo o indivíduo tem direito a acreditar no que quiser (incluindo, mas não exclusivamente, à religião).
19. Todo o indivíduo tem direito a dizer o que pensa e a dar e receber informação livremente.
20. Todo o indivíduo tem direito a associar-se e a reunir-se com outras pessoas de maneira pacífica.
21. Todo o indivíduo tem direito a participar no governo do seu país, que deve ser escolhido através de eleições livres e justas.
22. Todo o indivíduo tem direito à segurança social.
23. Todo o indivíduo tem direito a trabalhar por um ordenado justo num ambiente seguro, bem como o direito à filiação em sindicatos.
24. Todo o indivíduo tem direito ao repouso e ao lazer.
25. Todo o indivíduo tem direito a um nível adequado de vida para a sua saúde e para o seu bem-estar e da sua família, incluindo comida, alojamento, cuidados médicos e os serviços sociais necessários.
26. Todo o indivíduo tem direito à educação, incluindo educação primária gratuita.
27. Todo o indivíduo tem direito a participar na vida cultural da comunidade.
28. Todo o indivíduo tem direito a uma ordem social e internacional que torna efetivos os direitos e as liberdades desta declaração.
29. Todo o indivíduo tem de respeitar os direitos das outras pessoas, da comunidade bem como a propriedade pública.
30. Ninguém tem direito a impedir qualquer dos direitos consagrados nesta declaração.

ANEXO 3 | CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS E OS SEUS PROTOCOLOS (Versão simplificada de artigos selecionados)

RESUMO DO PREÂMBULO

Os governos dos Estados-Membros do Conselho da Europa trabalham para a paz e uma maior unidade com base nos Direitos Humanos e nas liberdades fundamentais. Com esta Convenção eles decidem dar os primeiros passos para fazer cumprir muitos dos direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Artigo 1º – Obrigação de respeitar os direitos humanos

Os Estados devem assegurar que cada pessoa tem os direitos enunciados na presente Convenção.

Artigo 2º - direito à vida

Todas as pessoas têm o direito à vida.

Artigo 3º - Proibição de tortura

Ninguém tem o direito de prejudicar ou torturar outra pessoa. Mesmo na prisão a sua Dignidade Humana tem de ser respeitada.

Artigo 4º – Proibição da escravatura e do trabalho forçado

É proibido tratar qualquer pessoa como escrava ou impor-lhe trabalho forçado.

Artigo 5º - Direito à liberdade e à segurança

Todas as pessoas têm direito à liberdade. Se alguém está preso ou presa tem o direito de saber o porquê. Se está preso ou presa tem o direito de ser julgado ou julgada em breve, ou ser libertado ou libertada até ao julgamento.

Artigo 6º - Direito a um julgamento justo

Todas as pessoas têm o direito a um julgamento justo perante uma corte imparcial e independente. Se é acusado ou acusada de ter cometido um crime, é inocente até que a sua culpabilidade seja provada. Todas as pessoas têm o direito de ser assistidas por uma advogada ou um advogado que tem de ser paga e pago pelo Estado se não tiver meios para o pagar.

Artigo 7º - Não há punição sem lei

Nenhuma pessoa pode ser considerada culpada de um crime se não havia nenhuma lei contra isso quando o crime foi cometido.

Artigo 8º - Direito ao respeito pela vida privada e familiar

Todas as pessoas têm o direito ao respeito pela sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência.

Artigo 9º - Liberdade de pensamento, de consciência e de religião

Todas as pessoas têm o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Todas têm o direito de praticar a sua religião em casa e em público e alterar a sua religião, se quiserem.

Artigo 10º - Liberdade de expressão

Todas as pessoas têm o direito de dizer e escrever de forma responsável o que pensam e dar e receber informações de outras pessoas. Isso inclui a liberdade de imprensa.

Artigo 11º - Liberdade de reunião e de associação

Todas as pessoas têm o direito de participar em reuniões pacíficas e criar ou participar em associações, incluindo sindicatos.

Artigo 12º - Direito ao casamento

Todas as pessoas têm o direito de se casar e de constituir família.

Artigo 13º - Direito a um recurso efetivo

Se os seus direitos são violados, todas as pessoas podem recorrer oficialmente aos tribunais ou outros organismos públicos.

Artigo 14º - Proibição de discriminação

Todas as pessoas têm estes direitos, independentemente da sua cor da pele, sexo, língua, crenças políticas ou religiosas, ou origens.

Artigo 15º - Derrogação em situações de emergência

Em caso de guerra ou outra emergência pública, um governo pode fazer coisas que vão contra os direitos das pessoas, mas apenas quando estritamente necessário. Mesmo assim, os governos não podem, por exemplo, torturar ou matar arbitrariamente.

Artigo 16º - Restrições na atividade política de pessoas estrangeiras

Os Governos podem restringir a atividade política de pessoas estrangeiras, mesmo que isso esteja em conflito com os artigos 10º, 11º ou 14º.

Artigo 17º - Proibição do abuso de direito

Nada na presente Convenção pode ser usado para prejudicar os direitos e liberdades da Convenção.

Artigo 18º - Limitação da aplicação de restrições de direitos

A maioria dos direitos na presente Convenção pode ser restringida por uma lei geral que se aplica a todos e a todas. Tais restrições só são permitidas se forem estritamente necessárias.

Artigos 19º a 51º

Estes artigos explicam como funciona o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Artigo 34º - Apelos individuais

Se os direitos de um indivíduo contidos na Convenção foram violados num dos Estados-Membro este deve primeiro fazer um apelo a todas as autoridades nacionais competentes. Se isso não funcionar, pode então recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, em Estrasburgo.

Artigo 52º - Consultas pelo Secretariado-Geral

Caso o Secretariado-Geral do Conselho da Europa o solicite, um governo deve explicar como o seu direito nacional protege os direitos da presente Convenção.

Protocolos à Convenção

Artigo 1.º do Protocolo n.º 1 - Proteção de propriedade

Todas as pessoas têm o direito à propriedade e a usar as suas posses.

Artigo 2º do Protocolo n.º 1 - Direito à educação

Todas as pessoas têm o direito de frequentar a escola.

Artigo 3º do Protocolo n.º 1 - Direito à realização de eleições livres

Todas as pessoas têm o direito de eleger o governo do seu país por voto secreto.

Artigo 2º do Protocolo n.º 4 - Liberdade de movimento

Se um indivíduo estiver legalmente dentro de um país, tem o direito de ir para onde quiser e viver onde quiser dentro dele.

Artigo 1.º do Protocolo n.º 6 - Abolição da pena de morte

Nenhum indivíduo pode ser condenado à morte ou executado pelo Estado.

Artigo 2º do Protocolo n.º 7 - Direito de recurso em matéria penal

Todas as pessoas podem apelar a um tribunal superior se tiverem sido condenada pela prática de crime.

Artigo 3.º do Protocolo n.º 7 - Indemnização por condenação injusta

Todas as pessoas têm o direito a indemnização se tiverem sido condenadas pela prática de crime e se descobrir que eram inocentes.

Artigo 1.º do Protocolo n.º 12 - Proibição geral de discriminação

Nenhum indivíduo pode ser discriminado pelas autoridades públicas, por razões como, por exemplo, a cor da pele, o sexo, a língua, as crenças políticas ou religiosas ou as origens.

ANEXO 4 | MODELO DE PLANO DE SESSÃO

Este é um plano de sessão que fornece informação geral sobre como facilitar sessões com jovens para o desenvolvimento de contranarrativas. Divide-se em quatro partes, que podem ser usadas separadamente ou em combinação.

TAMANHO DO GRUPO	Indiferente
DURAÇÃO	FASE 1: 60 minutos FASE 2: 90 minutos FASE 3: 90 minutos FASE 4: 45-60 minutos
CASO	Identifiquem, por favor, um caso de narrativa opressiva que queiram usar como exemplo durante a sessão.
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Flipcharts</i>, posts-its e marcadores • Cópias de provas e informação sobre o caso da narrativa opressiva • Cópias do guia (capítulo 7), ou seja, das fases e passos propostos • Qualquer material audiovisual (fotografias, vídeos) é bem-vindo • Projetor, colunas e outros aparelhos digitais (por exemplo, câmara, tablet, smartphone) são ferramentas úteis • Um espaço amplo com cadeiras e mesas • Familiarizem-se com o guia, com as dicas e com as ferramentas • Falem ao grupo, antes da sessão, sobre: contranarrativas, narrativas opressivas, narrativas alternativas, etc., digam-lhe o tema da sessão, guiem-nos em todas as fases • Identifiquem um caso de narrativa opressiva. Pode ser, ou não, um caso que responda ao contexto dos jovens. Procurem casos no manual Referências e na plataforma do Movimento Contra o Discurso de Ódio

FASE 1 – Avaliar a narrativa opressiva: Nesta fase, examinarão a narrativa opressiva em detalhe. Ajudar-vos-á a perceber as suas dinâmicas, mas também o contexto em que se desenvolve e a sua distribuição.

FASE 2 – Conceber a contranarrativa: Esta é a fase em que tomam decisões estratégicas, escolhem técnicas, táticas e argumentos, decidindo também as plataformas.

FASE 3 – Implementar a contranarrativa: Não se sintam confundidas ou confundidos nem com medo – não vos pediremos que implementem toda a contranarrativa. No contexto da sessão, propõe-se que pensem em implementar uma simulação ou um roleplay da contranarrativa, pondo em ação a intervenção que conceberam durante a segunda fase, pelo menos parcialmente.

FASE 4 – Monitorizar e avaliar a contranarrativa: Esta fase ajudar-vos-á a ver os frutos do vosso trabalho, ou seja, de que forma a contranarrativa correu e o seu impacto. Esta fase também vos ajudará a refletir sobre o vosso trabalho e como o ajustar, se necessário, na próxima iteração.

INSTRUÇÕES: ANTES DA SESSÃO

1. Implementem uma fase de cada vez. Comecem com a fase 1 e terminem com a fase 4. Não comecem na fase 2, 3 ou 4.
2. Cada fase deve ser implementada como uma pequena sessão. Se virem que os grupos terminaram mais cedo do que o tempo sugerido, terminem o processo mais cedo.
3. Não entreguem uma cópia completa do guia aos e às participantes, para não os e as distrair. Preparem cópias separadas para cada fase, distribuindo-as em cada pequena sessão.

4. Cada fase está dividida em dicas e ferramentas. Conheçam-nas. Se tiverem conhecimentos de determinado passo ou ferramenta, adaptem o passo.
5. Imprimam os modelos já feitos, incluídos na guia. Se não tiverem impressora, tentem copia-los para um *flipchart*.
6. Lembrem-se que a fase 1 contém um exemplo, enquanto as restantes não têm exemplos. É assim de propósito, para não sobrecarregar as leitoras e os leitores nessas fases.
7. Familiarizem-se com os termos narrativa, narrativa opressiva e narrativa alternativa. Usem sempre exemplos para ilustrar os conceitos, uma vez que, com frequência, são abstratos.
8. Familiarizem-se também com os temas discurso de ódio, estereótipos, preconceitos, sexismo, etc. Usem o manual Referências¹ para mais informação e materiais.

INSTRUÇÕES: DURANTE A SESSÃO

1. Antes de começarem com a sessão na fase 1, estimulem um debate com as e os participantes sobre os tópicos das narrativas opressivas, discurso de ódio, estereótipos, preconceitos, etc. Perguntem aos e às participantes de que modo estes fenómenos afetam os Direitos Humanos e que relações existem entre eles.
2. Expliquem aos e às participantes o que irão fazer: façam um breve resumo do guia e da sua estrutura. Expliquem que cada fase será como uma pequena sessão e que trabalharão em conjunto para desenvolver uma contranarrativa.
3. Comecem sempre com a fase 1 e expliquem passo a passo e o que irão fazer. Expliquem também as dicas e ferramentas que há no guia e como os e as podem ajudar.
4. Algumas fases e passos podem não ter ferramentas (por exemplo, fase 2, passo 4), mas expliquem que a lista é tão importante como uma ferramenta ou as dicas.
5. Deem informação detalhada do caso com que trabalharão. Perguntem aos e às participantes se têm perguntas a fazer, garantam que toda a gente percebe cada fase e os casos.
6. Há duas abordagens que vocês, enquanto facilitadores e facilitadoras, podem adotar para as pequenas sessões:
 - Guiem as e os participantes através de cada fase e cada passo, facilitem as conclusões, o trabalho, os debates e os resultados
 - Deixem o grupo trabalhar de forma autónoma, mas permaneçam vigilantes de perto e verifiquem, com frequência, como está a correr o processo e se os e as participantes precisam de ajuda.
7. No final de cada fase, façam um pequeno *debriefing*. Poderão também considerar uma sessão de *debriefing*, no final das quatro fases. Lembrem-se, no entanto, que as pessoas podem estar cansadas e sobrecarregadas, por isso poderão precisar de refrescar as ideias.

DEBRIEFING

Deem às e aos participantes algum tempo, no final da sessão, para verem o trabalho que fizeram. Podem começar por fazer uma ronda por grupo, perguntando a toda a gente que use uma palavra para descrever os seus sentimentos.

- Como foi a primeira fase? Se foi positiva, porquê? Se foi negativa, porquê?
- Quais foram os principais desafios? Se os superaram, perguntem como.
- O que falta no guia que vos poderia ter ajudado?
- O que acrescentariam ao guia para o tornar mais completo e compreensível?
- De que parte gostaram mais? De que partes não gostaram?
- Qualquer outro comentário?

NOTAS

¹ www.odionao.com.pt/media/5369/ReferenciasPT2016_BOOK.pdf

ANEXO 5 | RECURSOS

Este anexo lista e descreve brevemente alguns recursos úteis: publicações e ferramentas *online* que podem ser valiosas na implementação de campanhas de contranarrativas e de narrativas alternativas.

Publicações do Conselho da Europa

- Conselho da Europa (2014), **Guia dos Direitos Humanos para os Utilizadores da Internet**
 Este guia pode ser utilizado por pessoas individuais para enfrentar dificuldades no exercício dos seus direitos: apoiar governos e instituições públicas no cumprimento das suas obrigações de proteger, respeitar e fazer cumprir Direitos Humanos. Pode ser um início para debates nacionais sobre a proteção e promoção dos Direitos Humanos por utilizadores e utilizadoras da internet e a sua capacitação em ambientes *online*; pode promover a responsabilidade social das empresas, ao encorajar o setor privado a agir de forma responsável e respeitadora dos Direitos Humanos das pessoas com que contraem contratos.
 Disponível em: www.odionao.com.pt/media/5185/GuiaDireitosHumanosUtilizadoresInternet.pdf
- Conselho da Europa (2012), **Compass – Manual para a Educação para os Direitos Humanos com jovens**
 O Compass é um manual essencial para quem trabalha na área da juventude e da educação não-formal. Está disponível em mais de 30 línguas, de Árabe a Japonês, de Islandês a Basco. Este manual, publicado pela primeira vez em 2002, foi atualizado e republicado em 2012, apoiando a implementação da Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos. A sua versão para crianças chama-se Compasito.
 Disponível em: www.dinamo.pt/images/dinamo/publicacoes/compass_2016_pt.pdf
- Conselho da Europa (2011), **Living together. Combining diversity and freedom in 21st century Europe. Report of the Group of Eminent Persons of the Council of Europe**
 O Secretário-Geral do Conselho da Europa, Thorbjørn Jagland, pediu a um “grupo de pessoas eminentes” que preparasse um relatório sobre os desafios consequentes do ressurgimento de intolerância e discriminação na Europa. O relatório avalia os riscos, identifica as suas causas e faz uma série de propostas para “vivermos melhor” em sociedades europeias abertas. O relatório conclui-se com 59 “chamadas à ação”, sendo as 17 primeiras “recomendações estratégicas”, enquanto as restantes, as “recomendações específicas”, dirigem-se à União Europeia, ao Conselho da Europa e aos seus Estados-Membros.
 Disponível em: rm.coe.int/16806b97c5
- Conselho da Europa – Centro Norte-Sul com o *Global Education Week Network* (2008), **Guia Prático para a Educação Global. Um manual para compreender e implementar a Educação Global.**
 Este é um guia para perceber e praticar a educação Global que levanta questões importantes sobre as responsabilidades dos educadores e das educadoras na consciencialização e conhecimento de temas globais em projetos e atividades da educação formal e não-formal.
 Disponível em: rm.coe.int/168070eb92
- Conselho da Europa (2006), **Internet Literacy Handbook**
 Esta é uma ferramenta *online* para que pais e mães, docentes e jovens desenvolvam as suas competências de uso da internet. O manual contém 25 fichas de dados. Cada ficha apresenta um tema específico relacionado com o uso da internet.
 As fichas identificam questões éticas e de segurança, dando conselhos sobre a melhor forma de usar a internet para fins educativos. O manual também tem ideias para atividades práticas, nas aulas ou em casa, apresentando boas práticas em termos de uso da internet, oferecendo muitas definições e ligações para *sites online*, com exemplos práticos e outras informações detalhadas.
 Disponível em: www.coe.int/t/dghl/StandardSetting/InternetLiteracy/hbk_en.asp
- Gomes, R. (ed.) (2013), **Referências – Manual para o combate contra o discurso de ódio online através**

da Educação para os Direitos Humanos

O Referências foi publicado para apoiar a Campanha de juventude do Movimento Contra o Discurso de Ódio do Conselho da Europa. O manual é útil para educadoras e educadores que queiram combater o discurso de ódio *online* a partir duma perspetiva de Direitos Humanos, quer dentro quer fora do sistema de educação formal. O manual destina-se ao trabalho com jovens entre os 13 e os 18 anos de idade, mas as atividades podem ser adaptadas a outras faixas etárias.

Disponível em: www.odionao.com.pt/media/5369/ReferenciasPT2016_BOOK.pdf

- Jackson, R. **Signposts – Policy and practice for teaching about religions and non-religious world views in intercultural education.** Signposts dá conselhos sobre como o estudo das religiões e das visões do mundo não religiosas pode contribuir à educação intercultural nas escolas na Europa.
Disponível em: www.coe.int/en/web/education/publications
- Titley, G., Keen, E. e Földi, L. (2012), **Starting Points for Combating Hate Speech Online**
Esta publicação contém três estudos acerca do discurso de ódio online e formas de abordá-lo.
Disponível em: rm.coe.int/1680665ba7
- Weber, A. (2009), **Manual on Hate Speech.** Este manual clarifica o conceito de discurso de ódio e proporciona aos decisores políticos, investigadores e sociedade em geral orientações sobre os critérios aplicados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos na sua jurisprudência sobre o direito à liberdade de expressão.
Disponível em: icm.sk/subory/Manual_on_hate_speech.pdf

Manuais

- Brown, R. (2015), **Defusing Hate: A Strategic Communication Guide to Counteract Dangerous Speech,** *The United States Holocaust Memorial Museum, Washington, D.C.*
Este guia disponibiliza a ativistas, líderes religiosos e a sociedade civil, as estratégias e as ferramentas de que precisam para evitar que discursos perigosos influenciem o público. O guia está dividido entre um livro de referências e três cadernos de atividades, desenvolvidos para o uso em sessões com pequenos grupos.
Disponível em: www.ushmm.org/m/pdfs/20160229-Defusing-Hate-Guide.pdf
- **Communication Tool,** Ministry of Foreign Affairs of Finland, Helsinki.
Este livro é um guia para o uso de banda desenhada como ferramenta de campanhas e como método de comunicação participativa. As banda desenhada *grassroot* são bandas desenhadas feitas por pessoas socialmente ativas, representando vozes reais, em vez de bandas desenhadas criadas por profissionais.
Disponível em: www.worldcomics.fi/files/8413/6517/4053/grassroots-book.pdf
- Tactical Technology Collective and Front Line Defender (2009), **Security in a Box**
Este é um guia *online* com ferramentas e táticas para segurança digital, desenhado especialmente para defensores e defensoras dos Direitos Humanos.
Disponível em: securityinabox.org/
- Tuck, H. and Silverman, T. (2016), **The Counter-narrative Manual,** Institute of Strategic Dialogue, London.
Este manual foi criado para apoiar toda a gente que quer responder proativamente à propaganda extremista com campanhas de contranarrativas, tendo sido pensado como primeiro guia para quem tem pouca ou nenhuma experiência anterior na área das contranarrativas. O manual explicita os principais passos da criação, do lançamento e da avaliação de uma campanha de contranarrativa efetiva. Pode também ser utilizado em parceria com o Toolkit.
Disponível em: www.counternarratives.org/

Investigação e análise

- Alasuutari, P., Bickman, L., Brannen, J. (Eds) (2008), **The SAGE Handbook of Social Research Methods,** SAGE, London.

Este manual inclui capítulos sobre cada fase do processo de investigação: conceção da investigação, métodos de recolha de dados, e processos de análise e interpretação de dados. Os capítulos “*Discourse Analysis and Conversation Analysis*” de Antaki, C. e “*Analyzing Narratives and Story-Telling*” de Hyvärinen, M. são particularmente relevantes.

- Fielding, N., Lee, R.M., Blank, G. (2008), ***The SAGE Handbook of Online Research***, SAGE, London. Este manual mostra a variedade de investigação social *online*. Os capítulos relacionados com a análise de conteúdo *online*, da etnografia virtual, de questionários online e das redes sociais são particularmente relevantes. Estes métodos de investigação podem ser utilizado para a análise de conteúdo, contexto e impacto das narrativas *online*.
- Saltaman, E. and Kirt, J. (2016), ***Guidance for International Youth Engagement PVE and CVE***. *Youth Responses to Resolution 2250 and the UN Plan of Action to Prevent Violent Extremism*. London: Institute of Strategic Dialogue and YouthCan
Este relatório descreve os resultados de um questionário realizado entre jovens com idades compreendidas entre 16 e 33 anos sobre as causas do extremismo violento nos seus contextos, bem como sobre os métodos atuais na prevenção do extremismo violento, especialmente para o envolvimento das comunidades e para a capacitação das e dos jovens. Duas das suas principais conclusões são: 1) há uma forte crença que a exclusão social e sentimentos de marginalização estão a levar os e as jovens a envolver-se em ideologias extremistas; e 2) as estratégias para prevenir e combater o extremismo violento devem incluir programas educativos para melhorar competências vitais como o pensamento crítico, o respeito dos Direitos Humanos, a literacia digital e o sentido de cidadania global, baseando-se em redes e estruturas já existentes.
Disponível em: www.isdglobal.org/wp-content/uploads/2016/06/YouthCAN-UN-PVE-Survey.pdf
- Silverman, T. et al. (2016), ***The Impact of Counter-Narratives***. *Insights from a year-long cross-platform pilot study of counter-narrative curation, targeting, evaluation and impact*, Institute of Strategic Dialogue and Against Violent Extremism, London
Este relatório descreve o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de três campanhas de contranarrativa da *AVE* e *Jigsaw* (uma incubadora no âmbito do *Alphabet* que usa a tecnologia em questões geopolíticas), com apoio adicional em género ou financeiro por parte do Facebook e do Twitter. As campanhas analisadas foram *Average Mohamed*, *ExitUS* e *Harakat-ut-Taleem*. O relatório mostra que as pessoas que passaram por um processo de desradicalização estavam disponíveis para contactar organizações nas redes sociais em resposta a campanhas de contranarrativa. Disponível em: www.isdglobal.org/wp-content/uploads/2016/08/Impact-of-Counter-Narratives_ONLINE_1.pdf

Histórias inspiradoras

- Burillo, A. et al. (eds) (2014) (2014). ***25 Stories for Peace***, United Network of Young Peacebuilders, the Hague
Esta é uma coleção de 25 histórias inspiradoras sobre transformações positivas escritas por jovens construtores e construtoras da paz de vários países. As histórias, em si, constituem uma narrativa alternativa das e dos jovens enquanto agentes de mudança positiva, e não enquanto vítimas ou perpetradores e perpetradoras de violência, como são, com frequência, representados e representadas nos discursos políticos e académicos.
Disponível em: unoy.org/wp-content/uploads/25-Stories-Publication-Final-for-web.pdf
- Fischer, D. and Altynay B. (2013), ***Stories to Inspire You***, Transcend University Press, Oslo
Esta é uma coleção de histórias curtas, usando sobretudo o humor. Todas elas fazem referência à construção da paz ao nível interpessoal e social.
- O ***Culture of Peace News Network*** (CPNN) é um projeto do *Global Movement for a Culture of Peace*, iniciado pelas Nações Unidas, onde notícias positivas de alternativas à violência e de cultura de paz são periodicamente partilhadas *online* e através de newsletters.
Disponível em: cpnn-world.org/new/

ANEXO 6 | GLOSSÁRIO

Argumentação

Um conjunto de razões para apoiar ou refutar algo através de raciocínios lógicos para persuadir alguém.

Argumento

Uma razão dada para apoiar ou refutar algo.

Cisgénero

As pessoas cuja identidade de género e a expressão de género coincide com o género que lhes foi atribuído ao nascimento, e com as expectativas sociais relacionadas com o género. Por exemplo, uma pessoa cujo género foi definido à nascença como mulher e que se define enquanto mulher.

Contranarrativa

Uma contranarrativa é uma narrativa com base em Direitos Humanos que combate o discurso de ódio, pelo descrédito e a desconstrução das narrativas violentas que o justificam. As contranarrativas referem-se, mais ou menos explicitamente, a narrativas alternativas, ou seja, narrativas inclusivas baseadas em valores democráticos como a abertura, o respeito pela diferença, a liberdade e a igualdade.

Crime de ódio

Delitos que são motivados pelo ódio ou pelo preconceito contra determinado grupo de pessoas, com base, entre outros, no género, na raça, na cor, na etnia ou origem social, na orientação sexual, nas características genéticas, na língua, na religião ou crença, na opinião política ou outra, na pertença a minoria nacional, na propriedade, no nascimento, na deficiência, na idade ou outras circunstâncias sociais ou pessoal.

Discurso

Um modo de organizar conhecimento, ideias ou experiências que tem por base a linguagem e os seus contextos, como histórias e instituições concretas.

Discurso de ódio

O discurso de ódio cobre todas as formas de expressão que disseminam, incitam, promovem e justificam ódio racial, xenofobia, antissemitismo ou outras formas de ódio com base na intolerância, incluindo intolerância expressa por nacionalismo agressivo ou etnocentrismo, discriminação e hostilidade contra minorias, migrantes e pessoas de origem migrante.

Distribuição

Este termo define quanto uma narrativa é presente e visível nos diferentes media online e offline.

Enquadramento

É uma perspetiva, uma lente ou um ângulo através do qual se aborda um aspeto da realidade social. Esta perspetiva é guiada por um conjunto ou um sistema de factos e ideias aceites que ajudam a esclarecer o sentido de uma parte da realidade social observada.

Enredo

Série de eventos que formam a história de um romance, duma peça de teatro ou dum filme.

Extremismo

Em termos simples, o extremismo pode ser definido enquanto atividades (crenças, atitudes, sentimentos, ações, estratégias) de uma personagem, retirada do contexto normal ou comum. As agendas políticas vistas como extremistas incluem, com frequência, políticas de extrema-direita ou de extrema-esquerda, bem como fundamentalismo e fanatismo. O extremismo envolve pensamento categórico nós-contra-eles ou elas, incentivado por ambientes densos, fechados entre indivíduos com visões semelhantes do mundo. Aprovar o uso da violência, incluindo contra civis, pode alienar ainda mais os indivíduos da sociedade, marcando também um passo importante em que o indivíduo pode ficar psicologicamente preparado para usar a violência. Extremismo é diferente do radicalismo: as pessoas extremistas aceitam e promovem a violência como meio legítimo para alcançar objetivos políticos sem, necessariamente, se envolverem nos confrontos pessoalmente.

Heteronormatividade

É a crença ou assunção de que todos os indivíduos são heterossexuais (quando o género de um parceiro é outro que não o do indivíduo, a pessoa é categorizada como sendo heterossexual). Esta assunção funciona com base na ideia do binarismo de género enquanto norma, privilegiando a heterossexualidade e os heterossexuais. A heteronormatividade desprivilegia os não-heterossexuais (lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais). A heteronormatividade está relacionada com a cismnormatividade, que privilegia as pessoas cisgénero (as que se identificam com o género que lhes foi atribuído à nascença) e que percebe o género como binário, reconhecendo apenas dois géneros exclusivos (homem, mulher) que estão marcados com relações de poderes assimétricas (sendo os homens os privilegiados). A cismnormatividade desprivilegia assim as pessoas transgéneras, as pessoas que não se adequam à normatividade cisgénero e as pessoas intersexuais.

Iteração

Procedimento em que a repetição de uma sequência de ações ou operações resulta mais próximo do resultado desejado.

Jargão

Com frequência, uma maneira depreciativa de referir linguagem estranha ou difícil, com utilização de palavras que apenas os membros de determinado grupo conhecem.

Meme

É uma imagem ou um vídeo divertido ou interessante, muito disseminado através da internet. Pode também ser uma ideia, um comportamento, um estilo ou um costume que se dissemina de uma pessoa para outra em determinada cultura.

Métricas (redes sociais)

Refere-se ao sistema de medição que estima o impacto das atividades nas redes sociais no comportamento de quem as utiliza. Por exemplo, há ferramentas e *software* que reúnem dados sobre o tempo que uma pessoa gasta numa página, bem como o número de partilhas ou “gostos” de determinado conteúdo.

Narrativa

Narrativa é, com frequência, uma maneira formal de nos referimos às histórias. É um relatório lógico, e internamente coerente, bem como uma interpretação de eventos relacionados. As narrativas estão presentes nas culturas, transcendendo o tempo e o espaço. São interpretações e explicações relativamente estáveis e coletivamente partilhadas da realidade social em que as emoções e os significados desempenham um papel importante.

Narrativa alternativa

Uma narrativa alternativa é uma narrativa com base em Direitos Humanos que combate o discurso de ódio, sugerindo narrativas inclusivas baseadas em valores democráticos como a abertura, o respeito pela diferença, a liberdade e a igualdade, ou seja, sugerindo uma visão e interpretação diferente da realidade.

Outreach

Este termo descreve os esforços encetados para tornar uma iniciativa ou uma narrativa conhecida por determinado público. Este termo é usado no setor da juventude e do trabalho comunitário para descrever as maneiras através das quais determinado grupo foi informado sobre um tema e foi encorajado a envolver-se.

Personagem

Uma pessoa ou uma atriz ou um ator numa peça literária como um livro, uma peça de teatro ou um romance. Há, normalmente, personagens principais que são protagonistas (heróis e heroínas) e antagonistas (vilões ou vilãs).

Privilégio

Refere-se a benefícios dados sistematicamente aos membros de determinados grupos sociais ou aos que são reconhecidos como pertencentes a esses grupos. O exemplo mais ilustrativo, apesar de simplificado, são os benefícios que os homens recebem em detrimento das mulheres; por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, ou seja, o facto de, com frequência, os homens ganharem mais do que as mulheres pelo mesmo trabalho com a mesma qualidade.

Radicalismo

É o que desafia a legitimidade das normas estabelecidas e das políticas. Por si só, não leva a violência. Inclui, por exemplo, os indivíduos que rejeitam os valores da sociedade, mas respeitam a lei, tentando fomentar alterações através do diálogo político. Quer as comunidades racionais sejam fonte de extremismo violento, quer sejam importantes parceiros na prevenção, o radicalismo é, nos dias de hoje, tema de intenso debate político.

Retórica

A arte ou a competência de falar ou escrever formalmente e de forma eficaz, especialmente enquanto meio para persuadir ou influenciar outras pessoas.

Slogan

Frase ou palavra que é fácil de memorizar e que é disseminada por um grupo ou uma empresa para chamar a atenção.

Terrorismo ou extremismo violento

Estes termos incluem os comportamentos violentos que tem origem numa ideologia partilhada por, pelo menos, um grupo limitado de indivíduos. O extremismo violento inclui a disponibilidade, bem como a formação, a preparação e a implementação de atos violentos contra civis. Historicamente, as pessoas viram-se para o terrorismo quando creem que não existe outra possibilidade para alcançarem determinado objetivo político.

Fontes

- Glossário da Campanha do Movimento contra o discurso de ódio – Conselho da Europa
archives.nohatespeechmovement.org/hate-speech-watch/thesaurus
- European Institute of Peace
www.eip.org/en/news-events/eip-explainer-understanding-radicalisation

O discurso de ódio *online* tornou-se uma grande forma de abuso dos Direitos Humanos, com consequências sérias, e por vezes trágicas, quer *online* quer *offline*. Não se pode permitir que o discurso de ódio prolifere sem ser desafiado ou exposto: visões negativas de determinados grupos sociais e notícias falsas que alimentam fobias e medos parecem narrativas atraentes. As narrativas dão significado à informação porque se relacionam com aquilo em que as pessoas acreditam ou querem acreditar. A sua presença *online* generalizada dá crédito à sua reivindicação por legitimidade.

Mas as narrativas muito raramente são a verdade, e nunca são a verdade completa. Quando são usadas para oprimir, como no discurso de ódio, o que está em risco são as bases da sociedade pluralista e democrática, bem como as vidas e a dignidade das pessoas.

Por isso as contranarrativas são necessárias para desacreditar e desconstruir as narrativas em que se baseia o discurso de ódio. As narrativas alternativas também devem reforçar perspetivas e valores positivos que defendam os Direitos Humanos e a cidadania democrática, como a solidariedade, o respeito pela diferença, a liberdade e a igualdade. As e os jovens precisam de ocupar o espaço público *online* com narrativas positivas com base na esperança e no amor.

Este manual apresenta abordagens e ferramentas comunicativas e educativas para que os e as ativistas no setor da juventude e dos Direitos Humanos possam desenvolver as suas próprias contranarrativas e as narrativas alternativas ao discurso de ódio. O manual foi concebido para o trabalho com jovens a partir dos 13 anos e baseia-se nos princípios da Educação para os Direitos Humanos e da participação juvenil.

Qualquer pessoa pode empreender ações contra o discurso de ódio. Através de pistas sobre o discurso de ódio e os Direitos Humanos, bem como através de uma metodologia para a produção de contranarrativas, o manual Alternativas torna a ação mais fácil, mais eficaz e mais positiva.

O Conselho da Europa lançou a Campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio para mobilizar os e as jovens para os Direitos Humanos *online* e para combater o discurso de ódio. A educação tem um papel central nesta campanha. Esta publicação completa o manual do Conselho da Europa Referências - Manual para o combate contra o discurso de ódio *online* através da Educação para os Direitos Humanos, editado em português pela Fundação Calouste Gulbenkian.



MOVIMENTO
CONTRA O
DISCURSO DE ÓDIO

www.odionao.com.pt

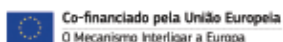
POR

www.coe.int

O Conselho da Europa é a principal organização de defesa dos Direitos Humanos no continente europeu. Tem 47 Estados-membros, 28 dos quais são também membros da União Europeia. Todos os Estados-membros do Conselho da Europa assinaram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, um tratado que visa proteger os Direitos Humanos, a Democracia e o Estado de Direito. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos controla a implementação da Convenção nos Estados-membros.



juventude.gov.pt
ISBN: 978-989-98100-8-2



internet
seguropt

